

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CADERNO LEITURA DA REALIDADE **RODEIO**

1. Apresentação

2. Introdução

3. Processo e
Metodologia

4. Leitura Técnica

5. Leitura Comunitária

6. Síntese Leitura da
Realidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

PREFEITO

Valcir Ferrari

VICE-PREFEITO

Airton Souza

Diretora de Planejamento Urbano

Chaiane Dellagiustina

SECRETÁRIOS PREFEITURA DE RODEIO/SC

Denilson Fruet - Secretário de Administração E Finanças;

Gumercindo Pacher - Secretário de Agricultura, Meio Ambiente, e Desenvolvimento Econômico

Milene Conzatti Costa- Secretária de Educação;

Rafael Marchi- Secretário de Saúde;

FURB – UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
NEUR – NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Carla Cintia Back, Arquiteta e Urbanista, Mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Esp. em Gestão Técnica do Meio Urbano pelo Instituto GTU-Internacional na PUC/PR – **Coordenadora**.

Bruno Luiz Gonçalves, Arquiteto e Urbanista, Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Esp. em Sustentabilidade em ambientes urbanos e edificações pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Carla Caroline Tomaselli, Arquiteta e Urbanista, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Esp. em Gestão Técnica do Meio Urbano pelo Instituto GTU-Internacional na PUC/PR.

Kátia Ragnini Scherer, Advogada, Doutora em Direito Público pela Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS), Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e Especialista em Direito do Trabalho (FURB).

Leandro Ludwig, Arquiteto e Urbanista, Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Mestre Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Maiki Juliana Klemann, Arquiteta e Urbanista, Especialista em Sustentabilidade em ambientes urbanos e edificações pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Márcia Zanievicz da Silva, Contadora, Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	4	4.6.2	Forma de Ocupação – tamanho de lotes e utilização	32
LISTA DE QUADROS.....	4	4.7	Considerações finais sobre as análises urbanas.....	36
1. APRESENTAÇÃO	6	4.7.1	Ocupação Urbana e riscos ambientais	36
2. INTRODUÇÃO.....	6	4.7.2	Adensamento populacional, vazios urbanos e direcionamento do crescimento.....	36
3. ETAPAS E PROCESSO DE TRABALHO	7	5.	LEITURA COMUNITÁRIA.....	39
3.1 Etapa 01 - Ações Preliminares.....	7	5.1	OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	39
3.1.1 Formação da Comissão Especial de Acompanhamento	7	5.1.1	Resultados da oficina de participação comunitária	40
3.1.2 Formação ou ativação do CONCIDADE	7	5.2	PESQUISA COMUNITÁRIA ON-LINE.....	42
3.1.3 Audiência Pública - Lançamento do Processo de Atualização, Capacitação e Pactuação do Calendário e Etapas da Atualização.....	8	5.2.1	Resultados da pesquisa comunitária on-line.....	43
3.2 Etapa 02 - Leitura da Realidade Municipal	8	6.	LEITURA DA REALIDADE.....	54
3.2.1 Unidades de Planejamento	9	6.1	Metodologia da Leitura da Realidade.....	55
3.2.2 Leitura Técnica.....	9	6.2	Eixo Ambiental.....	56
3.2.3 Leitura Comunitária e Oficina de Participação Comunitária.....	9	6.2.1	Síntese/conclusão:	56
3.3 Etapa 03 - Propostas, Diretrizes e Elaboração de Projetos de Lei.....	10	6.3	Eixo Social e Cultural.....	57
3.3.1 Elaboração das Propostas, Diretrizes - Anteprojetos de Lei	10	6.3.1	Síntese/conclusão:	57
3.3.2 2ª Audiência Pública - Apresentação das modificações propostas às leis que compõem o Plano Diretor 10	10	6.4	Eixo Espaço e Forma	58
3.3.3 Preparação das minutas dos Projetos de Lei.....	10	6.4.1	Síntese/conclusão:	58
3.3.4 Apresentação das Minutas de Anteprojeto de Lei para o CONCIDADE.....	10	6.5	Eixo Infraestrutura Básica	59
4. LEITURA TÉCNICA.....	12	6.5.1	Síntese/conclusão:	59
4.1 Contextualização, localização e dados gerais	12	6.6	Eixo Mobilidade	60
4.2 População - Densidade e aspectos gerais da distribuição populacional	13	6.6.1	Síntese/conclusão:	60
4.3 Ocupação - Cidade Legal X Cidade Real.....	14	7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
4.3.1 Planejamento Urbano e Legislação Urbana vigente.....	14		ANEXO I – DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5774 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021 - COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO	62
4.4 Leitura do Macrozoneamento e do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo	16		ANEXO II – DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5.818 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022 - REESTRUTURA O CONCIDADES E INSTALA PROCESSO ELEITORAL.....	63
4.4.1 Descrição e observações a respeito do Macrozoneamento	16		ANEXO III – DECRETO Nº 5841 DE 18 DE ABRIL DE 2022 - NOMEIA OS MEMBROS DO CONCIDADE.....	64
4.4.2 Descrição e observações a respeito do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo	16		ANEXO IV – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO LANÇAMENTO DO PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR.....	65
4.5 Condicionantes físico-ambientais.....	18		ANEXO V – DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5822 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022 - CONVOCAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	67
4.6 Caracterização da Ocupação.....	27		ANEXO VI – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NA OFICINA PARTICIPATIVA.....	70
4.6.1 Aspectos Demográficos da Ocupação.....	28		ANEXO VII – LISTAS DE PRESENÇA NA OFICINA PARTICIPATIVA –31/03/22.....	72
			ANEXO VIII – LISTA DE PRESENÇA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas de trabalho realizadas até o momento.....	7
Figura 2 – Audiência Pública de Lançamento do Processo de Atualização do Plano Diretor.	8
Figura 3 – Audiência Pública de Lançamento do Processo de Atualização do Plano Diretor.	8
Figura 4 – Unidades de Planejamento.	9
Figura 5 – O Estado de Santa Catarina e Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.....	12
Figura 6 – Limite municipal e perímetro urbano de Rodeio.	12
Figura 7 – Localização de Rodeio na região da Associação dos Municípios do V.E.....	13
Figura 8 – Crescimento populacional dos municípios de pequeno porte da AMVE.....	13
Figura 9 – Densidade demográfica por setor censitário, IBGE (com dados de pop. Atualizados para 2016).	14
Figura 10 – Rendimento Nominal Médio dos responsáveis pelos domicílios.....	14
Figura 11 – Macrozoneamento Municipal, conforme Lei Complementar nº 49/2014.....	16
Figura 12 – Zoneamento Municipal, conforme Lei Complementar nº 49/2014, alterada pela LC 81/2018.....	17
Figura 13 – Remanescentes Florestais do Município de Rodeio.....	19
Figura 14 – Reprodução das imagens apresentados no Estudo CPRM 2018 e citadas acima.	21
Figura 15 – Reprodução das imagens apresentados no Estudo CPRM 2018 e citadas acima.	21
Figura 16 – Mapa de Áreas de Preservação Permanente ao longo de rios e ao redor de nascentes de acordo com o Código Florestal.....	23
Figura 17 – Localização da zona de elementos expostos.....	23
Figura 18 – Condições que compõem o risco de desastre e ausência da Exposição do risco de desastre.....	24
Figura 19 –Mapa de exposição ao risco de inundação, áreas suscetíveis a movimento, corrida de massa e enxurrada e áreas de risco geológico.....	25
Figura 20 –Mapa de declividade.....	26
Figura 21 –Mapa de Restrição e proibição à ocupação - exposição ao risco de inundação (2016), áreas suscetíveis a movimento, corrida de massa e enxurrada (2014) e áreas de risco geológico (2018).....	26
Figura 22 – Cruzamento do zoneamento com as manchas de exposição ao risco de inundação, áreas suscetíveis a movimento, corrida de massa e enxurrada e áreas de risco geológico.....	27
Figura 23 –Densidade demográfica por setor censitário, região norte de Rodeio.....	29
Figura 24 –Densidade demográfica por setor censitário, região sul de Rodeio.....	29
Figura 25 –Densidade demográfica por setor censitário, município como um todo.	29
Figura 26 –Densidade demográfica por setor censitário com as manchas de exposição ao risco de inundação, áreas suscetíveis a movimento, corrida de massa e enxurrada e áreas de risco geológico e alta declividade.....	30
Figura 27 – Núcleo Urbano Previamente Identificado e Núcleos Urbanos Mediante Análise.....	30
Figura 28 – Cruzamento do Zoneamento vigente com setores censitários e dens. demográficas (hab/ha).....	32
Figura 29 –Tamanho dos lotes urbanos.....	33
Figura 30 –Tamanho dos lotes urbanos na área central e densidade demográfica por setor (hab/ha)	33

Figura 31 – Ocupação dos lotes urbanos.....	34
Figura 32 – Ocupação dos lotes urbanos na área central e densidade demográfica por setor (hab/ha).	34
Figura 33 – Zoneamento de uso e ocupação do solo sobreposto pelos lotes urbanos vazios ou subutilizados.....	35
Figura 34 – Zoneamento de uso e ocupação do solo sobreposto pelos lotes urbanos vazios ou subutilizados na área central.....	36
Figuras 35 – Sensibilização.....	39
Figura 36 – Finalização da atividade em equipe.	40
Figura 37 – Cartaz de Deficiências sobre o Município de Rodeio elaborado na Oficina Participativa.....	40
Figura 38 – Cartaz de Potencialidades sobre o Município de Rodeio elaborado na Oficina Participativa.....	40
Figura 39 – Mapeamento de potencialidades e deficiências.	41
Figura 40 – Capa do questionário da leitura comunitária como apresentada on-line.	42
Figura 41 – Ilustração da questão 07- Nota qualidade de vida no município	43
Figura 42 – Ilustração da questão 07- Nota qualidade de vida na região ou bairro.....	43
Figura 43 – Usos predominantes na região ou bairro.....	46
Figura 44 – Usos propostos na região ou bairro.....	46
Figura 45 – prioridade no planejamento municipal em termos de ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	47
Figura 46 – prioridade no planejamento municipal em termos de MOBILIDADE URBANA.....	47
Figura 47 – Relação entre as Leituras Técnicas, Comunitária e da Realidade.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Integrantes da Comissão Especial de Acompanhamento.....	7
Quadro 2 – Leis municipais vigentes - relativas ao Plano Diretor.....	15
Quadro 3– Índices urbanísticos segundo a Lei Complementar nº 49/2014, alterada pela LC 81/2018.	17
Quadro 4– Histórico da Legislação Ambiental sobre APP de rios – variação das larguras.....	22
Quadro 5 – Tamanho de lotes, quantidade, porcentagem por faixa de tamanho de lote e porcentagem da área dos lotes em relação à área urbana total.....	32
Quadro 6 – Aproveitamento real dos lotes urbanos.....	35
Quadro 7 – Respostas pergunta descritiva – Patrimônio a ser preservado por tipo.....	51

1.
Apresentação

2.
Introdução

3.
**Processo e
Metodologia**

1. APRESENTAÇÃO

A Universidade Regional de Blumenau – FURB é uma instituição que dá suporte às interações entre a Universidade e as instituições públicas e privadas que demandam a participação de seus pesquisadores, professores e técnicos em ações focadas em desenvolvimento científico, tecnológico e social. Estas ações são consideradas parte da missão da FURB, previstas e incentivadas nos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão. A convite da Prefeitura Municipal de Rodeio, a FURB apresentou proposta para prestação de serviços técnicos e constituiu uma equipe interdisciplinar que dará consultoria e assessoria à equipe técnica da Prefeitura no Processo de Atualização do Plano Diretor do Município de Rodeio. Desta forma, o município firmou contrato Administrativo n. 080/2021 com a FURB tendo como objetivos e produtos o especificado e detalhado junto ao termo de referência e à proposta técnica elaborada pela FURB.

Para o desenvolvimento da Consultoria e Assessoria no Processo de Atualização do Plano Diretor do Município de Rodeio tem-se a equipe técnica da FURB e equipe de técnicos e a Comissão Especial de Acompanhamento do município, definida pelo Decreto nº 5774 de 01 de dezembro de 2021 (Anexo I):

EQUIPE TÉCNICA E NÚCLEO GESTOR DO MUNICÍPIO:

CHAIANE DELLAGIUSTINA
Diretora Municipal de Planejamento Urbano

JONAS LUDOVICO ZERMIANI
Fiscal de Obras e Posturas

GUMERCINDO PACHER
Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Des. Econômico

DOUGLAS FRANKENBERGER
Eng. Florestal

ELTON SCOZ
Diretor de Obras

ARIANE REGINA TAMBOSI
Técnica em Vigilância Sanitária

JOSEANE FILAGRANA
Fiscal de Tributos

DENILSON DUARTE LANA
Assessor Jurídico do Chefe do Executivo

EQUIPE TÉCNICA NEUR/FURB:

CARLA CÍNTIA BACK–
Coordenadora
Arquiteta e Urbanista

CARLA CAROLINE TOMASELLI
Arquiteta e Urbanista

BRUNO LUIZ GONÇALVES
Arquiteto e Urbanista

LEANDRO LUDWIG
Arquiteto e Urbanista

MAIKI JULIANA KLEMMANN
Arquiteta e Urbanista

MÁRCIA ZANIEVICZ DA SILVA
Contadora

KÁTIA RAGNINI SCHERER
Advogada

2. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o capítulo III da lei federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), o presente documento visa facilitar o acesso dos cidadãos às informações produzidas no processo de Atualização do Plano Diretor de Rodeio. Desta forma, traz breve caracterização da realidade municipal, por meio do que chama de Leitura da Realidade Municipal. Esta leitura divide-se em duas partes: Leitura Técnica, na qual se faz um apanhado de aspectos e considerações técnicas a respeito da situação física, ambiental, urbanística e do confronto destas com as ferramentas legais ora disponíveis no âmbito municipal; e Leitura Comunitária, na qual é trazida a percepção dos cidadãos a respeito da realidade municipal.

A Leitura da Realidade Municipal irá subsidiar a equipe NEUR/FURB juntamente com a equipe municipal, através de uma análise crítica, na elaboração de propostas de modificação do conjunto de leis que conformam o que se convencionou chamar de Plano Diretor, quais sejam:

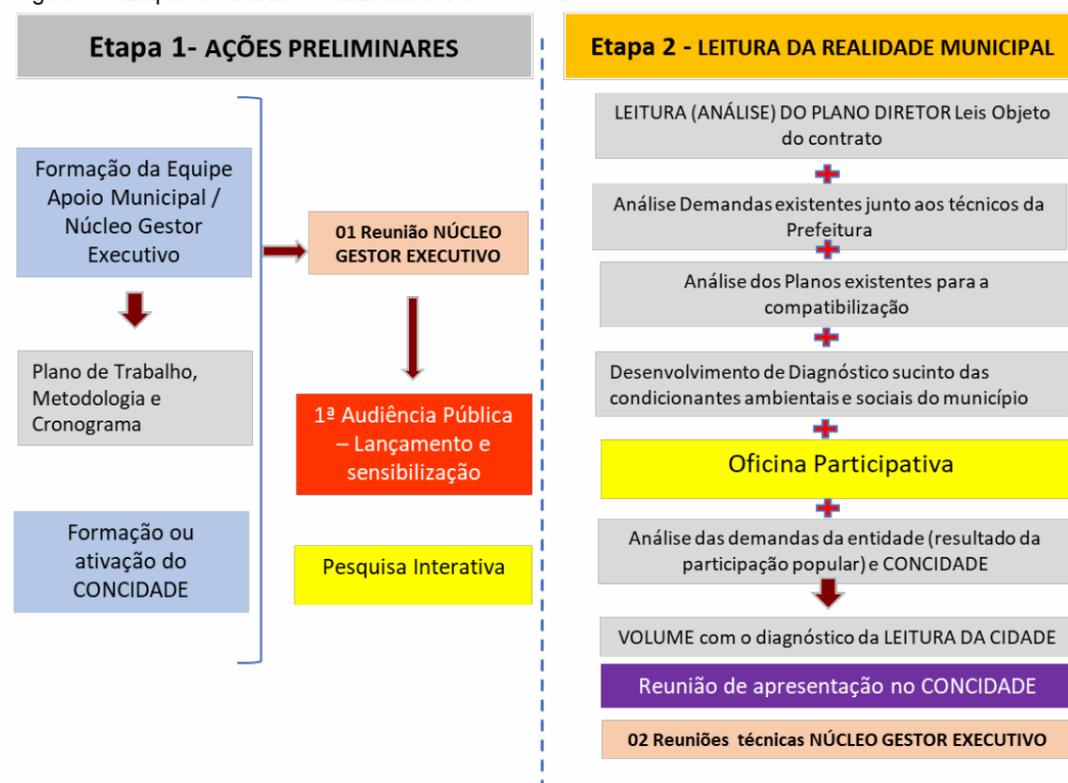
- L.C. 049/2014 - Plano Diretor (Diretrizes, Zoneamento e Parcelamento);
- L.C. 69/2017 - Condomínios Horizontais de Lotes / Lei de Condomínio;
- L.C. 23/2009 - Perímetro Urbano;
- L.C. 2039/2017- Autoriza serviços de Terraplanagem;
- L.C. 22/2009 - Código de Obras; e
- L.C 02 /1991 - Código de Posturas.

Este documento está dividido em duas partes. Inicialmente, na Parte I, tem-se o Processo e a Metodologia da Atualização do Plano Diretor; na Parte II, é apresentada a Leitura da Realidade Municipal, dividida em Leitura Técnica e Leitura Comunitária. A metodologia busca a conjugação das duas leituras buscando refletir e dar base às posteriores tomadas de decisão acerca das estratégias urbanas, nas alterações das leis culminando no novo Plano Diretor de Rodeio.

3. ETAPAS E PROCESSO DE TRABALHO

Para o desenvolvimento do processo de consultoria e assessoria técnica para a Atualização do Plano Diretor de Rodeio, estabeleceu-se um plano de trabalho para as atividades que necessitam ser realizadas. Tal plano foi elaborado em comum acordo entre a equipe de acompanhamento da Prefeitura Municipal de Rodeio e a equipe NEUR/FURB. Este plano dividiu o processo em três etapas: (1) Ações Preliminares; (2) Leitura da Realidade Municipal; e (3) Elaboração de Projetos de Leis, conforme Produto 01, já entregue. As etapas já realizadas estão resumidas na figura 1.

Figura 1 – Etapas de trabalho realizadas até o momento.



Fonte: NEUIR, 2022.

O Município optou por formar uma Comissão Especial de Acompanhamento para o processo, no lugar do sugerido pela Equipe NEUR, que seria a formação de uma Equipe de Apoio e do Núcleo Gestor Executivo. Assim, no desenvolvimento dos trabalhos foram realizadas reuniões presenciais com a Comissão Especial de Acompanhamento, tanto para definir o cronograma e metodologia, quanto para iniciar a discussão a respeito das necessidades de mudança, considerando a perspectiva deste grupo, como para estabelecer como se daria a participação comunitária num âmbito mais amplo.

Considerando a crise sanitária desencadeada pela pandemia do Covid-19 buscou-se uma forma de garantir a participação comunitária sem promover deslocamentos ou aglomerações, assim foi desenvolvido um questionário *on-line* que possibilitou a participação social fornecendo subsídios para as tomadas de decisão acerca da Atualização do Plano Diretor. O questionário continha perguntas sobre assuntos gerais, como a qualidade de infraestrutura e a oferta de equipamentos públicos para a cidade, bem como de caráter mais específico, como gabarito e desenho urbano.

3.1 Etapa 01 - Ações Preliminares

3.1.1 Formação da Comissão Especial de Acompanhamento

Inicialmente formou-se a Comissão Especial de Acompanhamento, por meio do Decreto Municipal n. 5.774/2021 (Anexo I), que nomeou os integrantes conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Integrantes da Comissão Especial de Acompanhamento

CHAIANE DELLAGIUSTINA - Diretora Municipal de Planejamento Urbano
JONAS LUDOVICO ZERMIANI - Fiscal de Obras e Posturas
GUMERCINDO PACHER - Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Des. Econômico
DOUGLAS FRANKENBERGER - Eng. Florestal
ELTON SCOZ - Diretor de Obras
ARIANE REGINA TAMBOSI - Técnica em Vigilância Sanitária
JOSEANE FILAGRANA - Fiscal de Tributos
DENILSON DUARTE LANA - Assessor Jurídico do Chefe do Executivo

3.1.2 Formação ou ativação do CONCIDADE

Com a Comissão Especial de Acompanhamento formada, o executivo, no âmbito da Diretoria de Planejamento Urbano, com a orientação da Equipe NEUR e de acordo com a legislação municipal, optou por realizar uma conferência da Cidade, a fim de reestabelecer o CONCIDADE que estava desativado, para isto foi editado o Decreto nº5.818, de 16 de fevereiro de 2022 (Anexo II).

Tal conferência teve, no ato da convocação, instituído seu Regimento, prevendo regras de inscrições, número de vagas, documentação necessária, prazos de inscrição e critérios de escolha/ eleição a ser realizada na conferência.

O CONCIDADE foi nomeado a partir do Decreto nº 5841, de 18 de abril de 2022 (Anexo III), e é composto por 10 participantes e seus respectivos suplentes, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 2 - Integrantes do CONCIDADE.

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO	
1. Presidente: Chaiane Dellagiustina	Suplente: Elton Scoz
2. Titular: Jonas Ludovico Zermiani	Suplente: Joseane Filagrana
3. Titular: Gumercindo Pacher	Suplente: Douglas Frankenberger
4. Titular: Denilson Duarte Lana	Suplente: Rubia Nagila Fuzinato
II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
5. CREA - Conselho Regional de Engenharia Agronomia de SC	
Titular: Matheus Cristhian de Oliveira Bieging	Suplente: Ademir Rodrigues
6. CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Rodeio	
Titular: Rudney Roque Demarchi	Suplente: André Mario Girardi
7. Sindicato dos trabalhadores Rurais de Rodeio	
Titular: Agenor Pezzini	Suplente: Ivair Luiz Scoz
III - REPRESENTANTES DO MOVIMENTO SOCIAL E POPULAR	
8. Associação Atlética San Vigilio	
Titular: Natalino Bonacolsi	Suplente: Jucimar Stolf
9. APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Santo Antônio	
Titular: Antônio Marcos dos Santos	Suplente: Joseane Gomes do Amaral
10. Rede Feminina de Combate ao Câncer	
Titular: Deonilda Girardi	Suplente: Marilde Tamanini Campregher

3.1.3 Audiência Pública - Lançamento do Processo de Atualização, Capacitação e Pactuação do Calendário e Etapas da Atualização

A Audiência Pública de Lançamento foi realizada em 15 de março de 2022, às 19 horas no Centro Cultural "Ivanir Alberto Scoz". O objetivo desta audiência foi divulgar para a comunidade o início do processo de atualização do Plano Diretor Municipal, apresentando a Proposta Metodológica e pactuando o calendário e etapas do processo (Anexo IV). A Audiência Pública reuniu 42 participantes do município (Anexo VIII), além de cinco membros da Equipe NEUR/FURB e deu início aos trabalhos, propriamente ditos, de atualização do plano. Foi elaborado o decreto nº 5822, de 28 de fevereiro de 2022, com a convocação e o regimento de funcionamento da audiência (Anexo V), deixando claro que este evento seria híbrido, assim houve também participação por meio do perfil oficial do município no Facebook.

Figura 2 – Audiência Pública de Lançamento do Processo de Atualização do Plano Diretor.



Figura 3 – Audiência Pública de Lançamento do Processo de Atualização do Plano Diretor.



Fonte: NEUR, 2022.

3.2 Etapa 02 - Leitura da Realidade Municipal

Foram realizados levantamentos de informações técnicas, jurídicas e administrativas existentes, analisando as informações, índices, indicadores e demais dados que apontam para a realidade territorial, social, econômica e ambiental de Rodeio. Tais levantamentos resultaram, neste relatório das potencialidades, deficiências, vulnerabilidades e conflitos, visando a compreensão da dinâmica do território e das demandas dos diversos setores sociais.

Foram analisados aspectos relativos à realidade regional, às questões ambientais, ao turismo, às questões socioespaciais, à economia municipal, à cultura local, entre outros.

3.2.1 Unidades de Planejamento

As unidades de planejamento utilizadas nas leituras técnica e comunitária foram definidas de acordo com as características e afinidades de cada localidade, assim agrupam áreas com similaridade de paisagem, relevo, função ou forma de ocupação. Esta divisão se deu para facilitar a leitura da cidade pelos moradores de Rodeio, principalmente no questionário de Leitura Comunitária (on-line), na Oficina e na audiência pública. A figura 4 representa as Unidades de Planejamento de Rodeio, que servem como base de referência para os trabalhos realizados durante a etapa de Diagnóstico.

3.2.2 Leitura Técnica

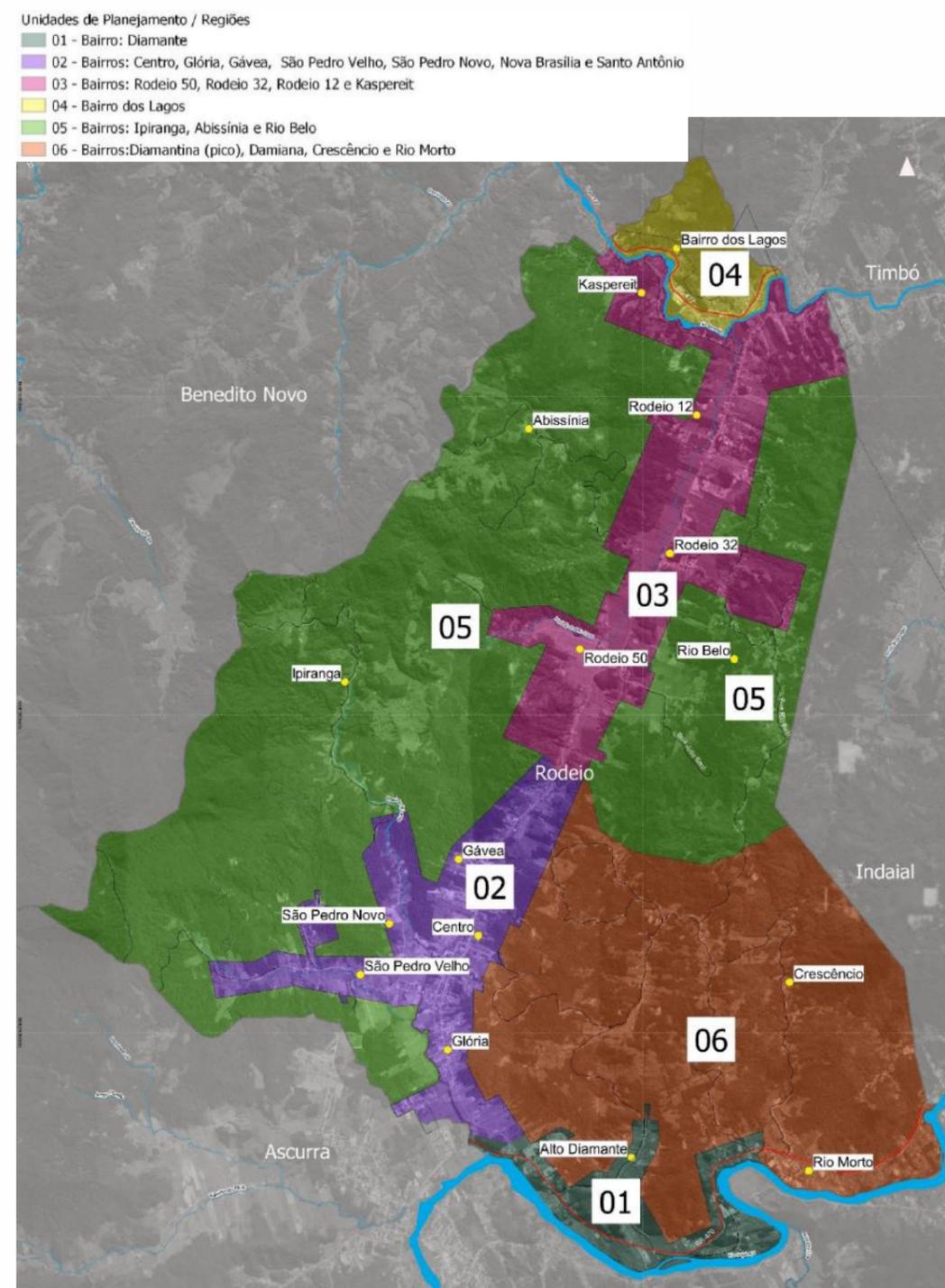
A Leitura Técnica se traduz num processo de identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista técnico. Busca contemplar as possíveis alternativas para a solução dos problemas detectados, procurando focar todo o território do Município e suas relações com os Municípios do entorno. Ainda não se foca na proposição de mudanças das leis, mas na percepção da realidade para, posteriormente buscar refletir os resultados nas leis. Nesta etapa ocorre a elaboração de mapeamento espacializando os dados levantados e cruzamentos para análises setoriais.

3.2.3 Leitura Comunitária e Oficina de Participação Comunitária

A Leitura Comunitária se traduz num processo de identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista da população do município. Na Leitura Comunitária é possível identificar as diferentes formas de entendimento da realidade municipal, marcada por diferentes visões de mundo, em conformidade com os grupos ou segmentos que a abordam. Para alimentar e consolidar a leitura comunitária é importante que o público encontre as informações sistematizadas na leitura técnica, construídas em linguagem acessível à população.

A oficina de participação, realizada em 31/03/2022, foi coordenada pela equipe NEUR/FURB, com o auxílio da Equipe de Apoio Municipal. Esta oficina teve o objetivo de mobilizar os cidadãos e coletar as informações base da leitura comunitária da realidade do município. A metodologia contemplou os aspectos da realidade municipal e lançamento de intenções por eixo temático: (1) Ambiental; (2) Social e cultural; (3) Espaço e forma; (4) infraestrutura básica; (5) mobilidade.

Figura 4 – Unidades de Planejamento.



Fonte: NEUR, 2022.

3.3 Etapa 03 - Propostas, Diretrizes e Elaboração de Projetos de Lei

As atividades tratarão das seguintes leis relativas ao Plano Diretor do Município de Rodeio:

- **Atualização – L.C. 049/2014 - Plano Diretor (Diretrizes, Zoneamento e Parcelamento)**, com elaboração dos mapas de zoneamento e de sistema viário e demais anexos necessários;
- **Atualização – L.C. 69/2017 - Condomínios Horizontais de Lotes / Lei de Condomínio** – será incorporada às leis de Parcelamento e Cód. de Obras;
- **Atualização – L.C. 23/2009 - Perímetro Urbano**, com a elaboração do mapa dos limites do Perímetro Urbano,
- **Atualização – L.C. 2039/2017- Autoriza serviços de Terraplanagem;**
- **Atualização – L.C. 22/2009 - Código de Obras;** e
- **Atualização – L.C 02 /1991 - Código de Posturas.**

3.3.1 Elaboração das Propostas, Diretrizes - Anteprojetos de Lei

Atualização e adequação das Leis às demandas da realidade municipal. Esta etapa inicia com reuniões a respeito das demandas da equipe técnica municipal e da gestão, além dos trabalhos internos da Equipe NEUR, será elaborada a legislação do Plano Diretor e demais legislações complementares, com vistas à sua aprovação pela Câmara Municipal.

As propostas de modificação das leis serão feitas com base nas demandas trazidas pela equipe municipal e na avaliação técnica, e serão discutidas com a Comissão Especial de Acompanhamento em reuniões específicas para cada lei ou conjunto de duas leis, reuniões estas que serão previamente definidas no cronograma.

3.3.2 2ª Audiência Pública - Apresentação das modificações propostas às leis que compõem o Plano Diretor

A 2ª Audiência Pública terá por finalidade a apresentação de todos os anteprojetos de lei e alterações finais que serão encaminhadas para votação pelos Vereadores.

3.3.3 Preparação das minutas dos Projetos de Lei

Após a Audiência Pública, os projetos de lei serão revisados, incorporando ou não as sugestões ali recebidas, de acordo com critérios técnicos. Com as minutas dos projetos de lei finalizadas será realizada outra reunião com o CONCIDADE para apresentá-las antes de serem encaminhadas para votação pelos Vereadores.

3.3.4 Apresentação das Minutas de Anteprojeto de Lei para o CONCIDADE

Considerando que representantes do CONCIDADE na Comissão Especial de Acompanhamento participarão da proposição de modificações às leis que compõem o Plano Diretor e, portanto, terão ciência das propostas levadas à 2ª Audiência Pública, será realizada uma segunda reunião dedicada ao CONCIDADE, apenas após a realização dessa audiência. O objetivo desta reunião será a apresentação dos resultados da audiência, onde serão levadas as modificações sugeridas juntamente com as justificativas técnicas para inclusão ou não destas na proposta a ser encaminhada para a Câmara de Vereadores.

4

Leitura Técnica

4. LEITURA TÉCNICA

No desenvolvimento da Leitura Técnica tomou-se por base os estudos e diagnósticos já realizados, como os diagnósticos elaborados para a realização dos Plano Diretores de 2007 e 2014; a Setorização de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações, realizado em 2018, pelo Serviço Geológico do Brasil; a Carta de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações, realizada em 2013 e revisada em 2015, também pelo Serviço Geológico do Brasil; o mapeamento das áreas expostas ao risco de inundação, elaborado em 2016, e disponibilizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina; o Estudo Técnico Socioambiental, elaborado em 2019 pela AMMVI; assim como dados oficiais disponibilizados pelo IBGE e pelo governo municipal, bem como as demais fontes oficiais citadas ao longo deste documento. Desta forma, considerando que os estudos citados estão disponíveis para livre consulta, não se objetiva aqui trazer novo caderno detalhado com dados municipais, mas sim, trazer um diagnóstico dos dados disponíveis de forma objetiva, integrada e para fácil leitura.

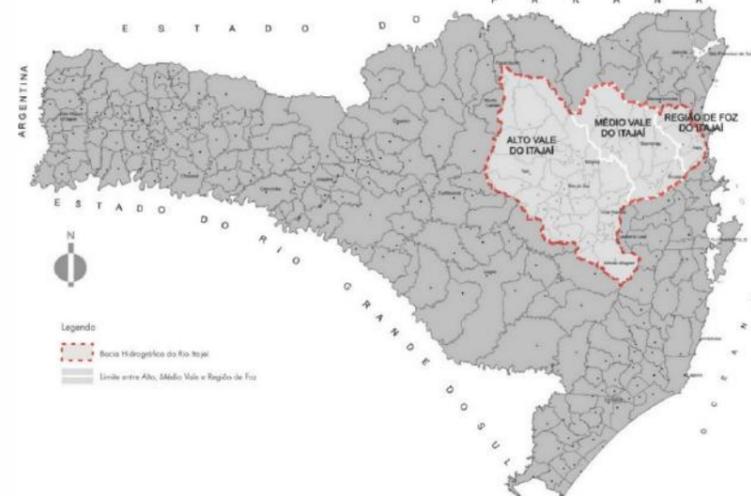
A seguir serão apresentados os dados relativos à localização do município em relação à região, seus dados de população, a forma de ocupação e os cruzamentos entre os dados da realidade da ocupação, os dados ambientais condicionantes e a legislação vigentes.

4.1 Contextualização, localização e dados gerais

A história de Rodeio tem início com o processo de imigração italiana em Santa Catarina. Os primeiros imigrantes que ocuparam a área que hoje é englobada pelo município de Rodeio chegaram em 1875 (Dolzan, 2003), um total de 114 famílias que chegaram no dia 15 de agosto do mesmo ano. A emancipação de Rodeio do município de Timbó ocorreu em 1937. Vale destacar que neste processo de emancipação os atuais municípios de Benedito Novo e Doutor Pedrinho pertenciam a Rodeio.

O município de Rodeio está localizado na porção leste do estado de Santa Catarina, na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, mais precisamente na região do Médio Vale do Itajaí (figura 5), aos 26°54'54" de Latitude Sul e aos 49°21'53" de longitude oeste de Greenwich, a 177 km da capital Florianópolis por via rodoviária.

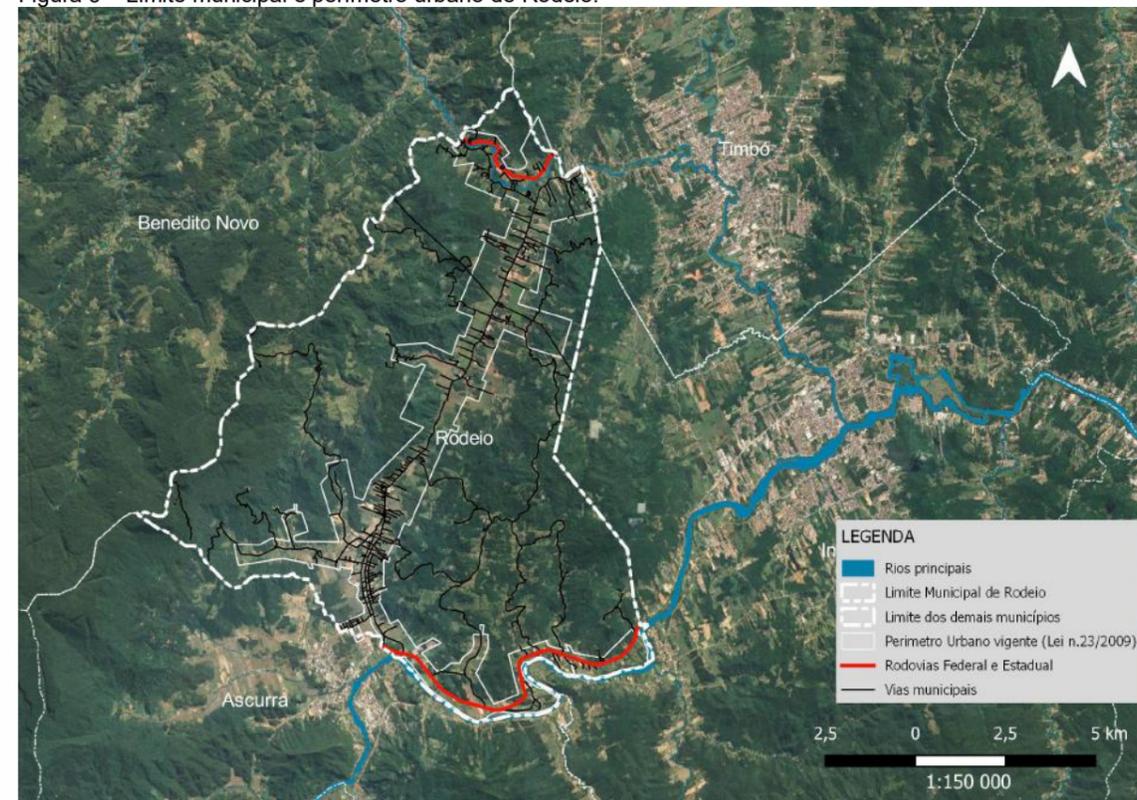
Figura 5 – O Estado de Santa Catarina e Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.



Fonte: TOMASELLI, 2008.

O município possui uma área total aproximada de 129km² (IBGE, 2020), sendo 34,36km² (26,63%) de área urbana, segundo a delimitação do perímetro urbano do município (Lei nº 23/2009) (Figura 6).

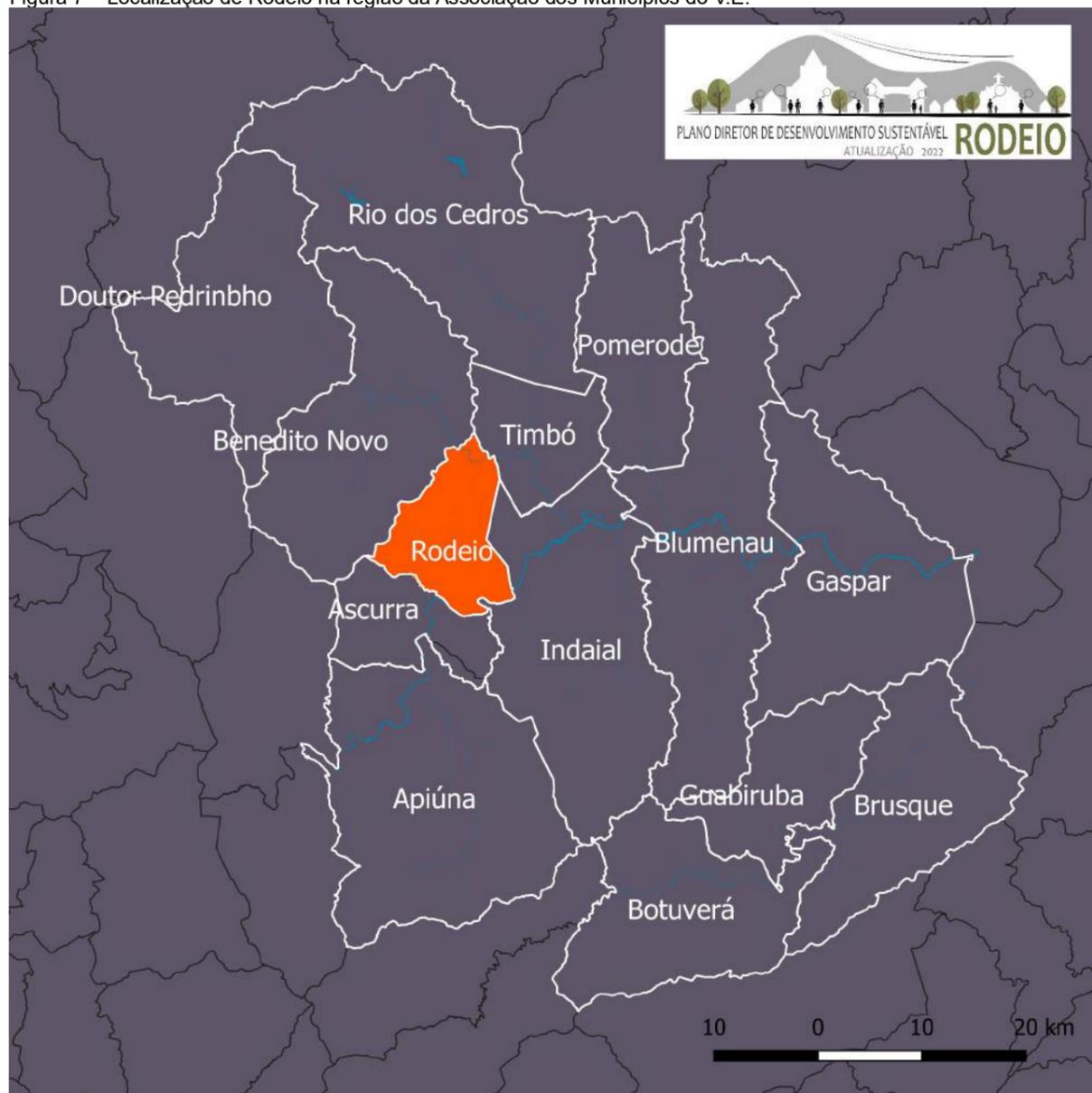
Figura 6 – Limite municipal e perímetro urbano de Rodeio.



Fonte: NEUR, 2022.

O município faz parte da Associação dos Municípios do Vale Europeu (AMVE), que congrega, além de Rodeio, outros 13 municípios conforme a figura 7. Em sua região o principal centro urbano é o município de Blumenau, o qual fica 29,61km a leste de Rodeio. O município faz divisa com Timbó ao norte, Benedito Novo a norte e oeste, Ascurra ao sul e Indaial a leste.

Figura 7 – Localização de Rodeio na região da Associação dos Municípios do V.E.



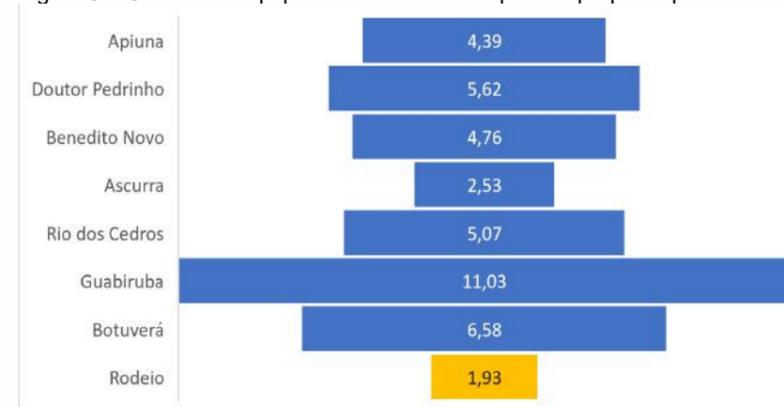
Fonte: NEUR, 2022.

4.2 População - Densidade e aspectos gerais da distribuição populacional

O município possui população estimada em 11.647 habitantes (IBGE, 2021), sendo que na última estimativa populacional do IBGE o município contava com 10.922 habitantes, sendo o 104º município do estado no que se refere à população. A faixa etária mais populosa, de acordo com o Censo IBGE 2010, corresponde aos cidadãos de 25 a 29 anos.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2021), entre 2013 e 2017 o aumento populacional do município foi de 1,93%, enquanto, no mesmo período, Santa Catarina registrou um aumento de 5,53%, isto é, o município apresentou crescimento populacional aproximadamente 3% menor do que o estado como um todo, sendo que, entre os demais municípios de menor porte do Médio Vale do Itajaí (Apiúna, Doutor Pedrinho, Benedito Novo, Ascurra, Rio dos Cedros, Guabiruba e Botuverá) rodeio possui a menor taxa de crescimento populacional (Figura 08).

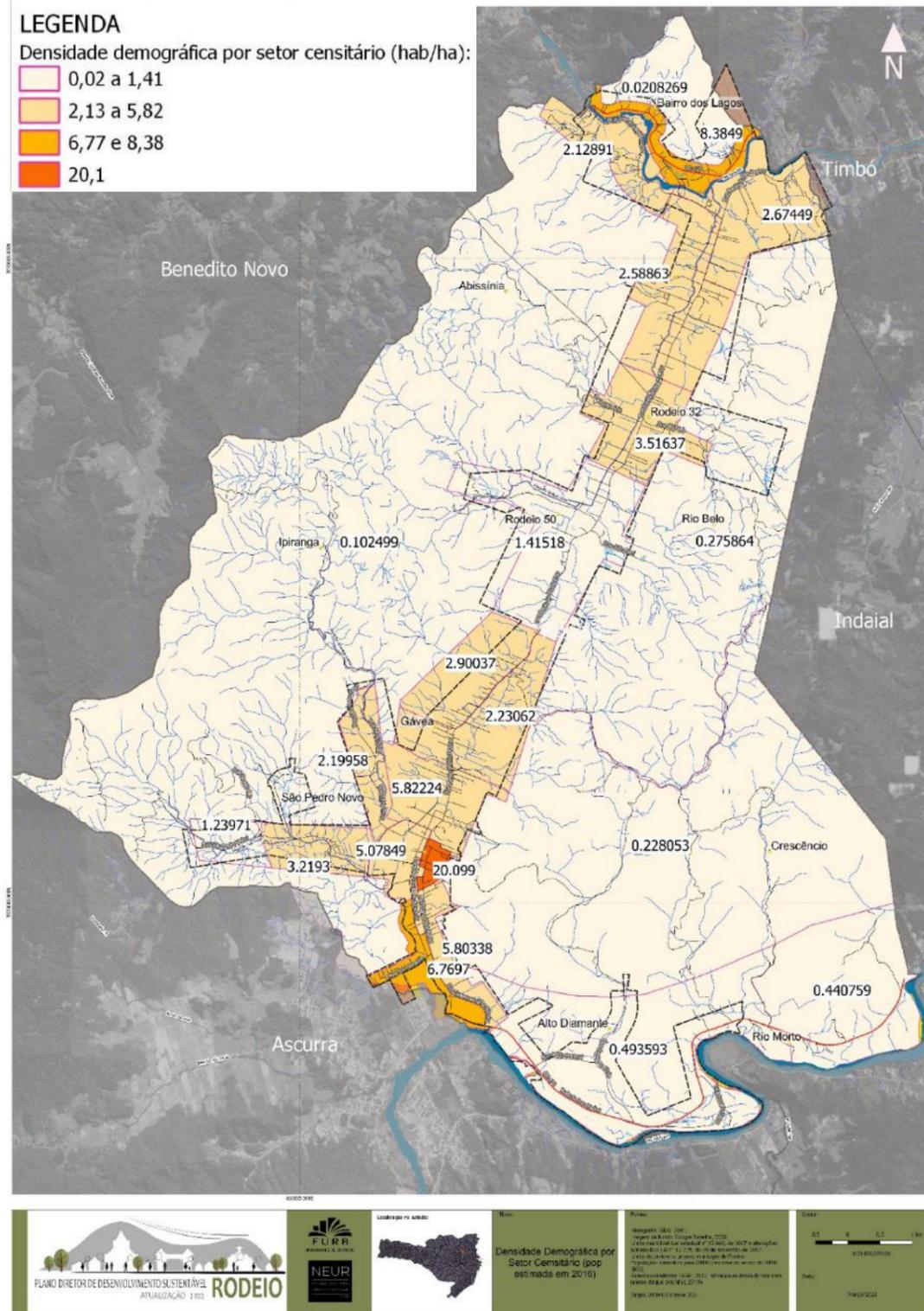
Figura 8 – Crescimento populacional dos municípios de pequeno porte da AMVE.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2021.

Conforme dados do IBGE a densidade demográfica no município, em 2010, era de 84,06 hab/km². Ao analisar a densidade populacional de Rodeio, percebe-se uma baixa densidade no município como um todo (com uma amplitude que varia de 1hab/ha até 20hab/ha), todos os setores censitários do IBGE (2010) possuem densidades baixas. Ainda assim é possível observar os setores que apresentam uma densidade mais elevada (ou não tão baixa). As mais altas densidades se encontram próximas ao Centro, para além do centro da cidade destaca-se a densidade maior também no Bairro dos Lagos, conforme Figura 09.

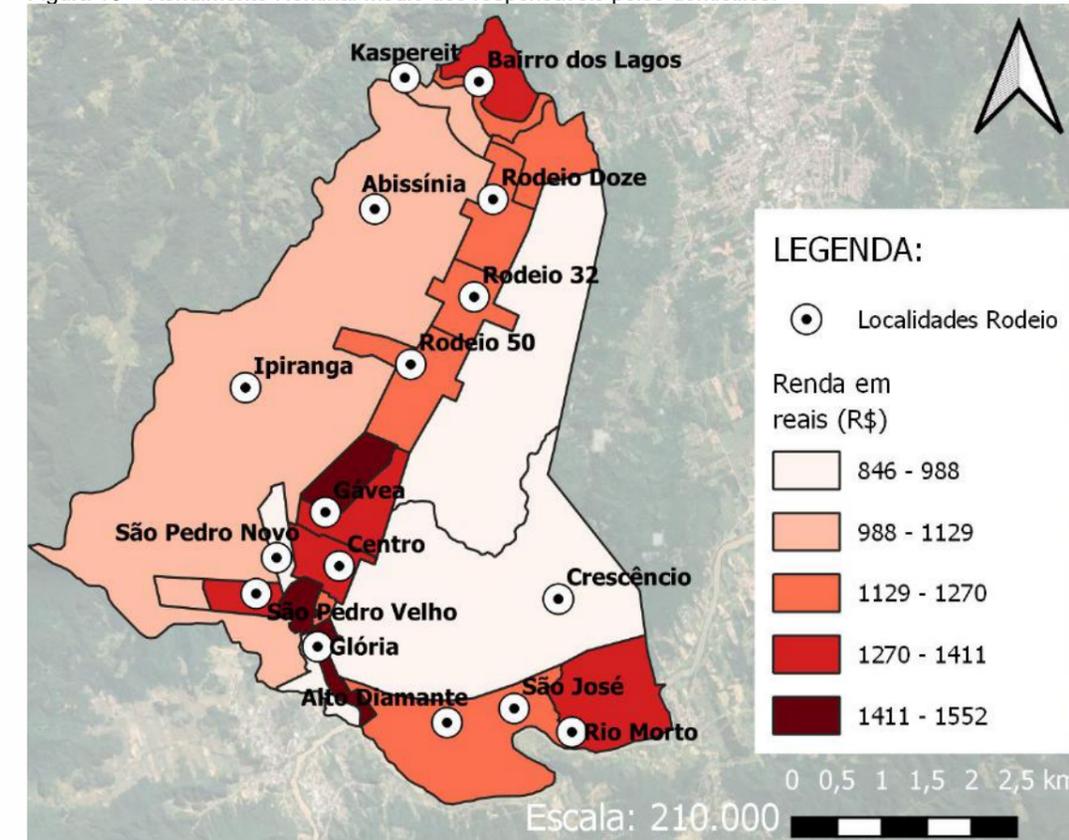
Figura 9 – Densidade demográfica por setor censitário, IBGE (com dados de pop. Atualizados para 2016).



Fonte: NEUR, 2022, adaptado de IBGE (2010).

Ao compreender como ocorre a distribuição da população no território municipal, se torna fundamental espacializar como a renda do município está distribuída no território de Rodeio. Assim, a figura 10 apresenta o rendimento nominal médio dos responsáveis pelos domicílios na cidade de Rodeio (IBGE, 2010).

Figura 10 – Rendimento Nominal Médio dos responsáveis pelos domicílios.



Fonte: NEUR, 2022, adaptado de IBGE (2010).

4.3 Ocupação - Cidade Legal X Cidade Real

4.3.1 Planejamento Urbano e Legislação Urbana vigente

O planejamento urbano do Município está a cargo da Diretoria de Planejamento Urbano, órgão subordinado à Secretaria de Administração e Finanças. A Diretoria de Planejamento Urbano é composta pela arquiteta e urbanista Chaiane Dellagiustina, Diretora; pelo engenheiro civil, Jonas Ludovico Zermiani, Fiscal de Obras e Posturas; pelo Assessor técnico, Luiz Américo Sanson, engenheiro civil; e pelo chefe de setor, Ranieri James Pahl, além do apoio de mais um fiscal vinculado a outra pasta.

Atualmente o município conta, ainda, com o Conselho da Cidade foi instituído pela primeira vez em 2007 e teve sua composição renovada em 2022, conforme discorrido anteriormente.

Em 2014, foi aprovada a Lei Complementar nº 49/2014 que alterou o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Rodeio de 2007. Ambos os planos foram frutos de uma parceria formada entre a AMVE e a Prefeitura Municipal de Rodeio juntamente com outros municípios de pequeno porte do Médio Vale do Itajaí, em um trabalho que buscou uma visão regional no planejamento. Seu processo de elaboração foi participativo seguindo as diretrizes do Estatuto da Cidade e estabeleceu, em seu artigo 9º, os 17 objetivos gerais do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Rodeio, quais sejam:

- I - estabelecer parâmetros de ocupação e parcelamento do solo;
- II - promover a diversificação do uso e da ocupação do solo na malha urbana;
- III - induzir o adensamento nas áreas já dotadas de infraestrutura e restringir a ocupação nas áreas ambientalmente frágeis;
- IV - proteger as áreas de interesse ambiental e de risco;
- V - promover uma maior integração territorial, evitando a dispersão da malha urbana e fortalecendo as centralidades de bairros;
- VI - inclusão social, permitindo o acesso a melhores condições de infraestrutura, aos equipamentos sociais, à cultura e ao lazer na cidade;
- VII - promover moradia digna à população de baixa renda;
- VIII - promover a urbanização e a regularização fundiária das áreas ocupadas pela população de baixa renda, garantindo a preservação ambiental;
- IX - incentivar a preservação dos bens de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico;
- X - garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- XI - recuperar parte dos investimentos públicos que resultem na valorização dos imóveis urbanos;
- XII - atender às necessidades de mobilidade da população, promovendo um padrão sustentável, que seja democrático, não polua, respeite a dignidade humana e valorize o ambiente urbano;
- XIII - qualificar o espaço viário, a circulação das pessoas e o transporte de bens e mercadorias;
- XIV - promover a integração entre as atividades urbanas e rurais, de forma complementar, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município;
- XV - incentivar as atividades turísticas no Município;
- XVI - articular e promover a integração e cooperação no âmbito Federal, Estadual e Regional no processo de planejamento e de gestão urbana e ambiental nas questões de interesse comum;
- XVII - ampliar as possibilidades de parcerias público-privada ou iniciativas relacionadas à criação e manutenção de espaços públicos de lazer, reconhecendo sua importância como áreas essenciais para a qualidade de vida. As leis relativas ao Plano Diretor vigentes no município estão apresentadas abaixo.

Quadro 2 – Leis municipais vigentes - relativas ao Plano Diretor.

Lei	Ementa	Observações
Lei Complementar nº 49, de 06 de novembro de 2014	Altera o plano diretor de desenvolvimento sustentável do município de Rodeio, e dá outras providências.	Trata das diretrizes, do zoneamento de Uso e ocupação do solo e do parcelamento do solo. EM ATUALIZAÇÃO
Lei Complementar nº 81 de 19 de novembro de 2018	Altera o plano diretor de desenvolvimento sustentável do município de Rodeio, Lei Complementar nº 49/2014.	Alterou os artigos 39, 40, 62, 68, 80, 86 e 97 e os Anexos II e III (mapa de zoneamento e tabela de índices urbanísticos) da Lei Complementar nº 49/2014.
Lei Complementar nº 69, de 23 de agosto de 2017	Autoriza o município a aprovar projetos de condomínio horizontal de lotes no perímetro urbano do município de Rodeio	EM ATUALIZAÇÃO
Lei Complementar nº 23, de 30 de novembro de 2009	Define o perímetro urbano do município de Rodeio e dá outras providências.	EM ATUALIZAÇÃO
Lei Complementar nº 22, de 1º de setembro de 2009	Institui o código de obras do município de Rodeio e dá outras providências	EM ATUALIZAÇÃO
Lei nº 2.039, de 29 de agosto de 2017	Estabelece diretrizes e critérios para a execução de obras e serviços de terraplanagem no município e dá outras providências.	EM ATUALIZAÇÃO
Lei Complementar nº 02, de 09 de dezembro de 1991	Institui o código de postura [sic] municipal de rodeio e dá outras providências.	EM ATUALIZAÇÃO
Lei Complementar nº 97, de 17 de dezembro de 2020	Institui o código sanitário municipal, estabelece penalidades, e dá outras providências	
Lei nº 2.116, de 29 de agosto de 2017	Institui no município de Rodeio a regularização fundiária urbana (REURB) de que trata a lei federal nº 13.465/2017 e dá outras providências	
Lei Complementar nº 96, de 1º de outubro de 2020	Dispõe sobre a delimitação dos núcleos urbanos e núcleos urbanos informais que ocupam área de preservação permanente ao longo dos cursos d'água naturais do município de Rodeio e estabelece medidas para a regularização ambiental de imóveis situados nesses núcleos urbanos informais, nos termos do que estabelecem o artigo 30, incisos i e ii, da constituição federal, de 5 de outubro de 1988 e os artigos 64 e 65 da lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	
Lei Complementar nº 102, de 03 de abril de 2021	Define, no âmbito do município, a área não edificável , a partir das linhas que definem a faixa de domínio das rodovias estaduais e das federais delegadas ao estado de Santa Catarina.	
Lei nº 1.959, de 07 de julho de 2015	Dispõe Sobre o programa "Bela Citá" e o regime de mutirão para a execução dos passeios públicos no município de Rodeio, e dá outras providências	

Fonte: NEUR, 2022 adaptado de PMR, 2022.

4.4 Leitura do Macrozoneamento e do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo

4.4.1 Descrição e observações a respeito do Macrozoneamento

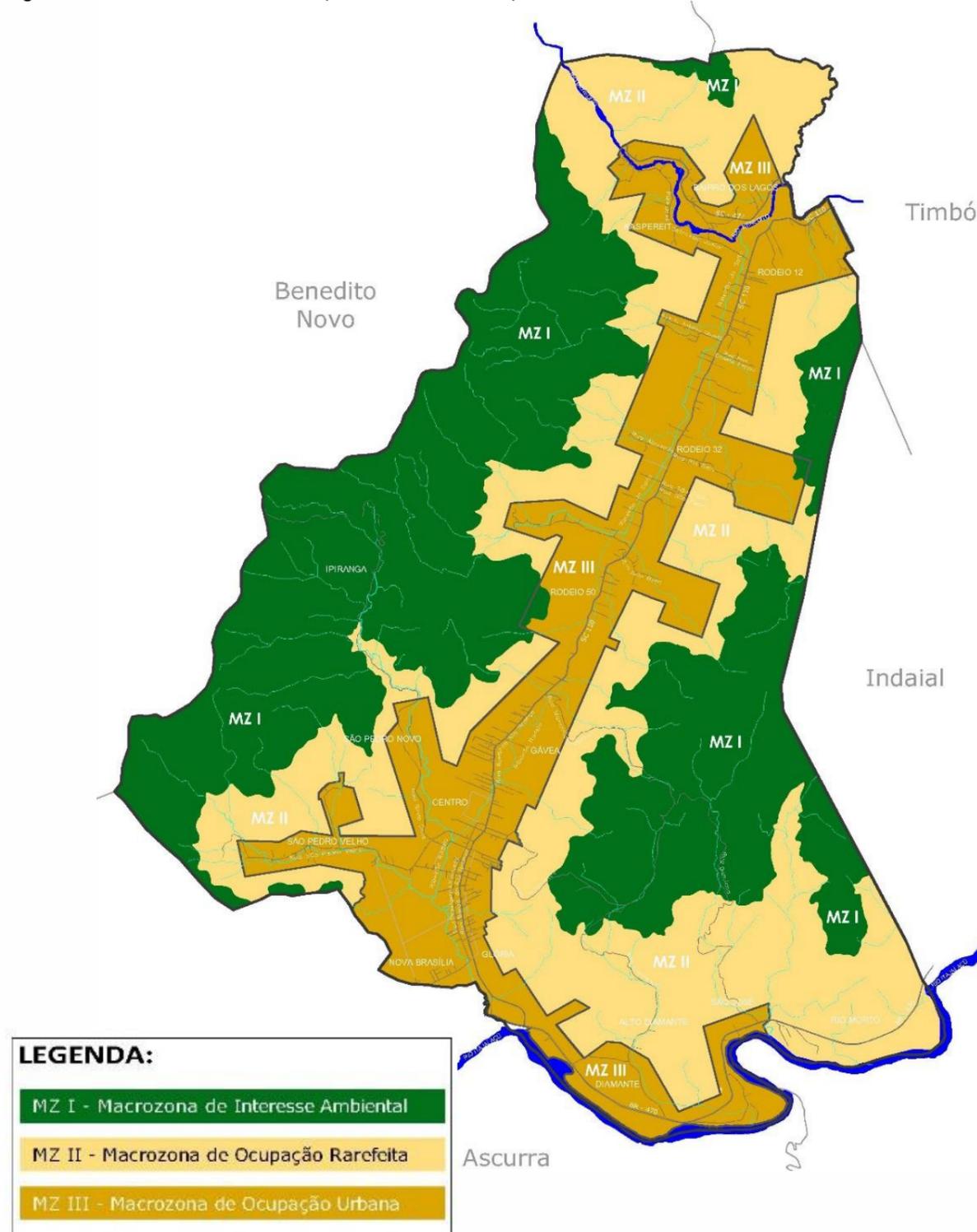
Em seu macrozoneamento, o município de Rodeio, divide-se em Macrozona de Interesse Ambiental (MZ-I), Macrozona de Ocupação Rarfeita (MZ-II) e Macrozona de Ocupação Urbana (MZ-III). A figura 11 demonstra, de forma clara, a porção do território que se destina à Macrozona de Interesse Ambiental, situada nas áreas mais altas das extremidades leste e oeste do município fazendo divisa com os municípios de Indaial a leste e Benedito Novo à Oeste; a Macrozona de Ocupação Rarfeita que ocupa a área rural entre a M-I e o urbano. A Macrozona de Ocupação Urbana cruza o município de Sul a Norte ligando a BR-470 às SC-477 e SC-110, que levam a Benedito Novo e a Timbó.

Percebe-se uma relação urbana com o município de Ascurra, pelo Bairro Nova Brasília, da mesma forma na região Norte, em Rodeio 12 que tende a desenvolver maior ligação urbana com o município de Timbó.

4.4.2 Descrição e observações a respeito do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo

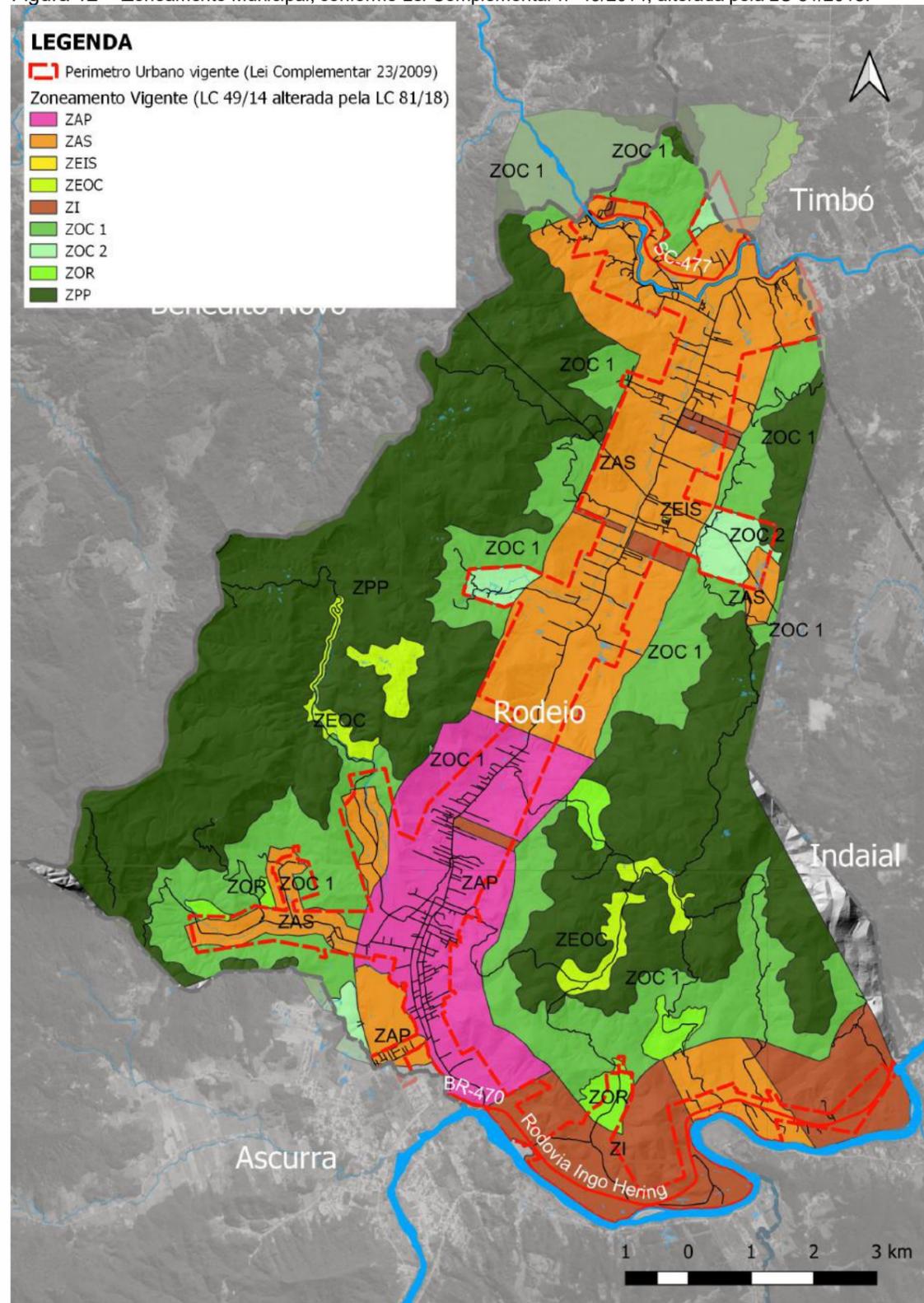
O Zoneamento Municipal, divide o município em 9 zonas distintas, sendo que existem dois tipos de zonas na MZ-I, três na MZ-II e seis na MZ-III. A seguir apresenta-se o Mapa de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo (Figura 12) e a tabela de zonas e índices que incidem sobre o município de Rodeio e seus respectivos limites de ocupação (Quadro 3).

Figura 11 – Macrozoneamento Municipal, conforme Lei Complementar nº 49/2014.



Fonte: PMR, 2014.

Figura 12 – Zoneamento Municipal, conforme Lei Complementar nº 49/2014, alterada pela LC 81/2018.



Fonte: adaptado de PMR, 2018.

Quadro 3– Índices urbanísticos segundo a Lei Complementar nº 49/2014, alterada pela LC 81/2018.

MACROZONA	SIGLA	ZONA	DESCRIÇÃO	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO	TAMANHO DO LOTE MÍNIMO (m²)	NÚMERO MÁXIMO DE PAVIMENTOS	AFASTAMENTOS RESIDENCIAIS (m)		AFASTAMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E INSTITUCIONAIS (m)		TESTADA MÍNIMA (m)	USOS DO SOLO					
								Frontal	Lateral e Fundos	Frontal	Lateral		Atividades	Porte (m²)				
													Permitido	Sujeito à análise				
														Pequeno	Médio	Grande		
MACROZONA DE INTERESSE AMBIENTAL - MZ I	ZPP	ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	Áreas não urbanizáveis, com declividades superiores a 100%, terço superior dos morros, faixas ao longo dos cursos de água e nascentes.	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
	ZEOC	ZONA ESPECIAL DE OCUPAÇÃO CONTROLADA	Áreas ocupadas anteriormente ao Plano Diretor no interior das ZPPs, mas com declividade inferior a 30% e fora das faixas de preservação dos cursos de água e nascentes.	5%	0,05	20.000	2	4	1,5	6,50	<12,00m = 1,50 m Ou >12,00m = h = H-12m RL=1,50 + (h/12)	20	Comércio e Depósitos					
MACROZONA DE OCUPAÇÃO RAREFEITA - MZ II	ZOC I	ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA I	Áreas com condições físico-territoriais que restringem a ocupação, por possuírem declividade superior a 30%, mas inferior a 100%, portanto de ocupação controlada a fim de evitar a degradação ambiental e da paisagem.	10%	0,2	20.000	2	4	1,5	6,50	<12,00m = 1,50 m Ou >12,00m = h = H-12m RL=1,50 + (h/12)	20	Comércio e Depósitos					
	ZOR	ZONA DE OCUPAÇÃO RAREFEITA	Áreas com ocupação, rarefeita, situadas fora do perímetro urbano e com declividade inferior a 30%, para uso da produção primária. Condições favoráveis a ocupação.	20%	0,2	20.000	2	4	1,5	6,50	<12,00m = 1,50 m Ou >12,00m = h = H-12m RL=1,50 + (h/12)	20	Comércio e Depósitos					
	ZPP	ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	Áreas não urbanizáveis, com declividades superiores a 100%, terço superior dos morros, faixas ao longo dos cursos de água e nascentes.	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	
MACROZONA DE OCUPAÇÃO URBANA - MZ III	ZAP	ZONA DE ADENSAMENTO PRIORITÁRIO	Áreas de adensamento prioritário, atendidas por infraestrutura e equipamentos básicos.	70%	4	360,00	12	4	1,5	6,50	<12,00m = 1,50 m Ou >12,00m = h = H-12m RL=1,50 + (h/12)	12	Comércio e Depósitos					
	ZAS	ZONA DE ADENSAMENTO SECUNDÁRIO	Áreas com baixa densidade de ocupação, pouca infraestrutura, mas propícias à urbanização.	60%	3	360,00	8	4	1,5	6,50	<12,00m = 1,50 m Ou >12,00m = h = H-12m RL=1,50 + (h/12)	12	Comércio e Depósitos					
	ZI	ZONA INDUSTRIAL	Áreas de uso predominantemente industrial.	60%	2	1.000	4	4	3	6,50	<12,00m = 1,50 m Ou >12,00m = h = H-12m RL=1,50 + (h/12)	25	Comércio e Depósitos					
	ZEIS	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL	Áreas públicas destinadas à Habitação de Interesse Social.	70%	2	150,00	2	4	1,5	6,50	<12,00m = 1,50 m Ou >12,00m = h = H-12m RL=1,50 + (h/12)	10	Comércio e Depósitos					
	ZOC II	ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA II	Áreas urbanas com condições físico-territoriais que restringem a ocupação, por possuírem declividade superior a 30%, mas inferior a 100%, portanto de ocupação controlada visando evitar a degradação ambiental e da paisagem.	15%	0,2	1.000	2	4	1,5	6,50	<12,00m = 1,50 m Ou >12,00m = h = H-12m RL=1,50 + (h/12)	25	Comércio e Depósitos					
ZPP	ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	Áreas não urbanizáveis, com declividades superiores a 100%, terço superior dos morros, faixas ao longo dos cursos de água e nascentes.	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	

Fonte: PMR, 2018.

A respeito do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Municipal (Figura 12) e seus índices urbanísticos são possíveis as seguintes análises:

- A maior parte da área urbana encontra-se delimitada como Zona de Adensamento Secundário (ZURB), cujas restrições se aplicam às atividades industriais de grande porte, assim como as de pequeno e médio porte para os casos de atividades industriais de alto potencial de degradação ambiental.
- A segunda zona com maior área dentro do perímetro urbano é a Zona de Adensamento Prioritário, que se localiza na região central do município. Esta zona é mais restritiva quanto aos usos industriais, sujeitando à análise além dos memos que estão sujeitos na ZAS, também os usos industriais de médio porte que tenham médio potencial de degradação ambiental. Além desta restrição, também são sujeitos à análise as atividades institucionais de grande porte.
- Quanto aos índices urbanísticos estas duas zonas, que ocupam a maior parte da área urbana de Rodeio, podem ser consideradas bastante liberais, pois ambas permitem alto gabarito e, principalmente alto coeficiente de aproveitamento, em contraposição os valores de recuos lateral e de fundos são bastante modestos. Estes altos coeficientes de aproveitamento, sendo 4 para a ZAP e 3 para a ZAS, além de serem muito além da demanda existente no município, como será demonstrado no item 4 – Caracterização da Ocupação, também não contribuem para o direcionamento do adensamento urbano e assim, atrapalham o planejamento urbano no sentido de não haver clareza sobre as áreas prioritárias para o desenvolvimento e investimento público em infraestrutura urbana, pois estas zonas se estendem por quase a totalidade da área urbana.
- Ainda na área urbana, outra zona que se destaca é a Zona Industrial (ZI) que se apresenta principalmente ao longo da BR-470, localização favorável graças à importância da rodovia. Além desta localização estratégica, também existem pequenos trechos, ou manchas pontuais principalmente ao longo da principal via do município, a Rua Barão do Rio Branco;
- Na área rural os índices urbanísticos das zonas são mais coerentes com a realidade, refletindo preocupação com as características geomorfológicas e sua interface com o uso e ocupação do solo. Restam para a área rural, em sua grande maioria, as áreas de elevada declividade, em geral acima de 30%. Acima de tal declividade é proibido o parcelamento urbano e incide limite ao corte raso de vegetação. Cabe ressaltar que, para o uso agrícola mecanizado há o limite de declividade de 12%, assim apenas poucos trechos rurais (nos Bairros Crescêncio, Diamantina, Rio Morto, Abissínia e Ipiranga) podem receber agricultura mecanizada, à exceção da área rural localizada entre os Bairros Glória, Nova Brasília e São Pedro Velho, que possui extensão plana de maior dimensão.

- Cabe ainda pontuar que se verifica uma incongruência entre o perímetro urbano e o zoneamento de uso e ocupação do solo vigentes. O zoneamento, produto de legislação mais recente, extrapola os limites urbanos fazendo com que índices ou parâmetros urbanos estejam sendo aplicados sobre área rural. É gritante a incompatibilidade do estabelecimento de lotes mínimos inferiores ao módulo rural nessas áreas que, por lei, ainda são rurais.

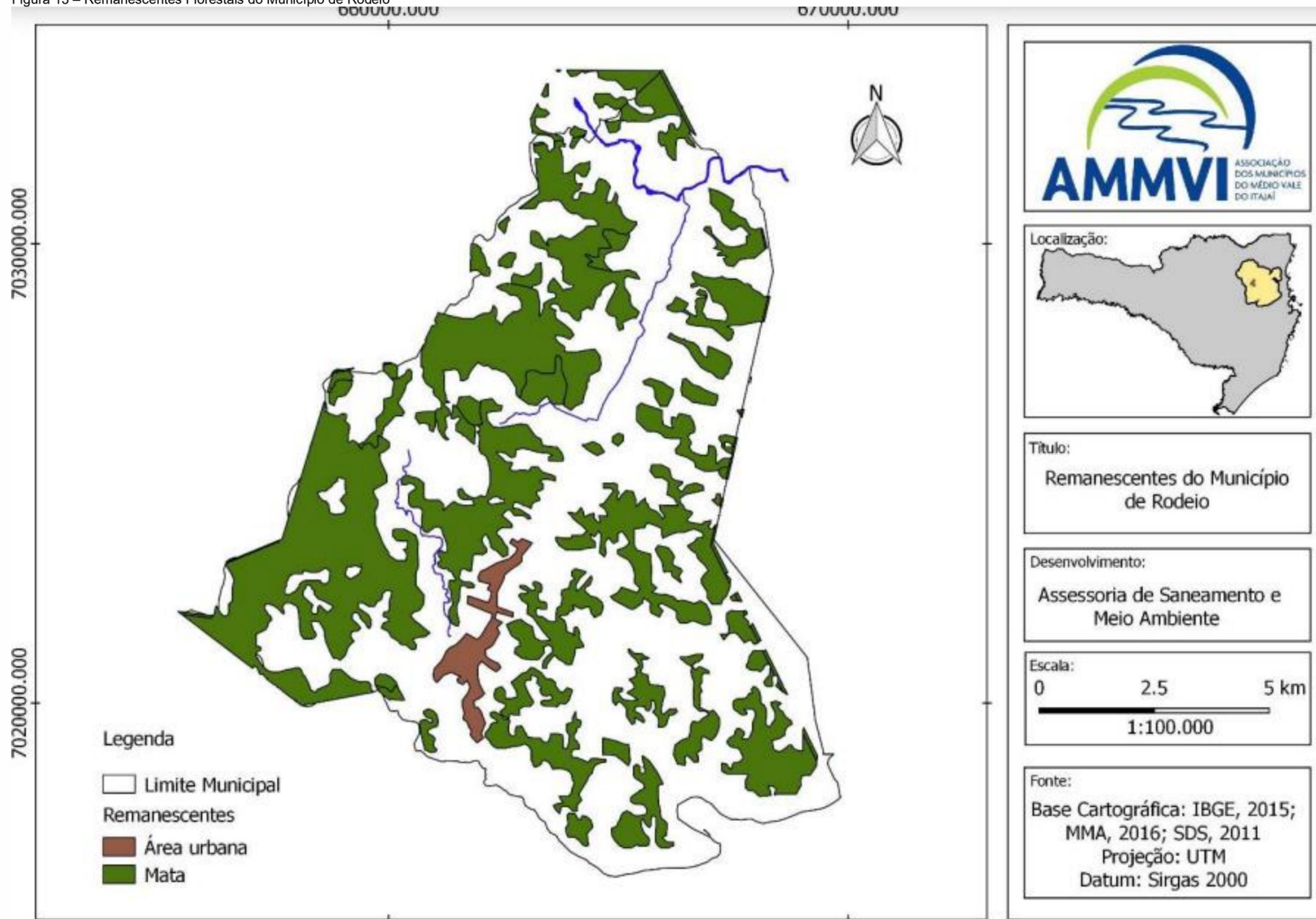
4.5 Condicionantes físico-ambientais

Sobre o território de Rodeio, encontram-se aspectos físico-ambientais também observados em outras cidades que compõem a região do Médio Vale do Itajaí. O município é privilegiado com paisagens compostas pela presença de maciços vegetais, relevos acentuados e uma grande quantidade de ramificações de cursos d'água, a conformação das montanhas que “rodeiam” o município cria uma paisagem única e marcante. Entretanto, a forma de ocupação territorial da região desde a colonização, não levando em conta importantes aspectos das características naturais, ocasiona sérios problemas. As enchentes e deslizamentos que ocorreram, em especial em 2008 e 2011, são exemplos da frágil condição natural de Rodeio e região, e deixam clara a necessidade de um planejamento que considere as questões ambientais como um dos focos centrais.

O município de Rodeio está situado no Bioma Mata Atlântica em uma região de Floresta Ombrófila Densa. De acordo com estudo realizado pela AMMVI em 2019, as áreas mais devastadas foram aquelas situadas nos fundos de vale, para o consumo de madeira de lei, formação de pastagens e áreas agrícolas, abertura de ruas e construção de moradias, sendo que a maior concentração de espécies remanescentes pode ser encontrada nas porções oeste e leste do município, junto às áreas de maior declividade da Serra do Mar.

Tal levantamento (AMMVI, 2019) apontou que o município, quanto à biodiversidade, apresenta uma floresta um tanto comprometida em relação aos seus recursos naturais, isso, no futuro poderá trazer danos ao ecossistema na eventual ausência de planos adequados. Atualmente o município conta apenas com 5% de floresta nativa, o restante é capoeirão (Figura 13).

Figura 13 – Remanescentes Florestais do Município de Rodeio



Fonte, MMA, 2016, apud AMMVI, 2019.

Ainda de acordo com o citado estudo, nos remanescentes é possível encontrar capivaras, cutias, bugios, quero-queros, mergulhões e garças brancas, além de aves de pequeno porte. Sendo que quanto menor a urbanização, maior a diversidade. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2003), algumas espécies como o morcego, bugio, jaguatirica, gato-do-mato e gato maracujá, que habitam a região, encontram-se na lista das espécies ameaçadas de extinção.

Rodeio faz parte da Bacia do Rio Itajaí, que é maior vertente atlântica do estado, ocupando 16,5% do território catarinense. A Sub-bacia do Rio Itajaí-açu é uma das principais bacias da região e seu rio principal, o Itajaí-açu, maior contribuinte da bacia, tangencia o município em sua porção sul e tem traçado sinuoso, com curvas abruptas e largura variando entre 100 e 200 metros. Outra importante sub-bacia da qual faz parte o município, é a do Rio Benedito, que corta o município no sentido Oeste-Leste em sua porção Norte.

A principal demanda por água em Rodeio é decorrente das extensas áreas cultivadas com arroz-irrigado, que disputam a água disponível com o consumo urbano e a atividade industrial (AMMVI, 2019, p.113).

Os principais ribeirões são: Ribeirão Rodeio Doze, Ribeirão do Salto, Ribeirão Ipiranga e Ribeirão São Pedro. O Rio Benedito atravessa o município e o Rio Itajaí-açu toca o município fazendo sua divisa sul com o município de Indaial. O divisor de águas do Ribeirão Salto e Rio São Pedro que correm em sentido oposto, ficam em São Vergílio no Bairro Rodeio 50. As terras planas como as dos arrozais recebem as águas das vertentes do Salto, São Pedro e das vertentes nas elevações de araponga (AMMVI, 2019, p.113).

O Ribeirão Doze e o Ribeirão Salto desembocam no Rio Benedito. Os Ribeirões Ipiranga, São Pedro e o Damiana desembocam no Rio Itajaí-Açu. O ribeirão São Pedro junta as águas de São Pedro Novo e de São Pedro Velho, dando a denominação dos bairros. No bairro São Pedro Novo se localiza a Cachoeira denominada “O Salto” muito apreciada por visitantes. (AMMVI, 2019, p.113).

Considerando o histórico de enchentes de toda a Bacia do rio Itajaí, assim como os “novos” eventos de enxurradas e deslizamentos que vêm ocorrendo em maior número em toda a região, cabe uma consideração a respeito das áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal, áreas estas que, no caso das APP ao longo de rios, tiveram suas distâncias majoradas, em 1986, por iniciativa do deputado catarinense Artenir Werner¹ após os desastres de 1983 e 84 no Vale do Itajaí. Entendemos que, mesmo com o aparato legislativo ambiental existente e, até certo ponto, já bastante conhecido, é necessário o mapeamento e publicização destas informações junto aos documentos

relativos ao zoneamento evitando equívocos e informações dúbias. O cidadão de Rodeio deve conseguir, de forma facilitada, saber se seu imóvel está inserido em uma área de preservação ou de risco ambiental.

De acordo com o Estudo Técnico Socioambiental (AMMVI, 2019, p.6), dados do CEPED/UFSC (2016), a partir de estimativas realizadas e informadas pelos municípios, apontam que “o valor total de danos e prejuízos decorrentes de desastres hidrológicos no Estado de Santa Catarina entre 1995 e 2014, foi de aproximadamente R\$ 9.775.913.674,24. [...] Levando-se em consideração, apenas a Microrregião de Blumenau, este valor foi de R\$ 145.224.384,29 por ano e, no que se refere ao município de Rodeio, R\$ 342.052,86 o que significa que o Município perde aproximadamente R\$ 29 mil mensalmente com desastres hidrológicos”

Vale apontar que o estudo realizado pelo Serviço Geológico do Brasil, em 2018, “Setorização de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações”, descreve 16 setores de alto e muito alto risco na área urbana de Rodeio. Este estudo frisa que **todos os setores relacionados a movimentos de massa “encontram-se na porção basal das encostas que circundam a cidade, locais para os quais a urbanização vem avançando, por vezes de maneira desordenada.[...] A realização de cortes subverticais na encosta para nivelar o terreno, sem realizar contenções, retaludamentos ou drenagem e sem acompanhamento técnico é um grande fator de risco na região, além das moradias estarem construídas sem guardar distância segura destes cortes (Figura 14). Porém, nota-se que a ocupação de terrenos desfavoráveis à ocupação é o principal fator de risco, normalmente em encostas íngremes com umidade elevada ou mesmo em drenagens, constituídos de antigos depósitos de tálus ou colúvio, contendo blocos subarredondados de tamanhos diversos”** (CPRM, 2018, p.9 e 10).

¹ do então DPS e posteriormente do PFL.

Figura 14 – Reprodução das imagens apresentados no Estudo CPRM 2018 e citadas acima.

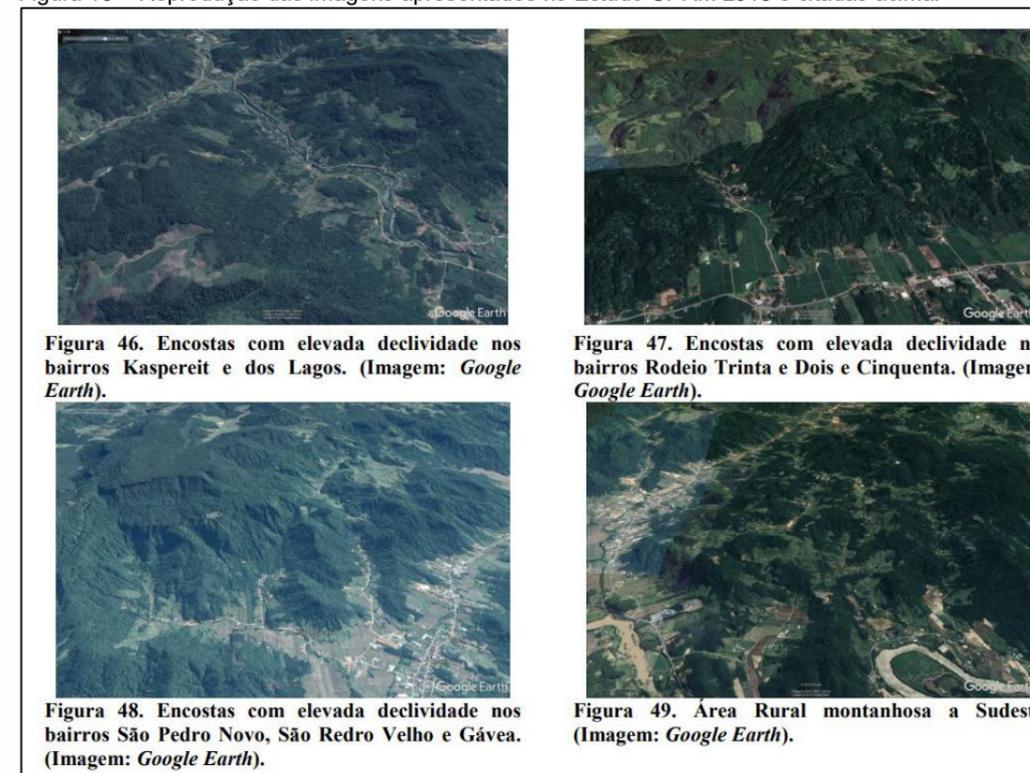


Fonte CPRM, 2018.

Tal estudo alerta ainda para a **necessidade de fiscalização nas áreas apontadas como de risco, assim como nas áreas onde há suscetibilidade de ocorrências** (Figura 15):

Devido à elevada declividade das encostas, podem ocorrer também enxurradas ou mesmo corridas de detritos (observação corroborada pela Carta de Suscetibilidade do Município, realizada pelo IPT no ano de 2013 e revisada em 2015, que aponta bacias capazes de gerar fluxos de detritos nos bairros de São Pedro Velho, Rodeio Cinquenta, Trinta e dois e Doze, Kaspereit e Bairro dos Lagos, além de diversas bacias suscetíveis a enxurradas). **Estes processos podem trazer risco às residências mais próximas das drenagens. É recomendável que essas áreas sejam fiscalizadas para impedir construções em áreas de drenagem ou muito próximas às encostas, além de executar planos de contingência específicos para estas regiões** (CPRM, 2018, p. 18, grifo nosso).

Figura 15 – Reprodução das imagens apresentados no Estudo CPRM 2018 e citadas acima.



Fonte CPRM, 2018.

As APPs não têm apenas a função de preservar a vegetação ou a biodiversidade, mas cumprem uma função ambiental muito mais abrangente, voltada, em última instância, a proteger espaços de relevante importância para a conservação da qualidade ambiental como a estabilidade geológica, a proteção do solo e principalmente assegurar o bem-estar das populações humanas (MMA, 2011 apud AMMVI, 2019). Como mencionado rapidamente acima, as faixas marginais descritas no artigo 4º da Lei Federal 12.651/12 nem sempre tiveram as distâncias ali descritas. O quadro 4 apresenta um levantamento histórico da legislação que trata das APP de rios, mostrando a variação da sua largura conforme as modificações nas legislações.

A partir do Mapa de Áreas de Preservação Permanente ao longo de rios e ao redor de nascentes de acordo com o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12) apresentado na figura 16, percebe-se a vasta rede de drenagem que percorre o município e contribui para a formação do Rio Itajaí-açu e do Rio Benedito. Esta rede é protegida tanto pelas APP “de rios” quanto pelas APP “de nascentes”. As APP de rios variam, no município, de 30m até 100m e as APP de nascentes são de 50m de raio, tendo a nascente como centro.

Em 2019 foi finalizado o Estudo Técnico Socioambiental (ETSA), realizado pela Associação dos Municípios do Vale Europeu (então AMMVI) em conjunto com 13 municípios da associação. Tal estudo

visou identificar e delimitar os núcleos urbanos e os núcleos urbanos informais do Município de Rodeio e estabelecer medidas para a regularização ambiental e/ou fundiária de imóveis situados em área de preservação permanente ao longo de cursos de água naturais, nos termos do que estabelecem o artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal, de 1988, os artigos 64 e 65 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017. O ETSA estabeleceu critérios e definiu medidas a partir das quais poderá ocorrer ocupação dentro das áreas de APP de rio (Linha Limite de Ocupação em APP – LLO-APP), de acordo também com critérios específicos estabelecidos no estudo.

Cabe ressaltar que este estudo e a flexibilização quanto à ocupação de APP de rios dele decorrente, tem caráter de regularização e, de acordo com a Lei Federal nº 13.465/17 e entendimento do Ministério Público, deve respeitar o marco temporal de 25 de maio de 2012, data da promulgação do Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12), assim novas ocupações nestas áreas somente poderão ocorrer se se enquadrarem nos termos da lei resultante do ETSA de Rodeio, a Lei Complementar nº 96, de 01 de outubro de 2020.

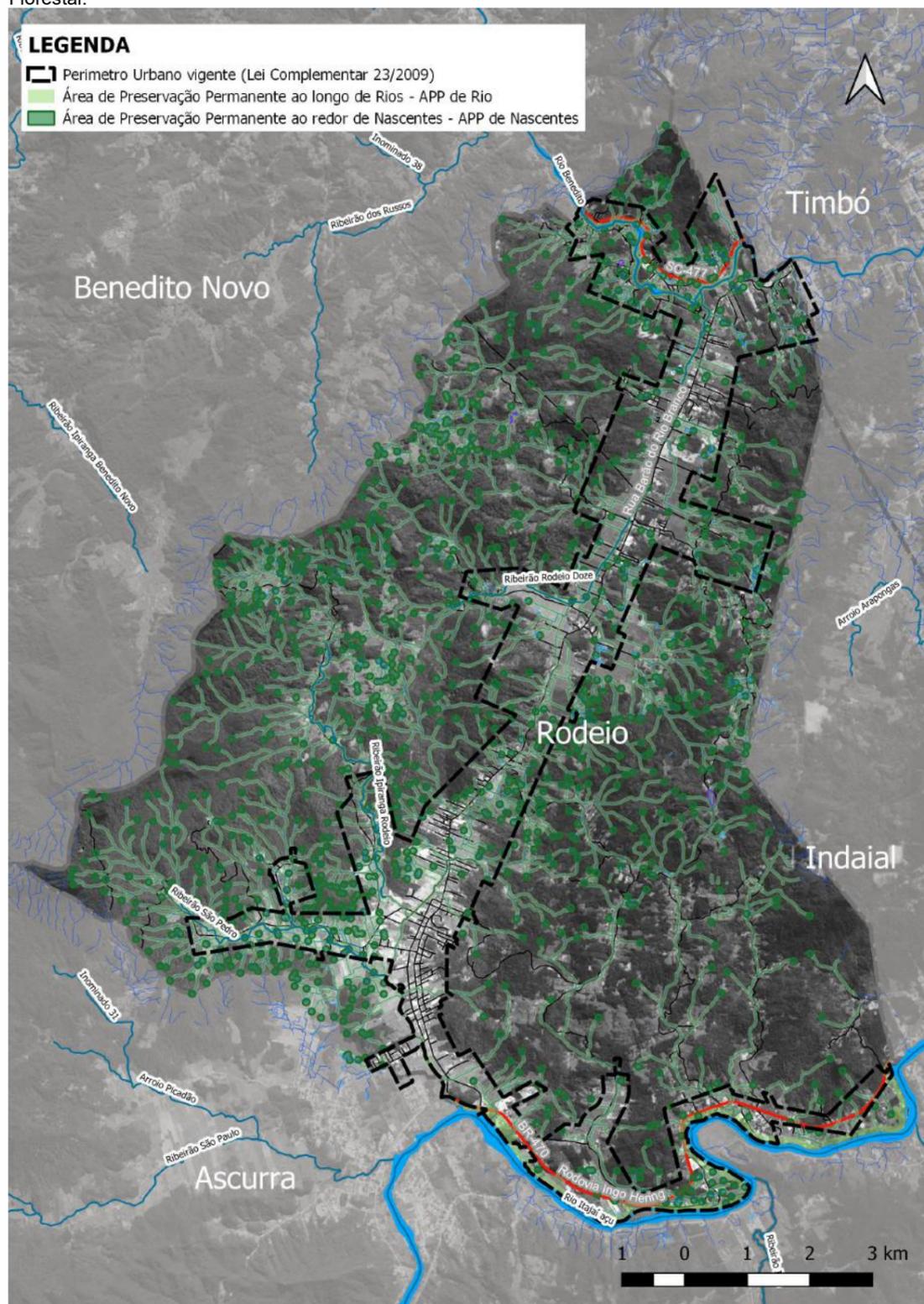
Contudo, em 29 de dezembro de 2021, foi aprovada a Lei Federal nº 14.285, que visa passar para o município a competência de estabelecer as medidas das APPs de rio nas áreas urbanas consolidadas. De acordo com tal legislação, será necessário um estudo específico para o estabelecimento de tais medidas e esta definição deverá integrar o rol das leis urbanísticas, fazendo parte do “pacote” do Plano Diretor Municipal. De todo modo, tal lei é bastante contestada, sendo alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que pede medida cautelar contra ela e discute o provável retrocesso ambiental decorrente da lei, assim como a competência municipal para a definição das medidas das APPs ao longo dos rios.

Quadro 4– Histórico da Legislação Ambiental sobre APP de rios – variação das larguras.

Decreto nº23.793/1934	Lei Federal	Lei nº 7.511/ 1986	Lei Federal nº 7.803/1989	Lei Federal nº 12.651/2012	Lei Federal nº 14.285/2021 (altera 12.651/12 e 6766/79)
Art. 4º Serão consideradas florestas protectoras as que, por sua localização, servirem conjuncta ou separadamente para qualquer dos fins seguintes:	Art.2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:	Art. 1º Os números da alínea a do artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, passam a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:	Art. 1º A Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:	Em seu art. 2º altera a Lei nº 12.651/2012, modificando os critérios para definição de área urbana consolidada
a) conservar o regimen das aguas;	a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:	1. de 30 (trinta) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;	a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:	I- as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:	Em seu art. 3º altera a Lei nº 11.952/2009:
b) evitar a erosão das terras pela acção dos agentes naturaes;	1 - de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;	2. de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;	1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;	a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;	Art. 22, § 5º Os limites das áreas de preservação permanente marginais de qualquer curso d'água natural em área urbana serão determinados nos planos diretores e nas leis municipais de uso do solo, ouvidos os conselhos estaduais e municipais de meio ambiente." (NR)
c) fixar dunas;	2 - igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distância entre as margens;	3. de 100 (cem) metros para os cursos d'água que meçam entre 50 (cinquenta) e 100 (cem) metros de largura;	2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;	b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;	Em seu art. 4º altera a lei 6766/79 passando a competência de legislar sobre as faixas não edificáveis ao longo dos rios para os municípios:
d) auxiliar a defesa das fronteiras, de modo julgado necessário pelas autoridades militares;	3 - de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros.	4. de 150 (cento e cinquenta) metros para os cursos d'água que possuam entre 100 (cem) e 200 (duzentos) metros de largura; igual à distância entre as margens para os cursos d'água com largura superior a 200 (duzentos) metros;	3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;	c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;	III-B - ao longo das águas correntes e dormentes, as áreas de faixas não edificáveis deverão respeitar a lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento de planejamento territorial e que definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d'água naturais em área urbana consolidada, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem, indicada em diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município;
e) assegurar condições de salubridade publica;			4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;	d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;	
f) f) proteger sítios que por sua beleza mereçam ser conservados;			5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;	e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;	

Fonte: NEUR, 2022 adaptado de AMMVI, 2019 e Brasil, 2021.

Figura 16 – Mapa de Áreas de Preservação Permanente ao longo de rios e ao redor de nascentes de acordo com o Código Florestal.



Fonte: NEUR, 2022, adaptado de AMMVI, 2019.

De acordo com o relatório da Setorização de Áreas em Alto e Muito Alto Risco de Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações (BRASIL, 2018, p. 9):

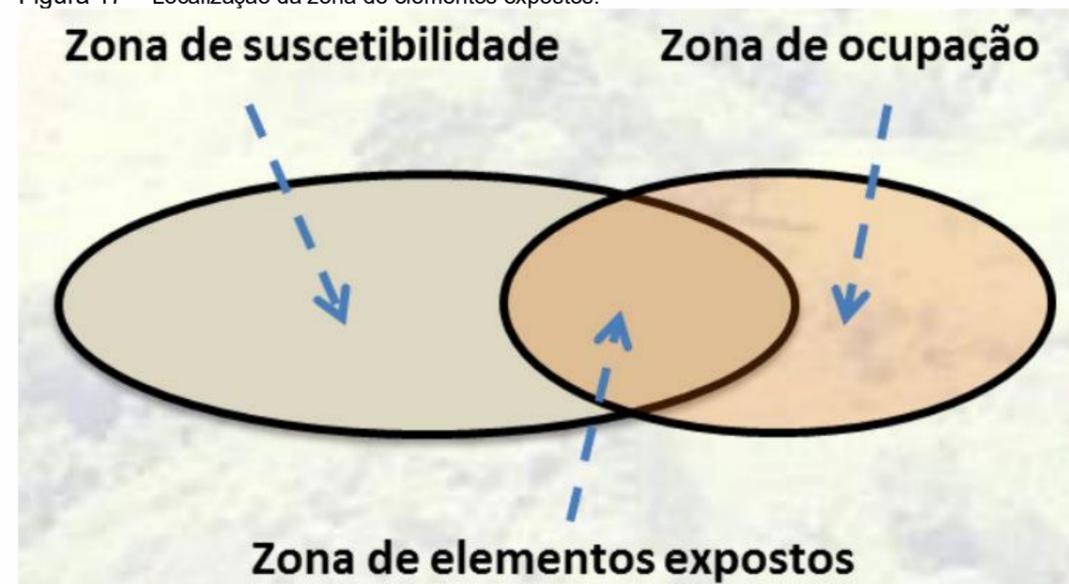
“Geomorfologicamente, o vale é composto por morros altos e escarpas predominantemente, com colinas junto ao fundo do vale (Bitar et al., 2013). **Exibe vertentes moderadas a íngremes e amplas planícies de inundação.**

A urbanização ocorre ao longo do fundo deste vale, às margens da Rodovia SC-416, de onde partem ruas ortogonais que atravessam as planícies de inundação e terraços destes cursos d’água e terminam na base das encostas que bordejam o vale. **A base das encostas íngremes e as planícies de inundação são os locais onde se encontra a maioria dos setores de risco alto e muito alto no município.**”

Cabe aqui falar do conceito de risco que, apesar de se modificar conforme acordos sociais ou setores de aplicação, “se refere à incerteza e gravidade das consequências de uma atividade ou evento em relação a algo que os humanos valorizam” (INTERNATIONAL RISK GOVERNANCE COUNCIL, 2017 apud JANSEN, 2020, p. 43), pode ser entendido como uma medida da ameaça e das consequências, tanto em vidas quanto materiais e financeiras, que tal ameaça poderá causar num dado intervalo de tempo (BITAR, 2014).

Assim pode-se ilustrar a relação entre suscetibilidade e risco “a partir da delimitação das zonas de suscetibilidade e de ocupação (área urbanizada, por exemplo). A intersecção define a zona de elementos expostos, a qual deve ser objeto de análises específicas em relação a perigo e risco” (Figura 17) (BITAR, 2014, p.3).

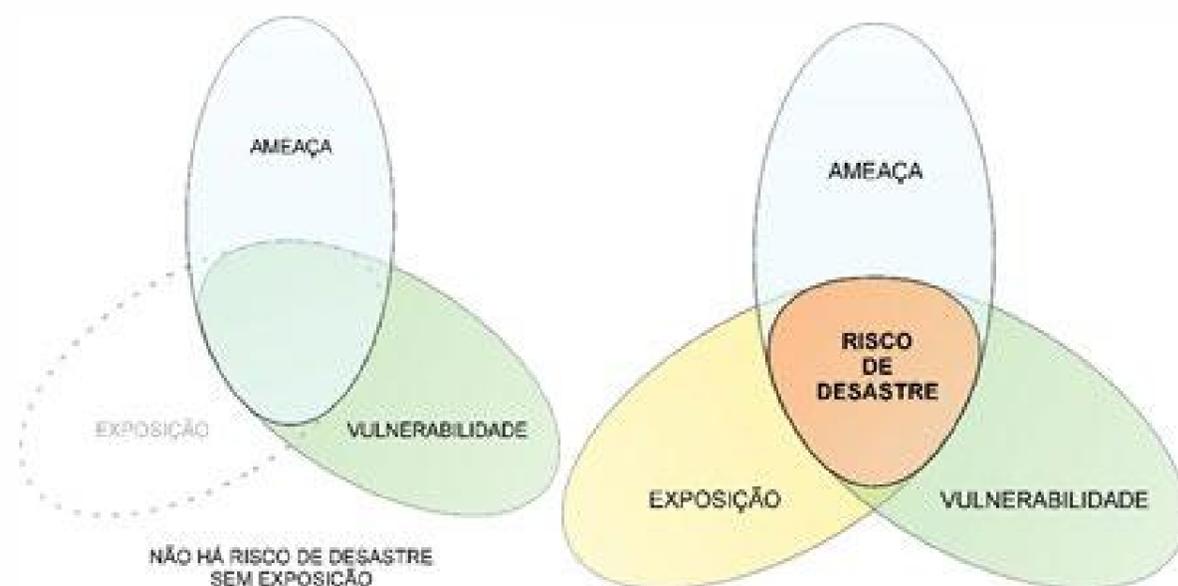
Figura 17 – Localização da zona de elementos expostos.



Fonte: BITAR, 2014.

Indo ainda mais adiante para o entendimento do que vem a ser o risco, pensando na zona de intersecção onde os elementos estão expostos, “pode-se dizer que o risco é composto pela interação entre diferentes fatores: **a) ameaça** (evento físico potencialmente danoso e seu grau de periculosidade, como deslizamento, inundação, vendaval, etc.); **b) exposição** (presença humana), e **c) vulnerabilidade** (condição intrínseca do sistema) (NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009 apud JANSEN, 2020, p.45). A vulnerabilidade diz respeito ao grau de perdas e danos associados aos elementos expostos (BITAR, 2014), quanto mais vulnerável uma população, por exemplo, maiores serão as perdas em um eventual desastre. A figura 18 ilustra as condições que compõem o risco de desastre.

Figura 18 – Condições que compõem o risco de desastre e ausência da Exposição do risco de desastre



Fonte: JANSEN, 2020

Como forma de sedimentar a diferença entre os conceitos de suscetibilidade e risco, pode-se finalizar dizendo que um mapeamento de suscetibilidade “procura contribuir na formulação de respostas à pergunta ‘onde pode ocorrer?’, que se refere às áreas em que há características relativamente mais favoráveis ao desenvolvimento de determinado processo”. Já os mapeamentos e estudos “de vulnerabilidade, severidade, perigo, consequências e risco, buscam atender questões acerca de ‘como e quando pode ocorrer?’ e, ainda, sobre ‘quais seriam as consequências?’” (BITAR, 2014, p. 4).

Assim, na descrição da metodologia aplicada para o desenvolvimento do estudo que fez a Setorização de Áreas em Alto e Muito Alto Risco de Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações (BRASIL, 2018), se ressaltou que a identificação dos riscos se limitou:

À região habitada atualmente. Entretanto, isso não significa que as áreas de planície de inundação ou encostas adjacentes à área identificada não sejam suscetíveis a serem atingidas por eventos de inundação ou movimentação de massa. Assim, **áreas atualmente não ocupadas podem apresentar risco à população, caso sejam habitadas de maneira inadequada.** (Brasil, 2019, p. 7, grifo nosso)

O município de Rodeio possui encostas declivosas que normalmente possuem depósitos de acumulação com diversos blocos próximos à base [...]. Muitos locais visitados, apesar de situados neste tipo de região, não foram considerados setores de risco alto. Fatores como maiores distâncias das casas com relação à encosta, taludes de pequenas proporções, forma e tamanho dos blocos ou mesmo insuficiência de indícios que sugiram movimentações atenuam o grau de risco. Apesar disto estes são fatores facilmente mutáveis e os locais devem ser monitoradas pelo município principalmente no sentido de evitar que a urbanização avance sobre áreas perigosas. (Brasil, 2019, p. 14)

A figura 19 apresenta um cruzamento da delimitação da área urbana com os dados obtidos a partir do Serviço Geológico do Brasil, que mapeou as áreas em Alto e Muito Alto Risco de Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações, em 2018, e as Áreas Suscetíveis a Movimento, Corrida de Massa e Enxurrada, em 2014; e com os dados das áreas expostas ao risco de inundação, a partir de estudo elaborado em 2016 e disponibilizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Esse cruzamento mostra que a grande maioria da área rural apresenta média ou alta suscetibilidade a movimentos de massa, já na área urbana é possível perceber que as áreas mais próximas ao centro, assim como as mais próximas ao Rio Benedito são as mais expostas ao risco de inundação. Também é importante dar atenção às grandes manchas de suscetibilidade a enxurradas que se apresentam em áreas habitadas e também próximas aos limites urbanos.

A figura 20, apresenta a declividade, obtida a partir do modelo digital do terreno, de 2011, disponibilizado no SIGSC. Para esta leitura da realidade a declividade está apresentada em seis classes de acordo com critérios técnicos (alguns também já salvaguardados por meio de leis federais) que influenciam o uso e a ocupação. Quais sejam: **(1) declividade menor que 5%** - segundo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT-SP) e a EMLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, estas declividades são internacionalmente reconhecidas como restritivas para a ocupação industrial, por serem áreas com baixo escoamento, tendentes a inundações e que dificultam a implantação de infraestrutura de saneamento; **(2) declividade entre 5% e 12%** - declividade que favorece a ocupação urbana, sendo 12% a declividade máxima recomendada para mecanização da agricultura; **(3) declividade entre 12% e 30%** - 30% é o limite máximo de declividade permitido para parcelamento do solo, de acordo com a lei federal 6.766/79; **(4) declividade entre 30% e 47%** - 47% (25°) é o limite a partir do qual não se permite o corte raso; **(5) declividade entre 47% e 100% (25° a 45°)** – consideradas áreas de uso restrito pela lei federal, onde a exploração só é permitida

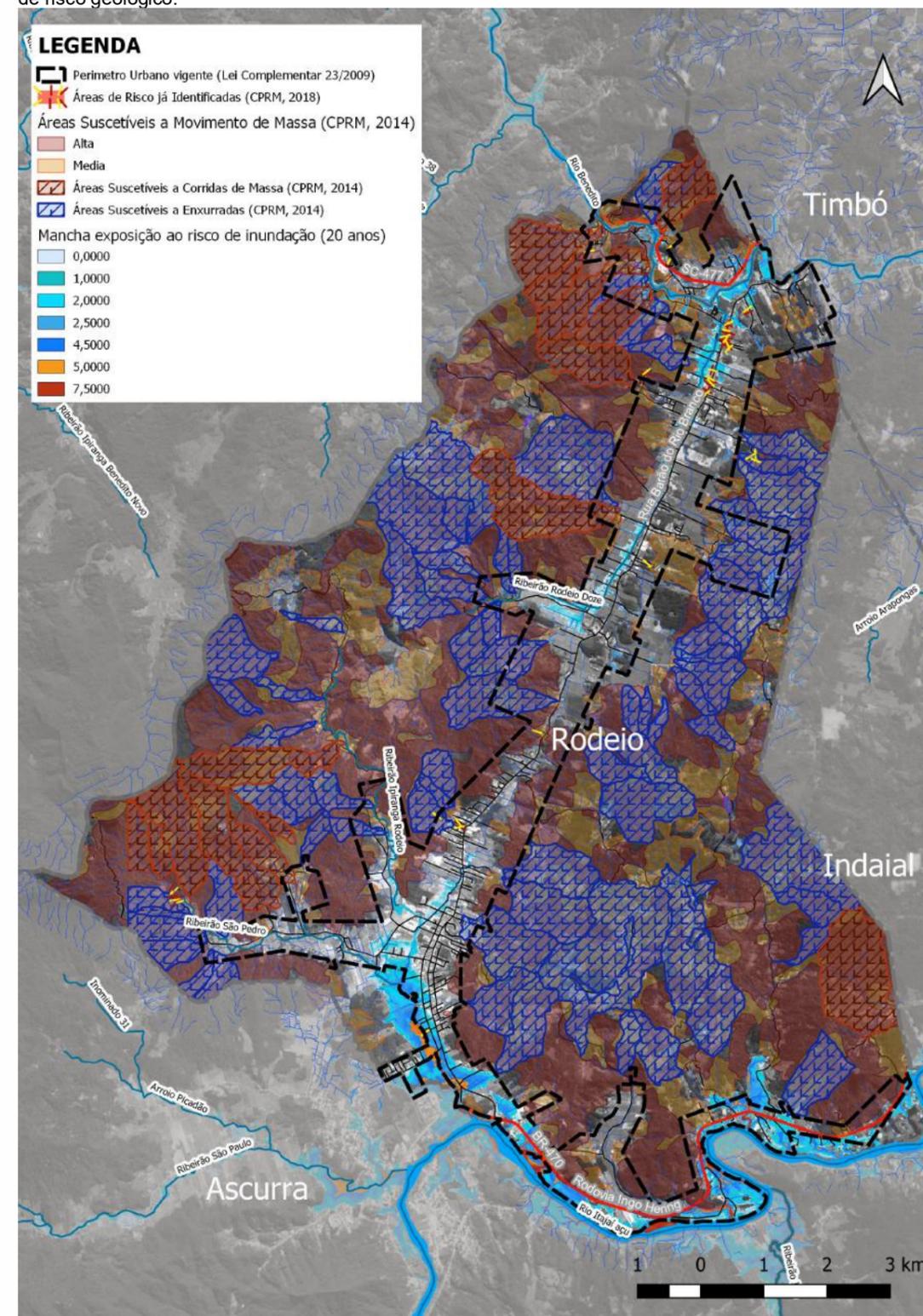
se sustentada por cobertura de florestas (Art. 11 da lei 12.651/12); e **(6) declividade acima de 100% (>45°)** – são Áreas de Preservação Permanente, é proibida a ocupação (Art. 4º, V, da lei 12.651/12).

Analisando o mapa de declividade do município percebe-se que predominam as declividades superiores a 12%, sendo a classe de declividade entre 12 e 30% bastante entrecortada por trechos de declividade superior, não configurando grandes extensões em que essa classe seja contínua. Na área urbana, principalmente ao longo da Rua Barão do Rio Branco, predominam as declividades de até 12%, havendo muitas áreas (principalmente nos bairros mais centrais) onde predominam declividades de até 5%. Ao cruzar essas áreas menos declivosas com o mapeamento de exposição ao risco de inundações (Figura 19), percebe-se que são justamente as áreas mais expostas a esse risco. Quando se analisa a declividade juntamente com a delimitação das áreas suscetíveis a movimento e corrida de massa (Figura 19) entende-se que a declividade é componente importante para a definição dessas áreas suscetíveis no município. Da mesma forma, a suscetibilidade a enxurradas é fortemente ligada à existência de altas declividades.

A sobreposição da alta declividade às manchas de risco e suscetibilidade citadas acima, assim como às áreas de APP de rios e nascentes, deu origem à figura 21. Este cruzamento, que inclui também as edificações e vias municipais, evidencia as condições físico-territoriais do município. Nele é possível observar possíveis conflitos com o processo de urbanização. São demonstradas as áreas de preservação permanente (APPs) dos cursos d'água e nascentes, as áreas com alta declividade, bem como as áreas passíveis de deslizamentos e inundações. Tal cruzamento de dados objetivou deixar claro quais áreas do município são passíveis de ocupação, as quais apresentam alguma restrição e quais áreas não são ocupáveis.

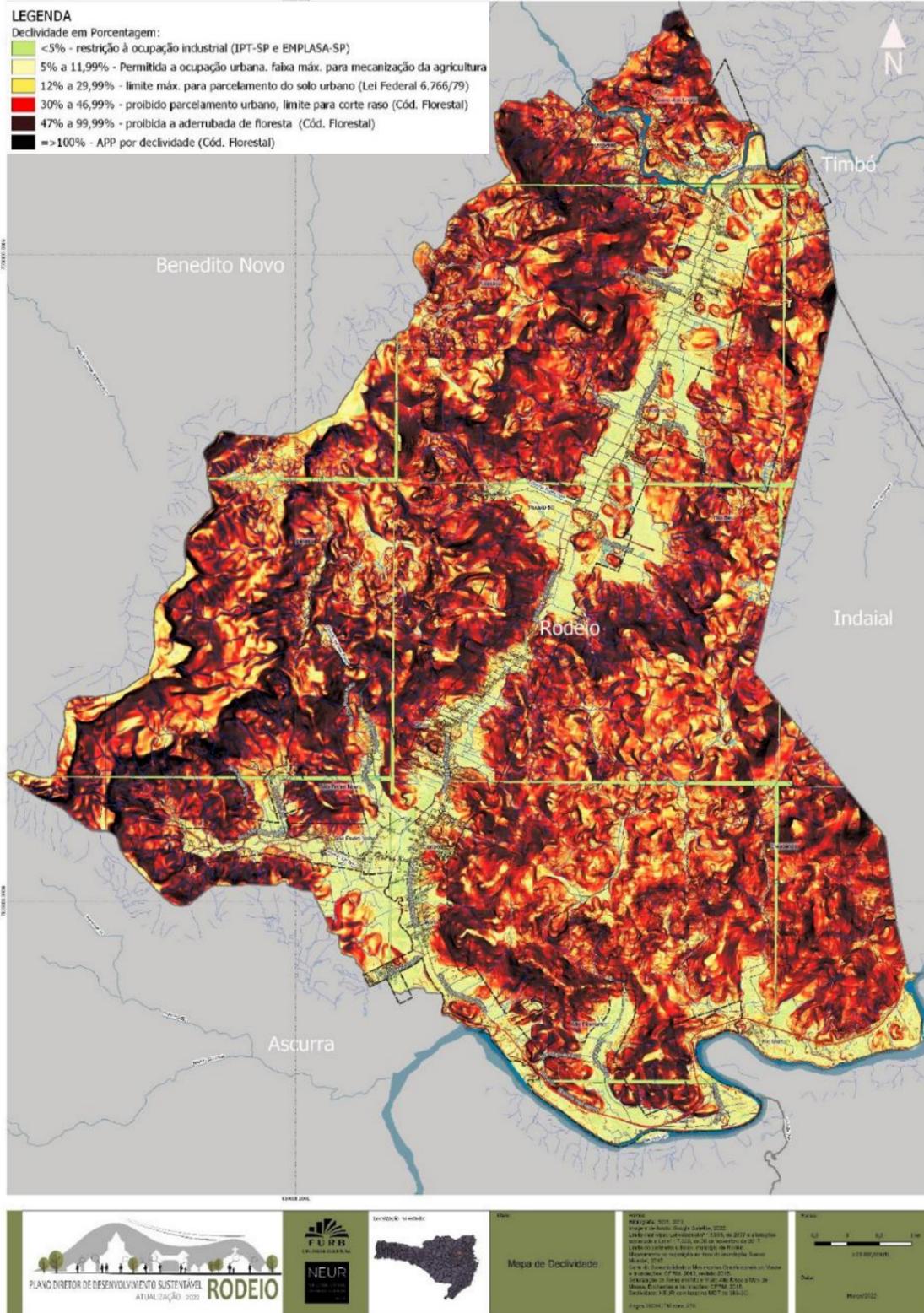
Após analisar as condicionantes físico-ambientais, é interessante analisar as características da ocupação, como se dá a apropriação do espaço físico do município, com as condicionantes acima demonstradas, pela população, enfim, como se dá a urbanização deste espaço. Este será o objetivo do próximo item: Caracterização da Ocupação.

Figura 19 – Mapa de exposição ao risco de inundação, áreas suscetíveis a movimento, corrida de massa e enxurrada e áreas de risco geológico.



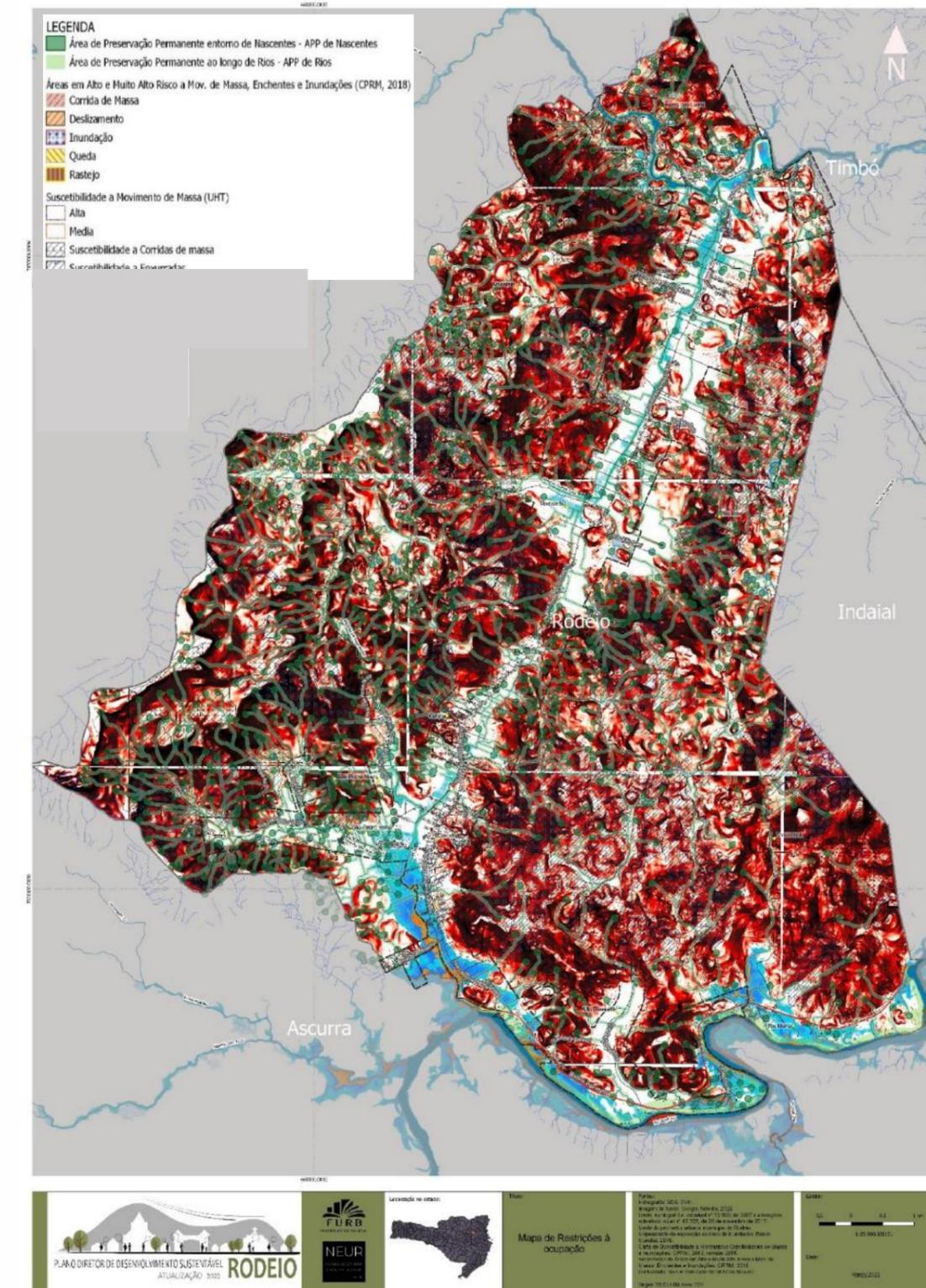
Fonte: NEUR, 2022, adaptado de CPRM (2014 e 2018) e SANTA CATARINA (2016).

Figura 20 – Mapa de declividade.



Fonte: NEUR, 2022, a partir de SIGSC, 2021.

Figura 21 – Mapa de Restrição e proibição à ocupação - exposição ao risco de inundação (2016), áreas suscetíveis a movimento, corrida de massa e enxurrada (2014) e áreas de risco geológico (2018).



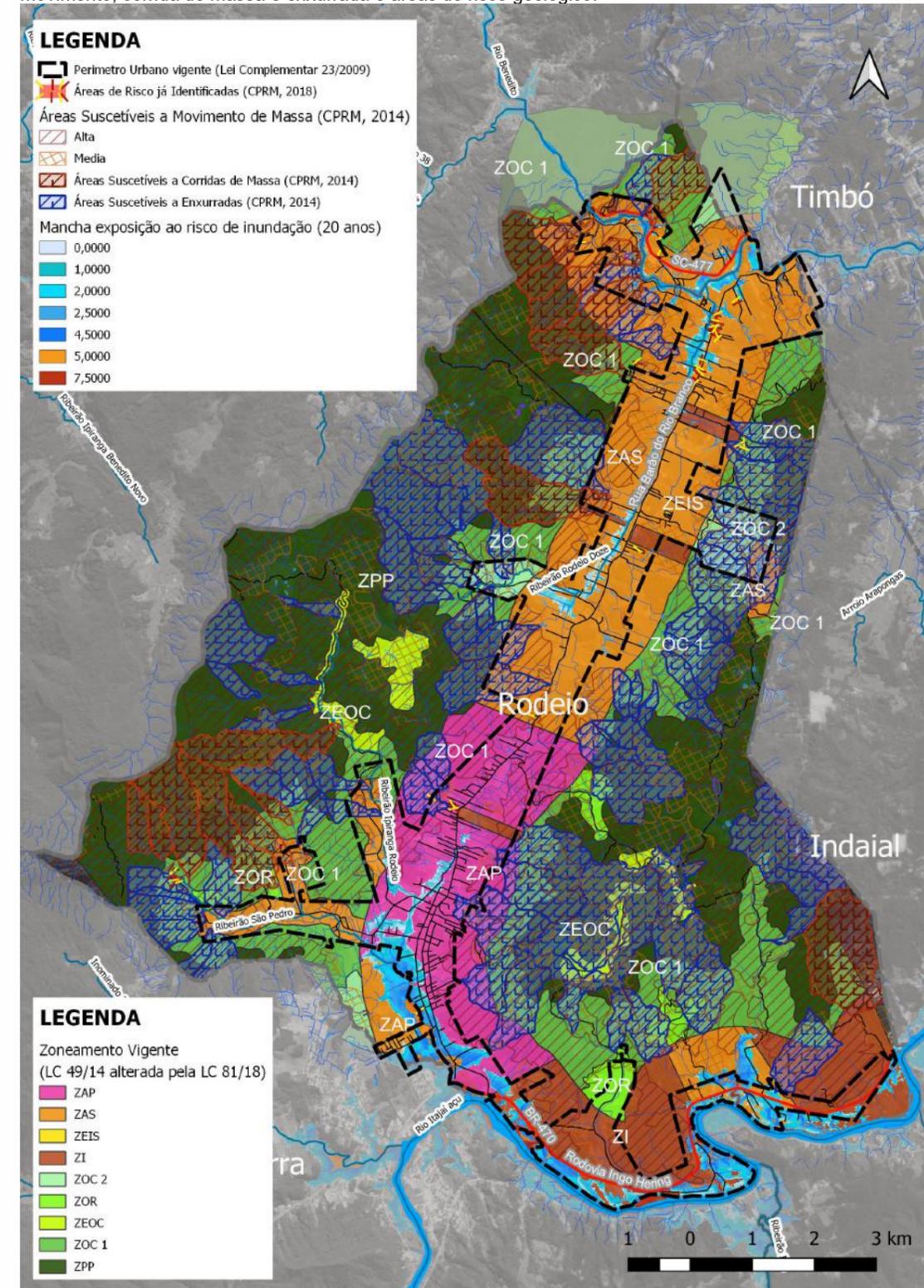
Fonte: NEUR, 2022, adaptado de CPRM (2014 e 2018), SANTA CATARINA (2016), AMMVI (2019).

4.6 Caracterização da Ocupação

Com os dados das condicionantes físico-ambientais já analisados cabe o cruzamento destes com a legislação vigente. Assim, na figura 22, fez-se a sobreposição do zoneamento de uso e ocupação do solo vigente com as manchas de suscetibilidade a movimento e corridas de massa, suscetibilidade a enxurradas, risco, e exposição ao risco de inundação.

Percebe-se que, no geral, a área urbana abarca as áreas menos perigosas, contudo, em algumas regiões, o perímetro urbano engloba áreas bastante problemáticas. Quanto ao zoneamento algumas áreas classificadas como ZAP e ZAS (que permitem os maiores adensamentos) se encontram em regiões com alta ou média suscetibilidade a movimento de massa, assim como em regiões suscetíveis a corrida de massa ou enxurradas. Em várias dessas áreas, onde há ocupação, já existem pontos com risco deflagrado.

Figura 22 – Cruzamento do zoneamento com as manchas de exposição ao risco de inundação, áreas suscetíveis a movimento, corrida de massa e enxurrada e áreas de risco geológico.



Fonte: NEUR, 2022, adaptado de CPRM (2014 e 2018), SANTA CATARINA (2016).

4.6.1 Aspectos Demográficos da Ocupação

Com o intuito de analisar os impactos sociais sobre a estrutura espacial urbana e rural de Rodeio, buscou-se compreender os níveis de concentração ou dispersão populacional. Desde os primeiros assentamentos humanos, que iniciaram há cerca de 15 mil anos, passando pelos burgos da idade média e chegando às áreas urbanas de hoje, um traço comum entre as cidades é que elas são, antes de tudo, aglomerações de pessoas. Várias pesquisas e estudos já foram feitas e continuam sendo feitas a respeito da densidade populacional ideal para o bom desenvolvimento das cidades (ACIOLY, 1998; PACK, 2013; DEVECCHI, 2014; TRAVERS, 2001), não há um número chave e a cultura da população faz variar tolerância para mais ou menos densidade. Para Devecchi (2014) a resposta mais adequada a essa questão dependerá do desempenho do investimento em infraestrutura necessário para equacionar a aglomeração de população.

Cabe ainda ressaltar a importância desse aspecto para as cidades de pequeno porte. Uma das chaves para a manutenção do crescimento econômico das pequenas cidades é a reversão da tendência de diminuição da população frente aos centros mais urbanizados e para isso, o aumento da densidade em pequenas cidades possui papel relevante (PACK, 2013). Assim, a densidade demográfica pode ajudar a criar centros urbanos mais fortes e mais acessíveis, aumenta a produtividade, diminui custos em infraestrutura e ajuda a criar um “estilo de vida” que, em geral, se identifica com o meio urbano – a urbanidade.

Em resumo, sabe-se que uma **cidade** com maiores níveis de compacidade (**mais compacta**) traz **maiores benefícios**:

- **à mobilidade** - reduzindo os deslocamentos humanos; ao uso do solo - trazendo maior diversidade de atividades;
- **à economia** - relacionando a localização e oferta de emprego com a proximidade de moradias e viabilizando os empreendimentos que necessitam de um número mínimo de usuários/clientes em suas proximidades;
- **à preservação ambiental** - evitando o avanço sobre espaços ambientalmente frágeis; e
- **à função social da propriedade** - evitando áreas vazias em regiões com boa infraestrutura.

A densidade demográfica de Rodeio, como um todo, é de 0,84 hab/ha (84hab/km²)², quando se analisa a densidade demográfica por setor censitário pode-se verificar com mais precisão a situação de

cada área. Assim, verificando as informações nas figuras 23, 24 e 25, a seguir, percebe-se que as maiores densidades estão nos arredores do centro de Rodeio, assim como no bairro dos Lagos:

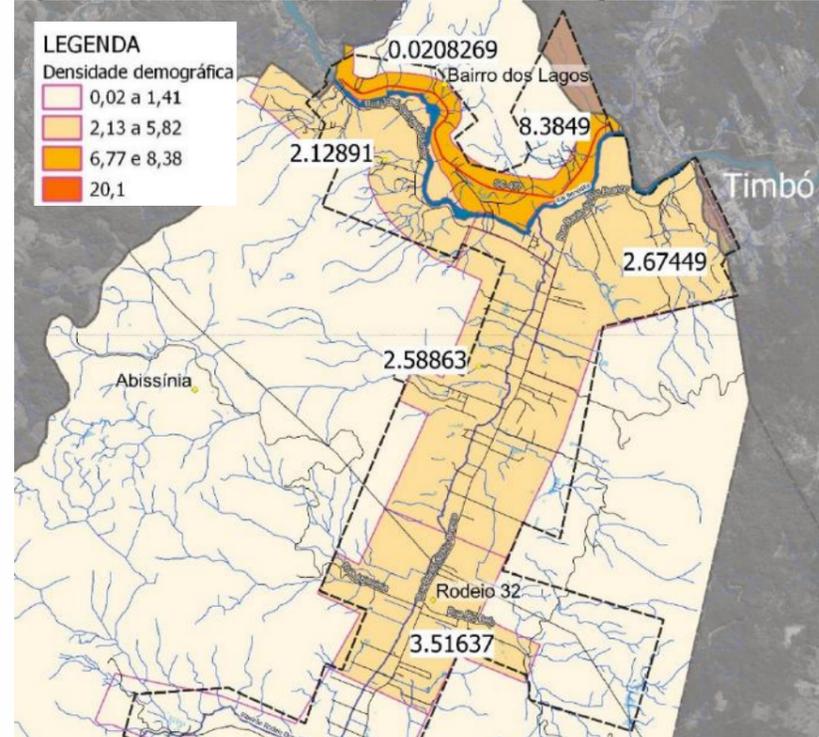
- Centro – até 20,1 hab/ha;
- B. dos Lagos – 8,38 hab/ha (entre rio e morro);
- Glória – até 6,77 hab/ha;
- Centro entre Gávea e S. Pedro Novo – 5,82 hab/ha;
- Centro entre Glória e S. Pedro Velho – 5,08 hab/ha;

Ao se sobrepor os dados de suscetibilidade (Figura 26) aos dados de densidade por setor censitário percebe-se que o setor mais denso do município está bastante próximo a áreas suscetíveis a enxurradas e a movimentos de massa, da mesma forma o Bairro dos Lagos também apresenta as mesmas condições. Nesse sentido, é importante fazer a análise das áreas mais propícias para a ocupação, direcionar o crescimento para tais áreas e estancar o crescimento em áreas mais problemáticas.

A figura 27 traz o mapa de áreas consolidadas. Este mapa foi gerado a partir o Estudo Técnico Socioambiental de Rodeio, realizado pela Associação dos Municípios do Vale do Europeu (AMVE) e entregue em 20 de novembro de 2019. Para este estudo foi necessário mapear a área consolidada do município segundo os critérios de densidade demográfica, além da existência de sistema viário e de, no mínimo, dois equipamentos de infraestrutura urbana - a) drenagem de águas pluviais; b) esgotamento sanitário; c) abastecimento de água potável; d) distribuição de energia elétrica; e e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

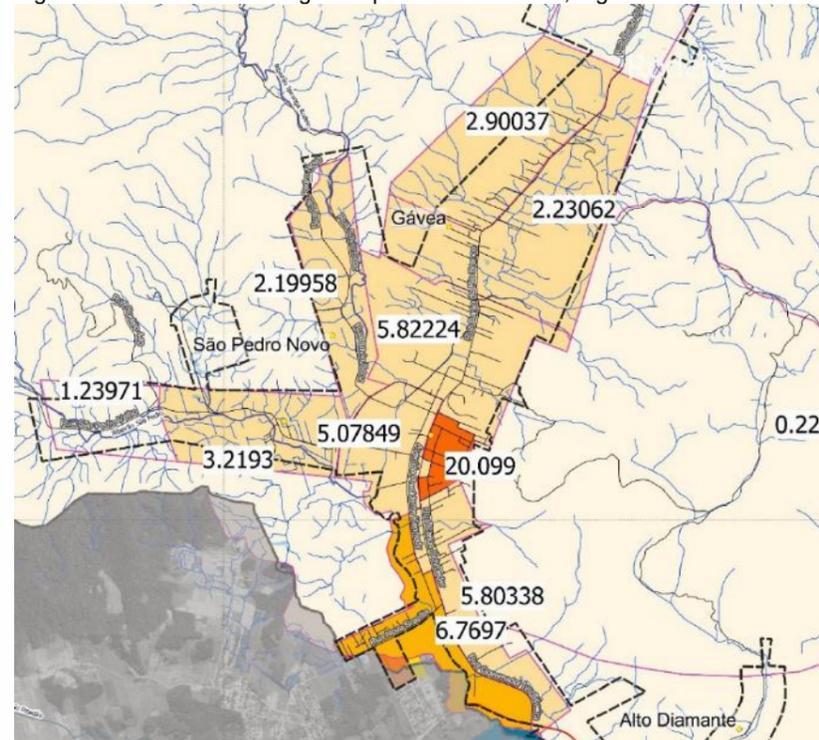
² Para fins de planejamento urbano utiliza-se a unidade hab/ha.

Figura 23 –Densidade demográfica por setor censitário, região norte de Rodeio.



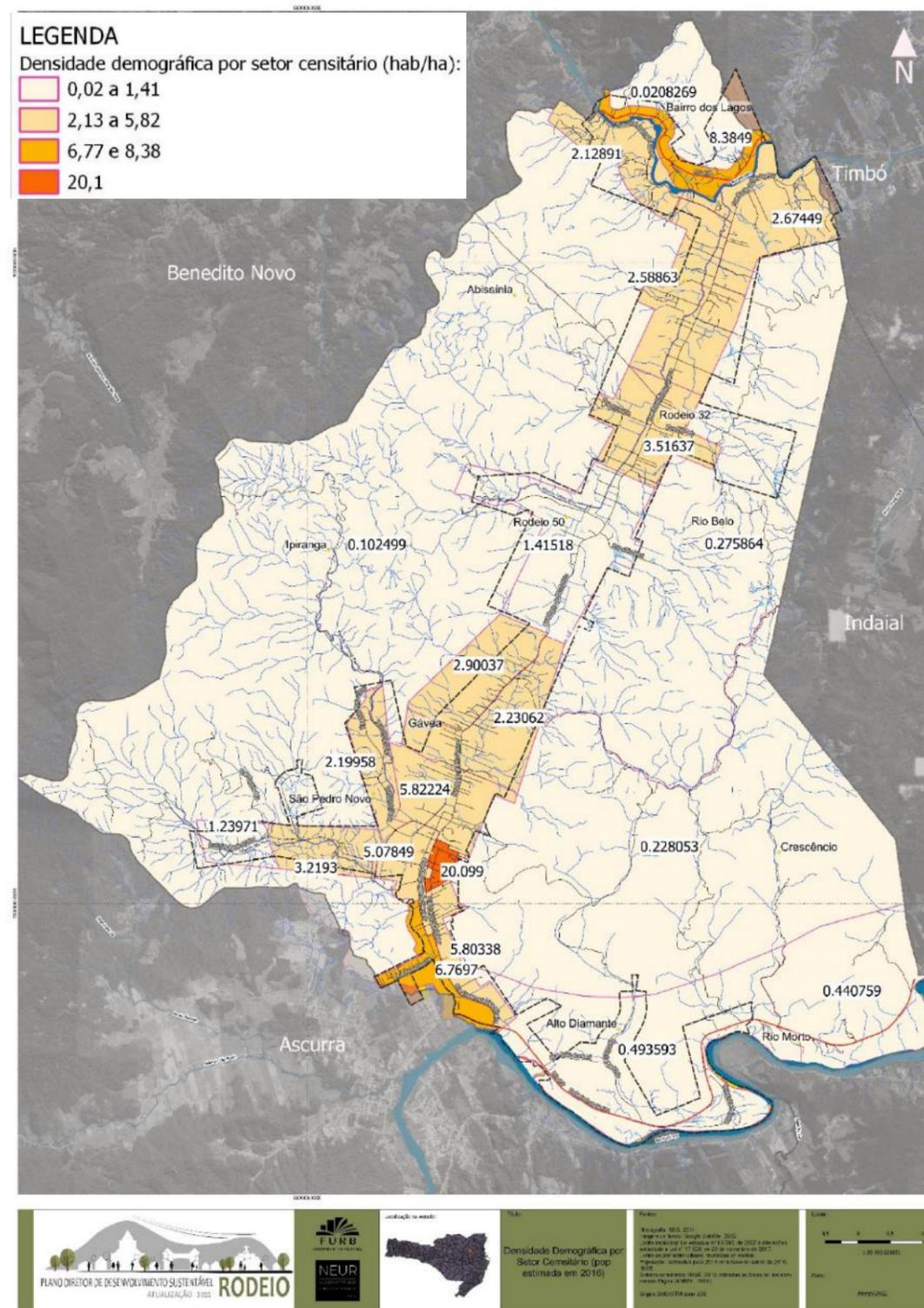
Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

Figura 24 –Densidade demográfica por setor censitário, região sul de Rodeio.



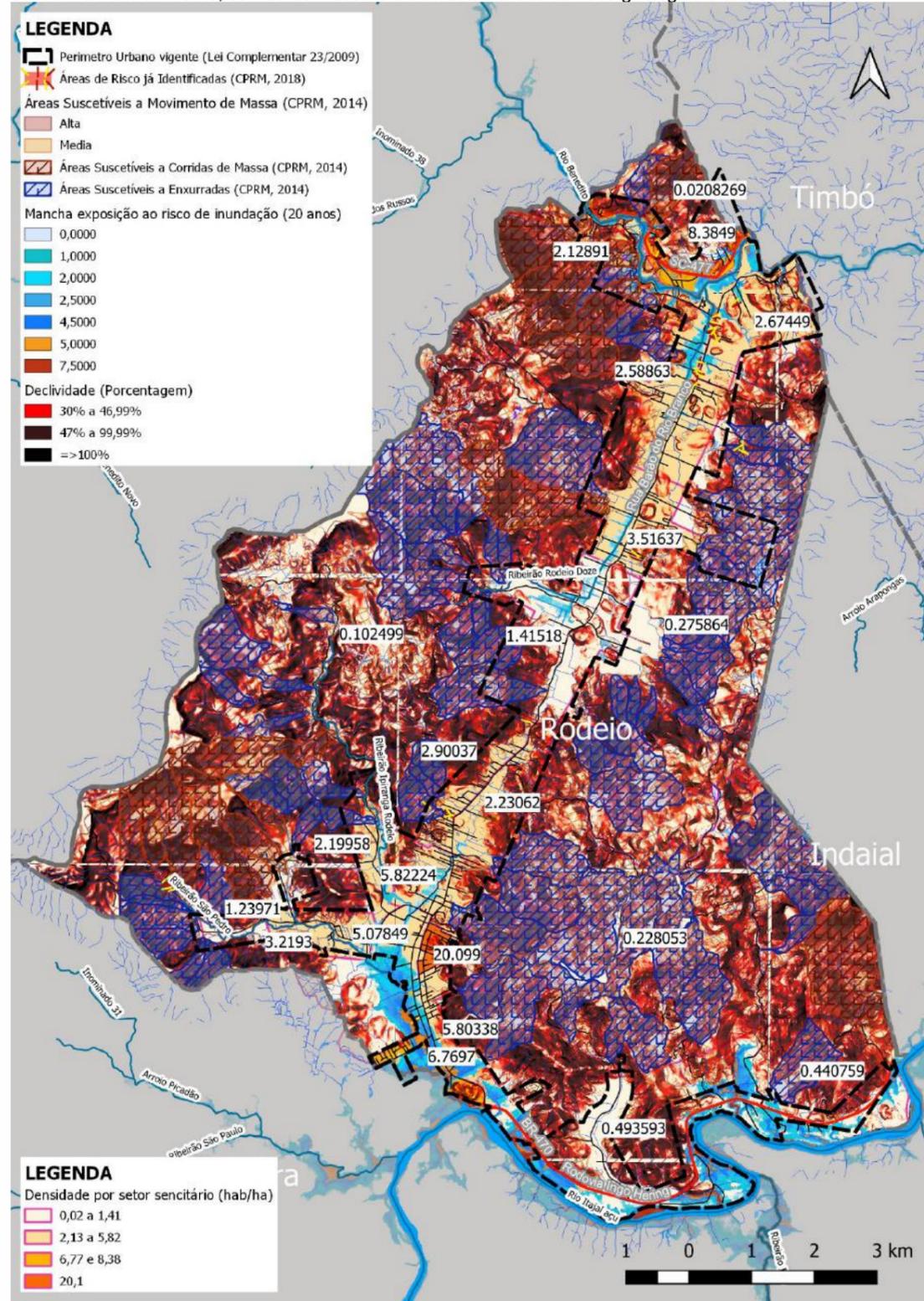
Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

Figura 25 –Densidade demográfica por setor censitário, município como um todo.



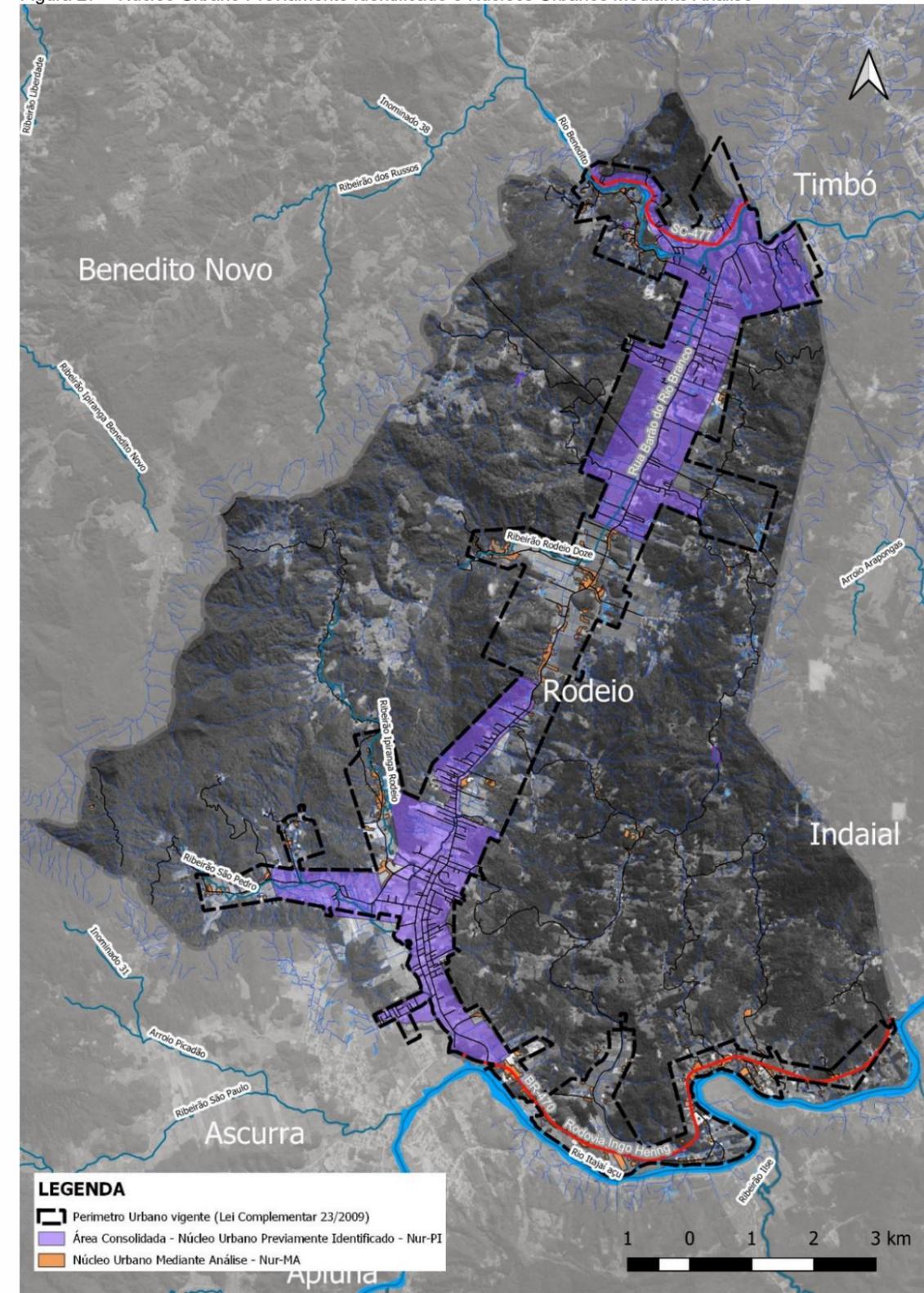
Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

Figura 26 – Densidade demográfica por setor censitário com as manchas de exposição ao risco de inundação, áreas suscetíveis a movimento, corrida de massa e enxurrada e áreas de risco geológico e alta declividade.



Fonte: NEUR, 2021, adaptado de CPRM (2014 e 2018), SANTA CATARINA (2016), e IBGE (2010).

Figura 27 – Núcleo Urbano Previamente Identificado e Núcleos Urbanos Mediante Análise



Fonte: AMMVI, 2019.

Para este mapeamento foram observados os seguintes passos metodológicos:

1. Identificação dos setores censitários considerados urbanos/rurais a partir do Mapa dos Setores Censitários do IBGE de 2010.
2. Identificação da existência ou não de sistema viário e de, no mínimo, dois equipamentos de infraestrutura urbana nos setores censitários considerados urbanos a partir do Mapa dos Setores Censitários do IBGE de 2010.
3. Identificação da população do município, por setor censitário, com base nos dados do IBGE de 2010 e sua revisão com base na taxa de crescimento da população do município para 2016.
4. Identificação da densidade demográfica urbana do município a partir da soma da população da totalidade dos setores censitários considerados urbanos pelo Mapa dos Setores Censitários do IBGE de 2010 e divisão desse valor pela totalidade da área em hectare desses mesmos setores.
5. Identificação da densidade demográfica de cada setor censitário considerado urbano pelo IBGE.
6. Todos os setores censitários considerados urbanos pelo Mapa dos Setores Censitários do IBGE de 2010 com densidade demográfica igual ou superior, à densidade demográfica urbana do município (2,38 hab/ha), foram inseridos no que se denominou de área consolidada inicial do município.
7. Na sequência, foi elaborado mapa de uso do solo em todos os setores censitários considerados urbanos pelo Mapa dos Setores Censitários do IBGE de 2010 com o objetivo de: (i) nos setores censitários com densidade igual ou superior à densidade demográfica urbana do município – identificar as manchas de vegetação com potencial interesse ecológico; (ii) nos setores censitários com densidade inferior à densidade demográfica urbana do município, porém visivelmente urbanizados – revisar o cálculo da densidade demográfica desses setores, considerando apenas as áreas urbanizadas e desconsiderando as áreas de vegetação, de forma a espelhar melhor a realidade da ocupação consolidada do município. Assim, se a área urbanizada do setor ficou com densidade demográfica igual ou superior à densidade demográfica urbana do município, tal área passou a integrar o Núcleo Urbano Previamente Identificado (NUr-PI).
8. A partir do procedimento adotado no item 7, foi possível definir, em conjunto com os técnicos do município, as áreas de vegetação com potencial interesse ecológico que foram excluídas do NUr-PI, objetivando sua proteção e conservação.
9. Elaboração do Mapa do Núcleo Urbano Previamente Identificado (NUr-PI).

Levando-se em consideração os critérios acima, percebe-se que grande parte da área urbana do município não pode ser considerada consolidada, pois, além de não ter a densidade necessária, 2,38 hab/ha, não apresenta característica de urbanidade.

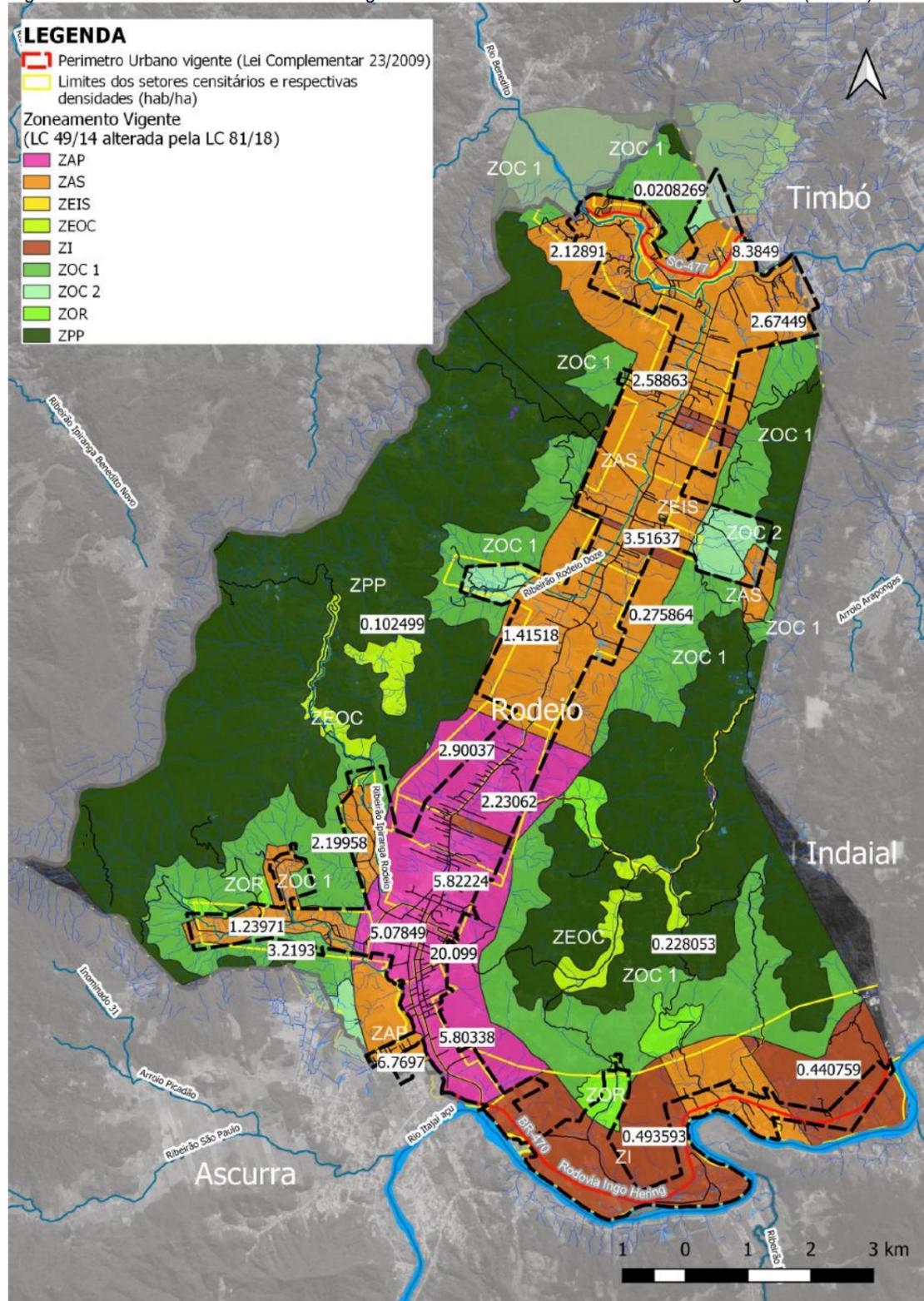
Além disto, se comparada essa densidade com “densidades ótimas” definidas em estudos que levam em conta a eficiência na oferta e uso de infraestrutura urbana, como aqueles realizados por ACIOLY (1998), no livro *Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana*, onde são apresentados estudos de casos de cidades com diferentes densidades urbanas, considera-se que tal densidade ainda é baixa, mesmo tendo em vista Rodeio ser um município de pequeno porte.

Não há necessidade de ampliação do perímetro urbano tendo em vista que existem áreas passíveis de adensamento circunscritas no perímetro urbano vigente, inclusive nas áreas mais centrais. Tal adensamento possibilitaria a otimização dos custos e investimentos já efetuados pelo município em infraestrutura e oferta de serviços básicos como saúde e educação.

Desta forma, afirma-se que seria benéfico aumentar a densidade nas áreas centrais de forma a utilizar de modo mais eficiente a infraestrutura já instalada, aproveitar a oferta de serviços, atividades diversas já existentes, assim como potencializar a característica de urbanidade destas áreas e, assim beneficiar mais pessoas.

A figura 28 corrobora as afirmações acima quando deixa claro que mesmo nas zonas onde se permite mais adensamento ou maior ocupação, de acordo com a tabela de índices urbanísticos (Quadro 3, pág. 17), as densidades ainda são extremamente baixas.

Figura 28 – Cruzamento do Zoneamento vigente com setores censitários e dens. demográficas (hab/ha).



Fonte: NEUR, 2022, adaptado de IBGE, 2010 e PMA, 2007.

4.6.2 Forma de Ocupação – tamanho de lotes e utilização

A figura 29 apresenta a planta de lotes urbanos de Rodeio com cores que classificam os lotes pelo tamanho. Para a leitura da realidade municipal se classificou os lotes em oito grupos de acordo com suas áreas (Quadro 5). Ao se analisar os resultados percebe-se que 95,91% da área urbana do município está parcelada em lotes acima de 1.000m², mais especificamente, 90,56% da área urbana são lotes acima de 5.000m², são lotes muito grandes para ocupar a maior parte da área urbana, evidentemente há muitos vazios urbanos.

Quadro 5 – Tamanho de lotes, quantidade, porcentagem por faixa de tamanho de lote e porcentagem da área dos lotes em relação à área urbana total.

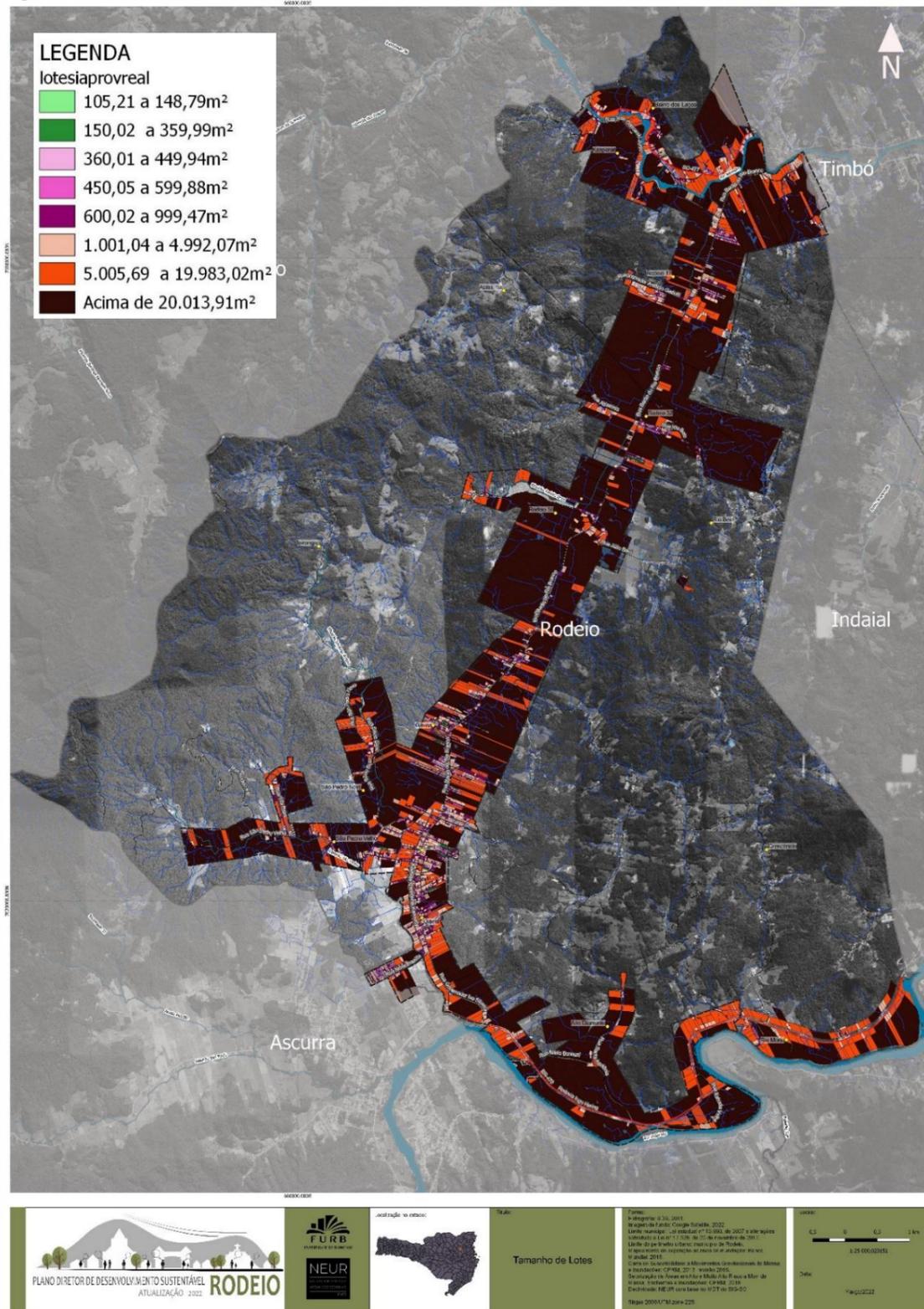
Área dos Lotes	nº lotes	Porcentagem do número de lotes por faixa de tamanho de lote (%)	Área total por faixa de tamanho de lote (m ²)	Porcentagem de Área Urbana por faixa de tamanho de lote (%)
105, 21 a 148,79m ²	5	0,12	659,63	0,002
150,02 a 359,99m ²	469	10,80	142 101,95	0,439
360,01 a 449,94m ²	824	18,98	329 174,85	1,018
450,05 a 599,88m ²	667	15,37	337 809,54	1,044
600,02 a 999,47m ²	679	15,64	513 329,26	1,587
1001,04 a 4992,07m ²	819	18,87	1 725 990,35	5,336
5005,69 a 19983,02m ²	430	9,91	4 911 798,71	15,185
Acima de 20013,91m ²	448	10,32	24 385 280,23	75,389
TOTAL	4341	100	32 346 144,52	100,00

Fonte: NEUR, 2022, com base na cartografia municipal, de 2021, disponibilizada pelo município.

A densidade demográfica possui forte relação com a oferta de terra urbanizada de uma cidade. Essa oferta se dá por meio do parcelamento do solo, onde há mais lotes menores, em geral, há maior densidade populacional. Isso fica claramente visível ao se observar a figura 30 que apresenta um “zoom” da área central sobrepondo a densidade demográfica por setor censitário à planta de lotes classificados de acordo com a área.

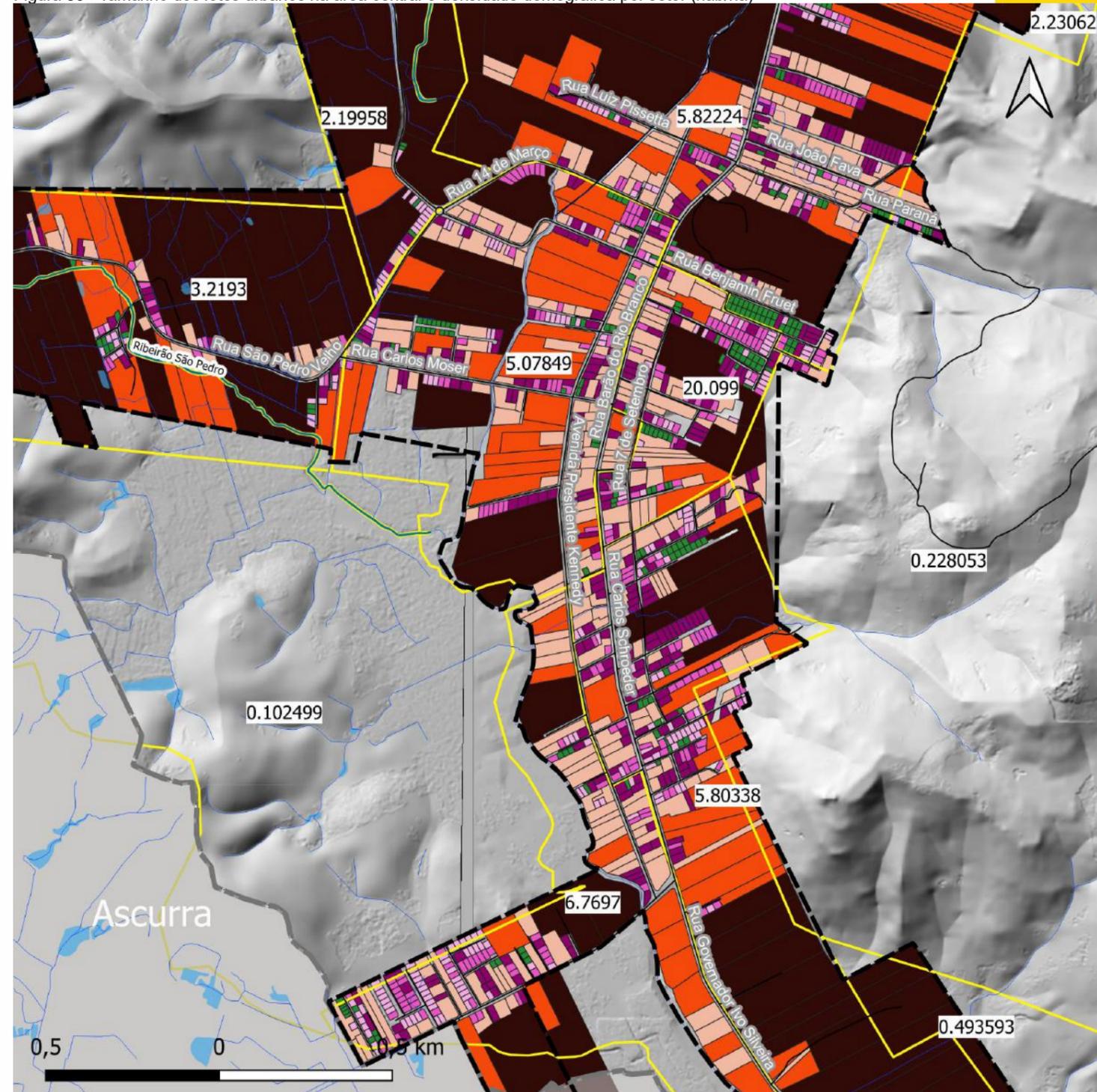
Esta análise só reforça os apontamentos anteriores, que indicam a existência de grandes extensões do território que estão pouco ocupadas ou vazias e que se localizam junto à área central, portanto mais bem atendidas em relação à infraestrutura. Isto ficará mais evidente ao se analisar a figura 31 que apresenta a ocupação dos lotes urbanos dividindo-os em utilizados, subutilizados e vazios, assim pode-se observar a incidência de vazios urbanos e de áreas subutilizadas no perímetro urbano.

Figura 29 – Tamanho dos lotes urbanos.



Fonte: NEUR, 2022, adaptado de PMR, 2021.

Figura 30 – Tamanho dos lotes urbanos na área central e densidade demográfica por setor (hab/ha)



Fonte: NEUR, 2022, adaptado de PMR, 2021.

Figura 31 – Ocupação dos lotes urbanos

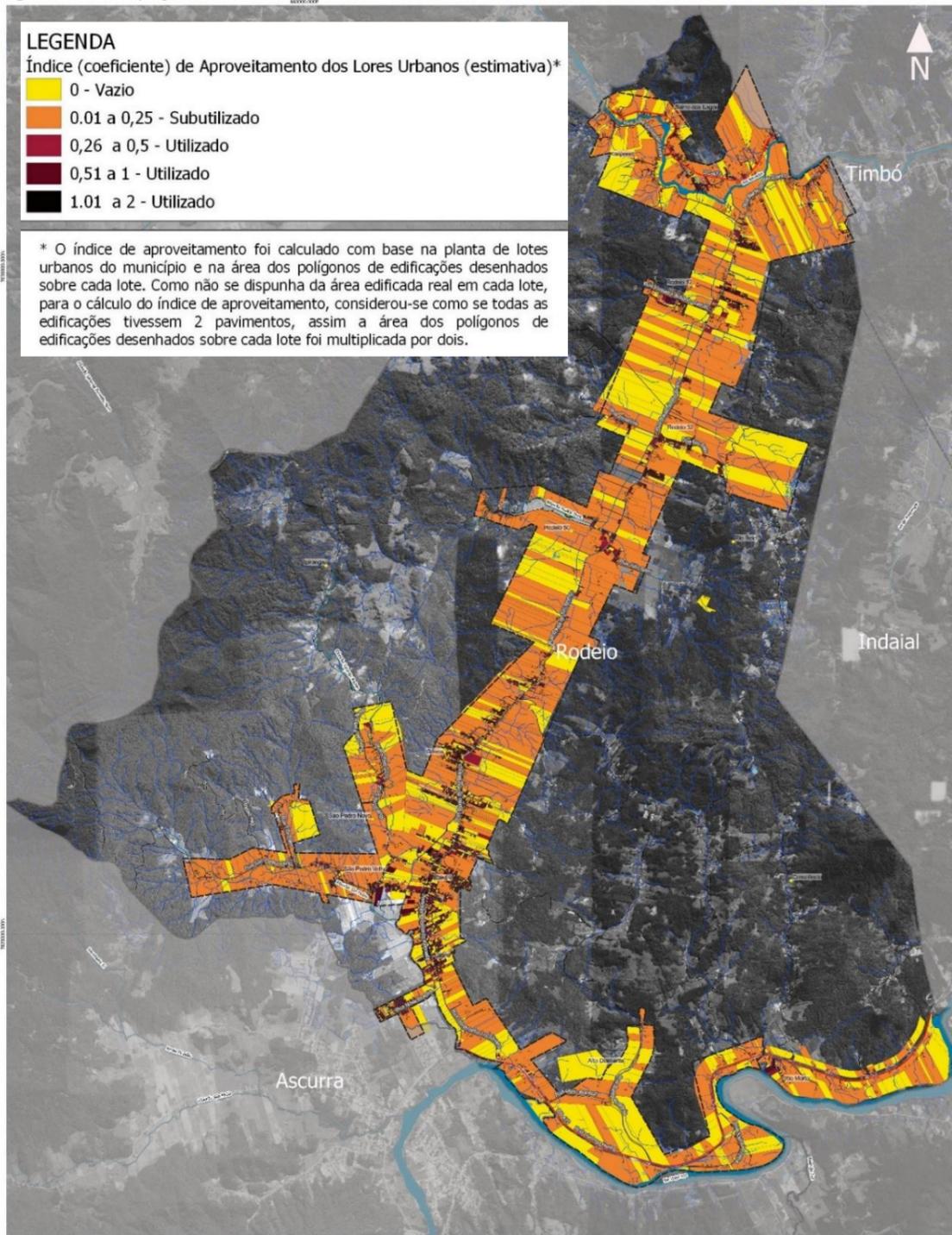
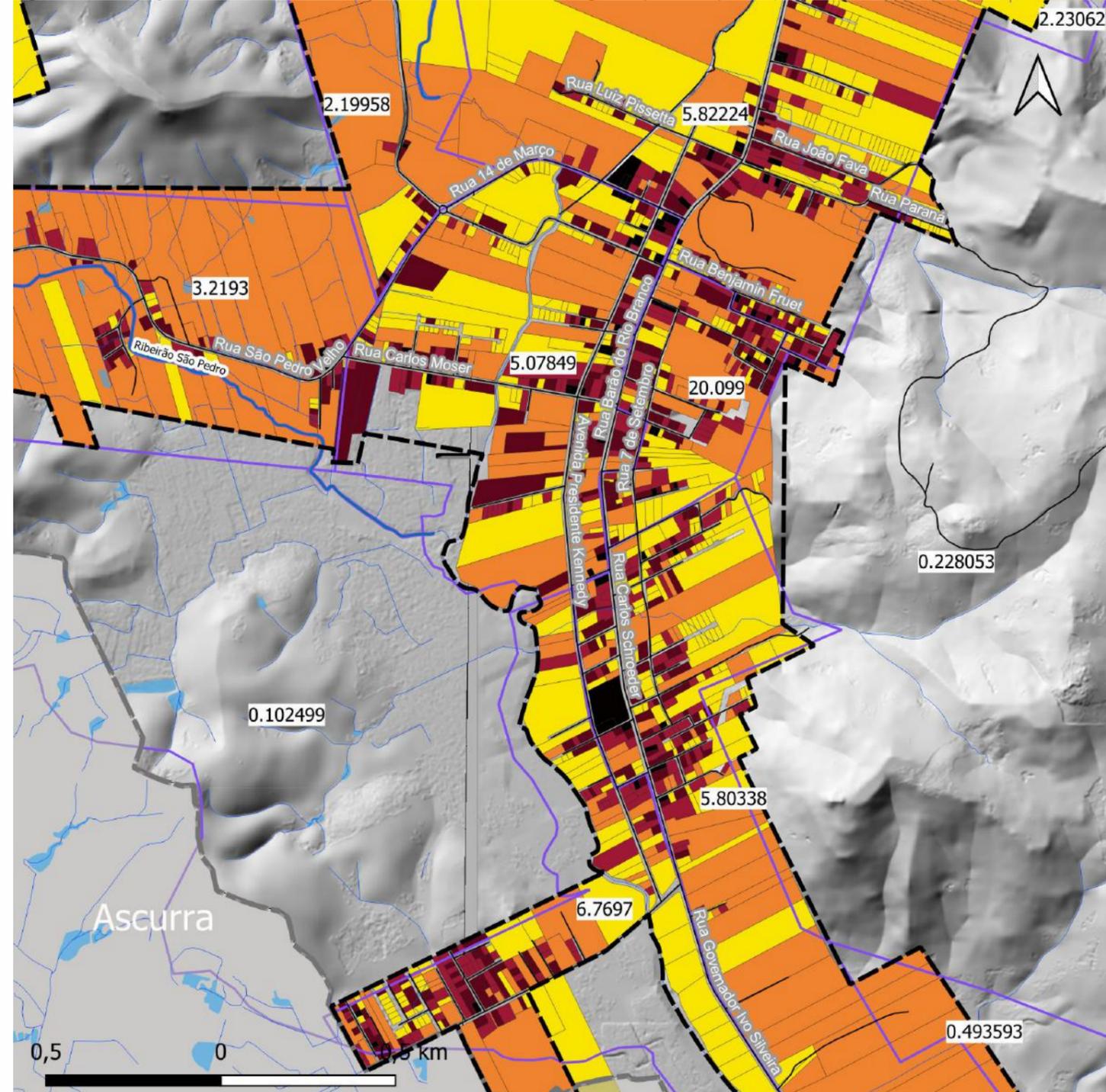


Figura 32 – Ocupação dos lotes urbanos na área central e densidade demográfica por setor (hab/ha).



Fonte: NEUR, adaptado PMA, 2021.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ATUALIZAÇÃO 2022 **RODEIO**

FURB
FUNDAÇÃO DE RECURSOS URBANOS

NEUR
NÚCLEO DE PLANEJAMENTO URBANO

Ocupação dos Lotes
(Ocupados, Subutilizados, Vazios)

Projeto: 2021
Elaboração: 2021
Atualização: 2022
Escala: 1:25.000
Data: Março/2022

Fonte: NEUR, adaptado PMA, 2021.

A partir da análise das figuras 31 e 32 e do quadro 6, percebe-se que mais da metade dos lotes urbanos (52,66%) encontram-se vazios ou subutilizados. Há um grande estoque de terras urbanas vazias em áreas servidas por infraestrutura e atendidas pelos serviços públicos. Estas áreas não trazem retorno para o investimento público ali já aplicado, ao contrário, a manutenção dos espaços urbanos vazios faz com que ocorra a ocupação de áreas afastadas e, como visto acima, muitas vezes não recomendadas para a ocupação fazendo com que o custo tanto econômico quanto social seja cada vez maior. Em resumo, cria-se um espaço urbano de baixa qualidade e ainda assim, extremamente caro para os cofres públicos e para o cidadão.

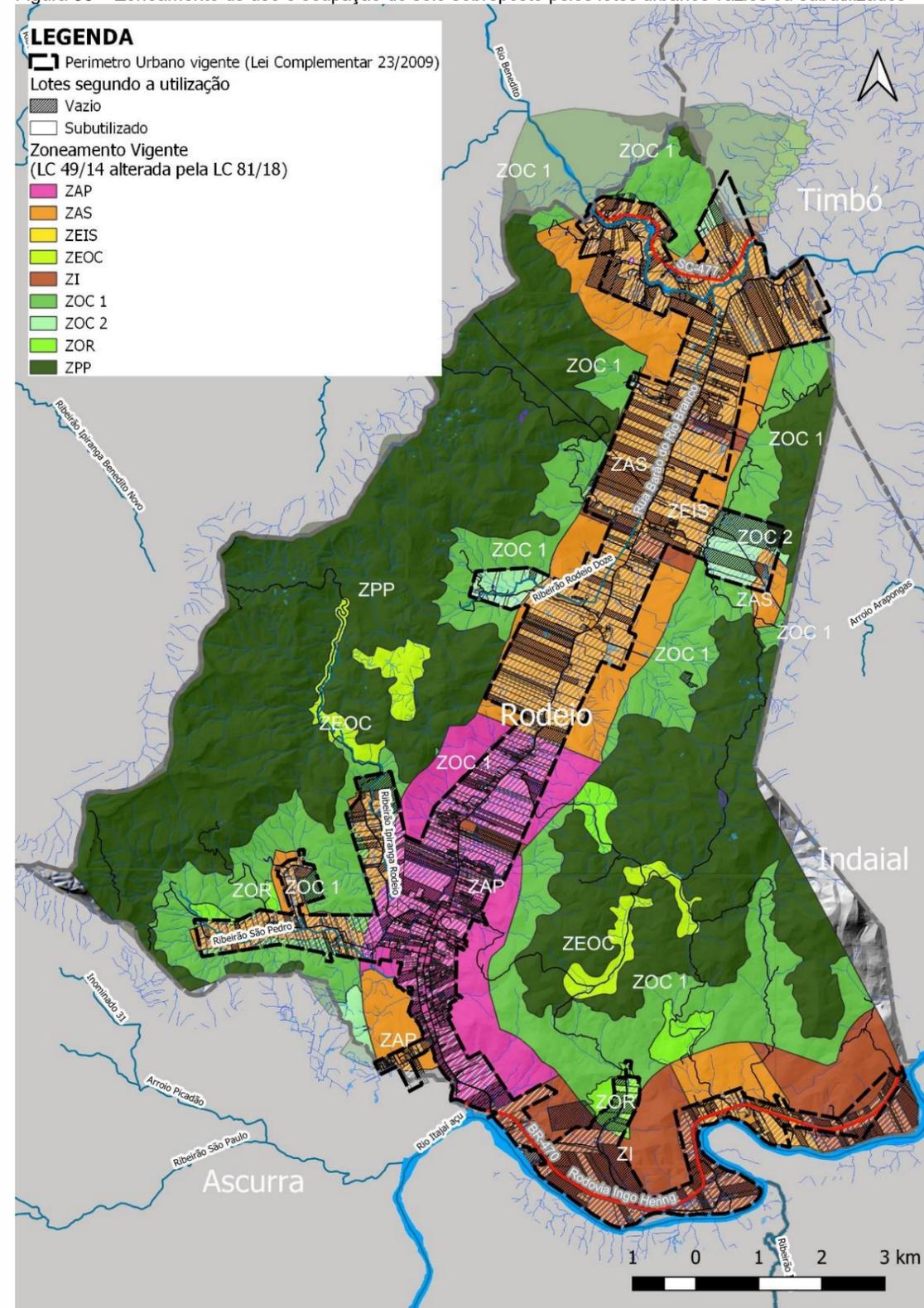
Quadro 6 – Aproveitamento real dos lotes urbanos.

Índice de Aproveitamento dos Lotes Urbanos	Área edificada no lote	Classificação	Número de lotes por faixa de Índice de Aproveitamento dos Lotes Urbanos	Porcentagem de lotes urbanos por faixa de índice de Aproveitamento (%)
0	0%	Vazio	1 192,00	27,46
> 0 a 0,25	> que 0% a 25%	Subutilizado	1 094,00	25,20
> 0,25 a 0,5	> que 25% a 50%	Utilizado	925,00	21,31
> 0,5 a 1	> que 50% a 100%	Utilizado	996,00	22,94
> 1 a 2	> que 100% a 200%	Utilizado	134,00	3,09
TOTAL de lotes			4 341,00	100

Fonte: NEUR, 2021, com base no shape de lotes disponibilizado pelo município.

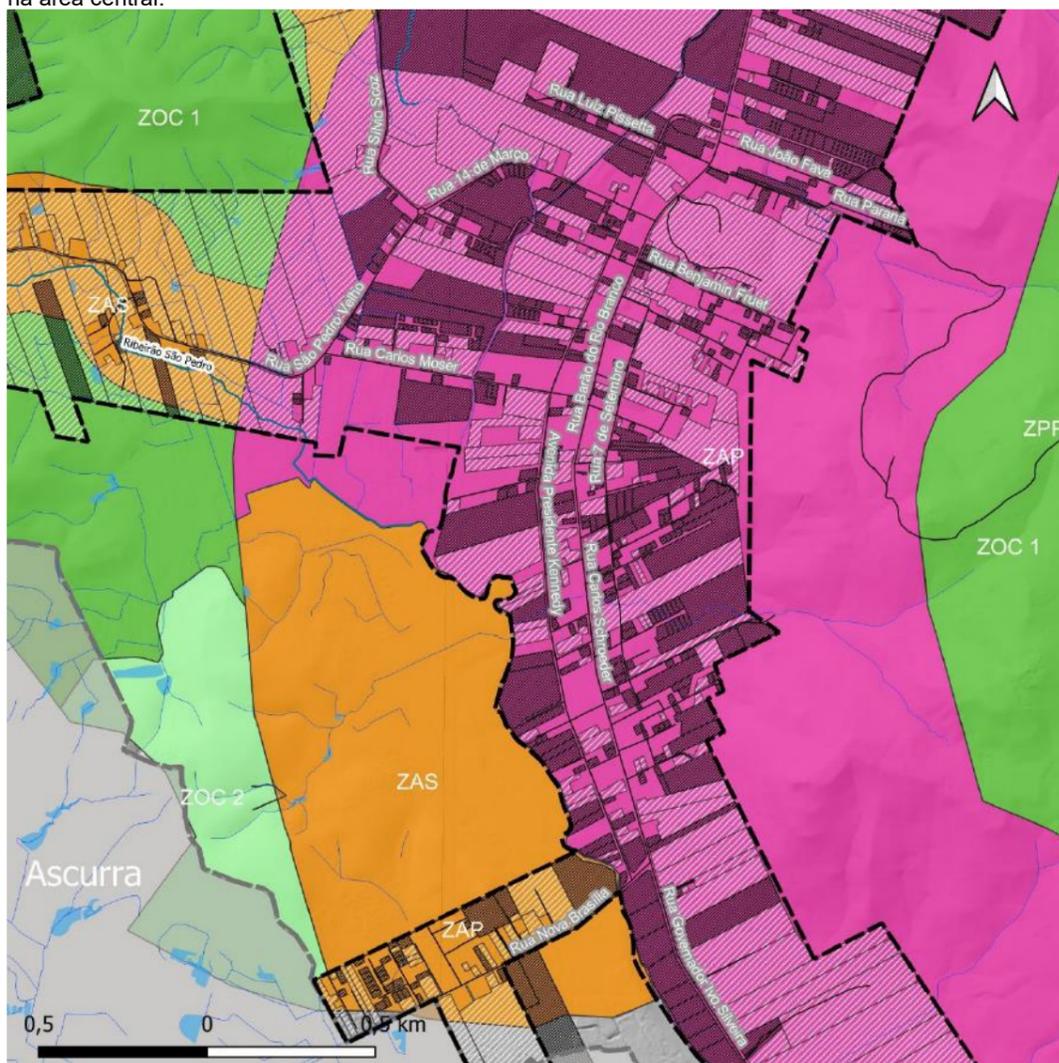
As figuras 33 e 34 apresentam o zoneamento de uso e ocupação do solo municipal sobreposto pelos lotes urbanos vazios ou subutilizados. A planta de lotes foi fornecida pela Prefeitura Municipal de Rodeio e é referente ao cadastro atualizado até 2021. Esta figura corrobora o que foi exposto acima sobre o descompasso dos índices urbanísticos, no sentido de que não são capazes de induzir o crescimento urbano para as áreas mais adequadas a este uso.

Figura 33 – Zoneamento de uso e ocupação do solo sobreposto pelos lotes urbanos vazios ou subutilizados



Fonte: NEUR, adaptado PMR, 2018 e 2021.

Figura 34 – Zoneamento de uso e ocupação do solo sobreposto pelos lotes urbanos vazios ou subutilizados na área central.



Fonte: NEUR, adaptado PMR, 2018 e 2021

4.7 Considerações finais sobre as análises urbanas

4.7.1 Ocupação Urbana e riscos ambientais

Grande parte do município apresenta-se com alta ou média suscetibilidade a movimentos de massa, em geral são as áreas de alta declividade, estes são os fatores que aparecem como principais delimitadores da ocupação urbana. Além destes há áreas expostas ao risco de inundação em importantes trechos do município, suas planícies a princípio mais aptas à ocupação. Já existem 16 setores de risco geológico ou de inundação delimitadas, estes setores servem de alerta e demonstram

que o avanço sobre as áreas frágeis e a ocupação não ordenada são os potenciais causadores de impactos socioambientais no município.

Na análise aqui realizada, pôde-se perceber que as condicionantes ambientais restringem grande parte da ocupação urbana da cidade. Estas restrições se dão de diversas formas – APPs, áreas inundáveis, declividades acentuadas, suscetibilidade a movimentos de massa ou enxurradas, riscos de deslizamentos – e em diferentes intensidades. Para o processo de Atualização do plano diretor, deve-se levar em conta todas estas condicionantes adequando as manchas urbanas, e respectivos índices construtivos, ao território de modo equilibrado buscando uma equidade entre aspectos antrópicos e naturais.

A legislação urbana deve garantir o pleno desenvolvimento urbano tratando de reconhecer o ambiente natural como componente indissociável deste processo. Neste sentido, a ocupação é recomendada nas áreas de planície aluvial que respeitem as restrições ambientais referentes à preservação das encostas, áreas alagáveis e com declividade superior a 30%.

4.7.2 Adensamento populacional, vazios urbanos e direcionamento do crescimento

O ambiente urbano está cada vez mais complexo, constituindo um sistema inter-relacionado, com ações antrópicas e elementos naturais. Esta associação, entre o meio natural e o construído estabelece uma relação que pode ter como resultado consequências positivas ou negativas, dependendo da combinação proposta. Esta combinação resulta na densidade urbana podendo se caracterizar como altas ou baixas e que também trazem consequências positivas e negativas. Para a densidade alta, quanto ao aspecto positivo, Acioly (1998, p. 16) considera que “quanto maior a densidade, melhor será a utilização e maximização da infraestrutura e do solo urbano”.

No entanto, Acioly também reconhece que os “assentamentos humanos de alta densidade” poderão aumentar a pressão sobre o solo urbano, contribuindo para a “saturação das redes de infraestrutura e serviços urbanos”. Essa sobrecarga “consequentemente produzirá um meio ambiente superpopuloso e inadequado ao desenvolvimento urbano”. Considera-se que uma área é superpovoada quando as necessidades da população excedem ou ameaçam a capacidade de suporte do meio ambiente, considerando, por exemplo, a disponibilidades de recursos naturais, ou a capacidade da infraestrutura instalada.

Da mesma forma, a densidade baixa apresenta um avanço da ocupação urbana sobre áreas que poderiam ou deveriam ter mais controle ou serem de preservação. Assim, Almeida (2002, p.39) assinala

que o impacto provocado pelo crescimento urbano acelerado e sem planejamento, “gera alterações na paisagem e perda das funções ecológicas dos sistemas naturais, interferindo nas atividades e nas funções da sociedade”. O crescimento desordenado aumenta a pressão significativamente nos remanescentes naturais, e os resultados estarão expressos na redução das áreas verdes, desmatamento de encostas, das matas ciliares, assoreamento dos rios e ocupação de áreas de risco, contribuindo para a redução da qualidade de vida nas áreas urbanas.

Considera-se crescimento desordenado quando a ocupação urbana avança sobre áreas impróprias, ou quando a expansão urbana não é acompanhada do aumento e distribuição equitativa dos investimentos públicos em infraestrutura, com monitoramento do uso do solo urbano, desta forma a apropriação e uso indevido pela sociedade terminam gerando impactos significativos no ecossistema urbano.

As condicionantes naturais associadas à ocupação de áreas impróprias para urbanização desencadeiam reações que, associadas ao mau uso, podem acelerar o processo de degradação e sua instabilidade. O planejamento das cidades deve levar em conta a densidade real e as características das áreas projetadas de forma a promover, permitir ou conduzir o adensamento e/ou esvaziamento de sua área territorial. Assim, não existe uma fórmula matemática precisa que forneça a densidade ideal de um território. Uma série de condicionantes devem ser analisadas conjuntamente com a densidade populacional, para promover um habitar de qualidade.

Analisando o município de Rodeio, e conforme já apresentado, percebe-se que a área urbana do município apresenta densidade demográfica bastante baixa (2,38 hab/ha). Desta forma, afirma-se que seria benéfico aumentar a densidade nas áreas centrais de forma a utilizar de modo mais eficiente a infraestrutura já instalada, aproveitar a oferta de serviços, atividades diversas já existentes, assim como potencializar a característica de urbanidade destas áreas e, assim beneficiar mais pessoas.

Conforme Devecchi (2014, p. 87), o argumento em favor dessa política de direcionamento do crescimento urbano e do aumento da densidade nas áreas mais bem servidas de infraestrutura está pautado nos seguintes fatores:

- Diminuição do número de viagens motorizadas;
- Facilitação das viagens a pé ou de bicicleta;
- Uso eficiente do solo urbano;
- Diminuição da emissão dos gases de efeito estufa;
- Acesso equitativo à infra-estrutura [sic] urbana;
- Diminuição do avanço da mancha urbana sobre as áreas prestadoras de serviços ambientais.

Se cruzados os índices de densidade demográfica com o zoneamento de uso e ocupação do solo vigente no município é evidente que os coeficientes de aproveitamento atuais não levam a um direcionamento da ocupação urbana para os locais mais propícios à urbanização.

Vale destacar que o centro de Rodeio apresenta potencial de centralidade em função da sua situação em relação ao todo da cidade, da sua oferta de usos e serviços diversos, e da oferta de uma infraestrutura consolidada. Esse potencial, entretanto, fica limitado por duas razões: a primeira em razão do centro apresentar uma quantidade expressiva de áreas vazias ou subutilizadas, e a segunda deve-se ao fato mencionado acima, de que os coeficientes de aproveitamento atualmente em vigor não propiciam um direcionamento da ocupação urbana.

Da mesma forma, pode-se concluir que em todo o perímetro urbano existem lotes vazios e uma baixa densidade. Desta forma, o município de Rodeio com todos os apontamentos já apresentados deverá rever alguns aspectos de seu Zoneamento de uso e ocupação do solo, assim como seus índices urbanísticos. Pode-se concluir também que o município não necessita de ampliação do perímetro urbano para o seu crescimento por possuir ainda muitos lotes não utilizados ou subutilizados (vazios urbanos), devendo incentivar a ocupação dentro da área urbana, suprimindo áreas vazias e subutilizadas.

5

Leitura Comunitária

5. LEITURA COMUNITÁRIA

Como objetivos da Leitura Comunitária, inicialmente buscou-se fazer a comunidade refletir sobre o planejamento de seu município. Além disto, as atividades desenvolvidas na etapa de Leitura Comunitária buscaram também capturar a percepção da comunidade sobre qualidades, problemas e demais questões municipais, com a finalidade de construir propostas embasadas também nesta percepção.

A leitura comunitária foi desenvolvida de duas maneiras diferentes. A primeira se deu através de um questionário *on line* de diagnóstico e leitura da realidade, com linguagem acessível e de fácil preenchimento. O questionário ficou aberto, de 07 de março a 10 de abril, para o preenchimento por toda a comunidade, estava acessível por meio de *link* na página oficial do município, assim como compartilhado por outras mídias sociais como *WhatsApp*, a fim de atingir mais facilmente a comunidade.

A segunda forma de participação da comunidade na leitura comunitária foi através da Oficina de Participação Comunitária, realizada de forma presencial, na qual a comunidade pode se manifestar a respeito de questões positivas e negativas do município, em uma atividade que buscou gerar a discussão e reflexão acerca dos eixos de planejamento elencados.

5.1 OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A Oficina de Participação Comunitária ocorreu o dia 31 de março de 2022, na Escola Municipal Santo Antônio e foi composta de três momentos distintos: (1) sensibilização a respeito da importância do planejamento sustentável, abordando com isso, a metodologia a ser utilizada na atividade final, os eixos estruturantes utilizados e as condicionantes já elencadas; (2) exposição de alguns dados da leitura técnica, além das condicionantes; e (3) atividade em grupo para elencar deficiências e potencialidades do município e debate a respeito dos temas elencados (Figura 35 e Anexo VI).

Participaram da Oficina 18 pessoas, conforme as listas de presença no Anexo VII, sendo que foram 14 representantes da região 02 (Bairros Centro, Glória, Gávea, São Pedro Velho e São Pedro Novo, Nova Brasília e Santo Antônio), 02 representantes da região 03 (Bairros Rodeio 50, Rodeio 32, Rodeio 12 e Kaspereit), 01 representante da região 05 (Ipiranga, Abissínia e Rio Belo) e 01 representante da região 06 (Bairros Diamantina, Damiana, Crescêncio e Rio Morto). As regiões 01 (Bairro Diamante) e 04 (Bairro dos Lagos) não tiveram representantes.

Figuras 35 – Sensibilização.



Fonte: NEUR, 2022.

5.1.1 Resultados da oficina de participação comunitária

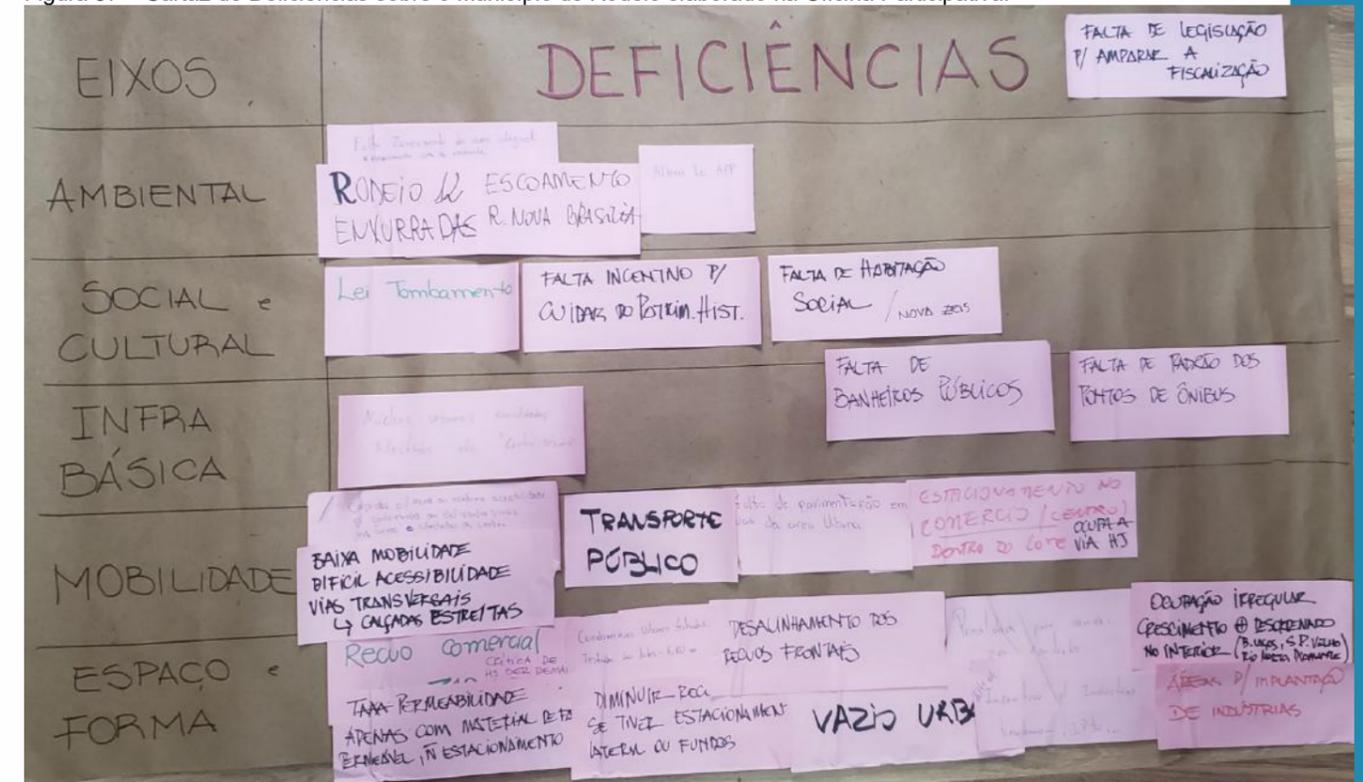
A atividade em grupo consistiu na utilização da metodologia “CDP” – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, por meio de mapeamento e descrição em forma de tabela (Figuras 36 a 39). As condicionantes foram estabelecidas com base na apresentação (momento 2 da Oficina) e as Deficiências e Potencialidades foram elencadas a partir de questionamentos e provocações feitas ao grupo que desencadearam conversas e reflexões a respeito da realidade municipal. As Deficiências e Potencialidades foram divididas nos seguintes eixos para facilitar a compreensão de todos: (1) Ambiental; (2) Social e cultural; (3) Espaço e forma; (4) Infraestrutura básica; (5) Mobilidade.

Figura 36 – Finalização da atividade em equipe.



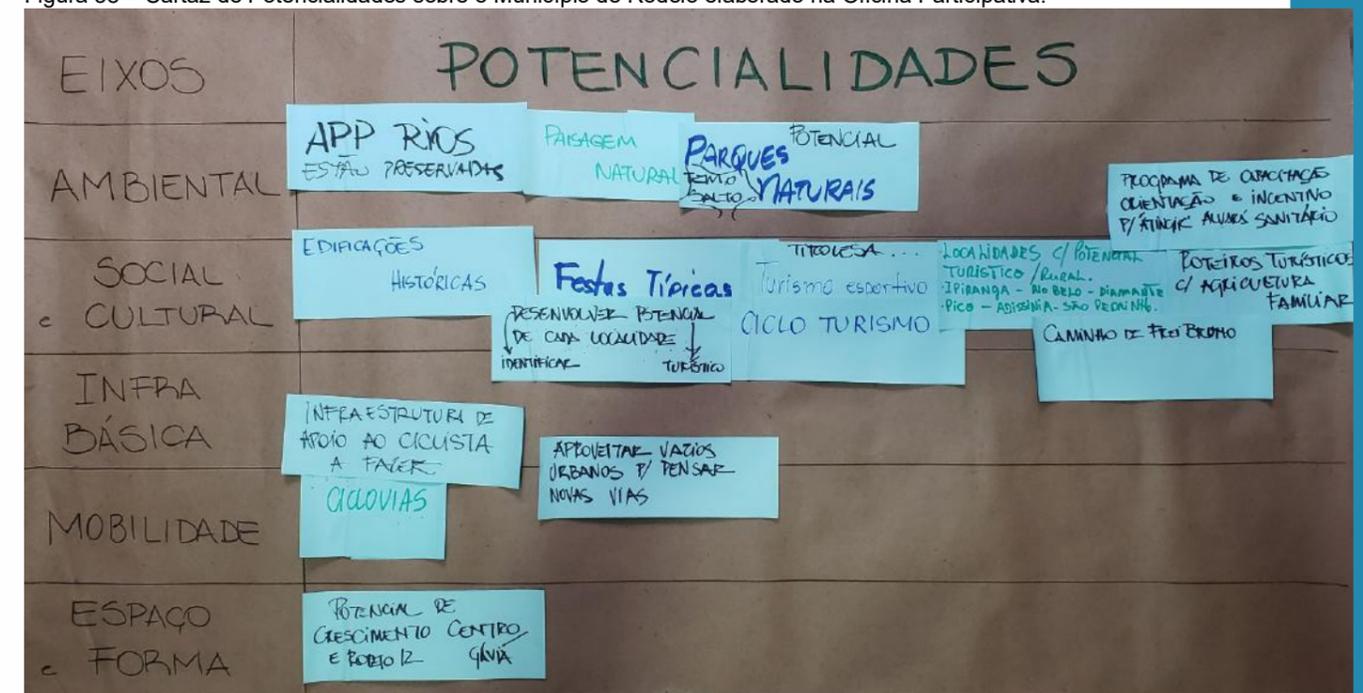
Fonte: NEUR, 2022.

Figura 37 – Cartaz de Deficiências sobre o Município de Rodeio elaborado na Oficina Participativa.



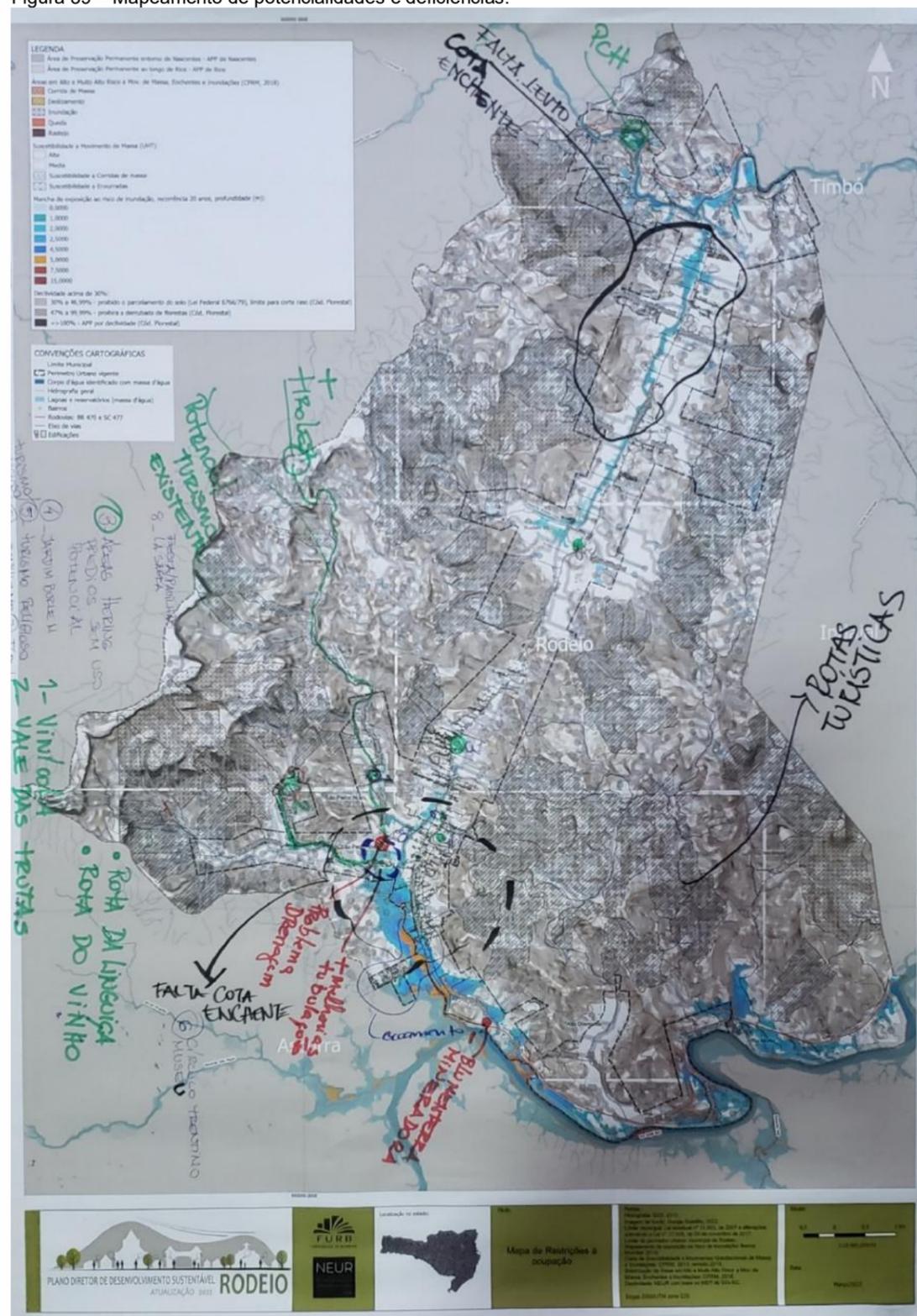
Fonte: NEUR, 2022.

Figura 38 – Cartaz de Potencialidades sobre o Município de Rodeio elaborado na Oficina Participativa.



Fonte: NEUR, 2022.

Figura 39 – Mapeamento de potencialidades e deficiências.



Fonte: NEUR, 2022.

Quanto ao **eixo Ambiental** as **deficiências** elencadas pelos participantes foram (1) a falta de mapeamento da “cota enchente”; (2) enxurradas no Bairro Rodeio 12; (3) a deficiência na drenagem ocasionando deficiência no escoamento da água na Rua Nova Brasília; e (4) a alteração da legislação sobre APPs. Sendo assim, percebe-se que a gestão dos riscos de cheias e enxurradas é uma preocupação importante do ponto de vista da população, sendo importante o município incorporar instrumentos que permitam uma melhor gestão

Já entre as **potencialidades** do município no eixo ambiental, destacam-se: (1) o fato de as APPs de rios estarem preservadas; (2) potencial da paisagem natural; (3) potencialidade de implantação de parques naturais no município, como potencial turístico, tendo sido citado o “Salto” como exemplo.

Com relação ao **eixo Espaço e Forma**, entre as **deficiências** do município, muito se discutiu sobre: (1) o desalinhamento gerado pela diferenciação entre os alinhamentos prediais (recurso frontal), decorrentes tanto de várias alterações na legislação quanto à sua variação devida ao uso da edificação, sendo que o recuo de 6,5m para o uso comercial em toda a ZAP foi considerado muito grande; (2) também se reforçou o que já havia sido pontuado na **Audiência Pública** quando à quantidade exagerada de vazios urbanos existentes no município; (3) correlacionado ao tamanho dos recuos, cogitou-se a diminuição destes, desde que houvesse estacionamentos laterais ou de fundos; (4) também se questionou a possibilidade de haver áreas de estacionamento sendo consideradas como áreas permeáveis, sugeriu-se que como áreas permeáveis fossem aceitas apenas as que de fato sejam constituídas de material permeável; (5) observou-se também que a testada mínima para “condomínios urbanos fechados” é muito pequena (6m); (6) ligado à questão dos vazios urbanos se observou que há falta de oferta de áreas para o uso industrial; (7) outro problema ligado às indústrias foi a falta de incentivos para implantação destas; (8) também se discutiu a respeito da quantidade de ocupações irregulares e do crescimento mais desordenados no interior (B. dos Lagos, São Pedro Velho, Rio Morto e Diamante); (9) ligado a isso, pontuou-se a necessidade de se estabelecer sanções relativas à venda de lotes de modo irregular; (10) ainda ligado à ocupação irregular, mas também à questão ambiental, muito se falou da falta de legislação para amparar a fiscalização. Como **potencialidade** foi elencado o potencial de crescimento nos Bairros Rodeio 12, Centro e Gávea.

Em relação ao **eixo Social e Cultural**, três pontos foram frisados pelos participantes como **deficiências**: (1) a falta de legislação municipal específica relativa ao patrimônio histórico; (2) falta de incentivo para cuidar do patrimônio histórico, que poderia advir da legislação municipal acima; e (3) a falta de habitação social, que leva parte da população a ocupar áreas de forma irregular, sendo que, em geral, tais áreas são as ambientalmente frágeis. Quanto ao patrimônio histórico, cabe ressaltar que no

questionário on-line esse tema foi bastante citado e destacou-se a necessidade de políticas de incentivo à preservação que não penalizem o proprietário.

As **potencialidades** relativas às questões Social e Cultural elencadas foram: (1) as edificações históricas existentes; (2) as festas típicas; (3) o turismo esportivo, sendo citada a facilidade para se explorar o cicloturismo no município e também a tirolesa; (4) a possibilidade de se estabelecer roteiros turísticos variados, como o caminho de Frei Bruno, caminhos que valorizassem a agricultura familiar, identificando e desenvolvendo, assim as potencialidades turísticas de cada localidade; (5) localidades com potencial turístico-rural – Ipiranga, Rio Belo, Diamante, Pico, Abissínia e São Pedrinho; (6) o desenvolvimento de programas de capacitação, orientação e incentivo visando o alvará sanitário, sendo essa uma ferramenta para dar suporte e potencializar o turismo como fonte de renda para mais famílias.

A partir dos pontos negativos e positivos em relação ao **eixo Social e Cultural**, é possível perceber que a preservação do patrimônio histórico do município é um aspecto latente, tanto como ponto positivo (importância de preservar) quanto negativo (ausência de mecanismos que possibilitem preservar tais edificações).

As trocas de ideia a respeito do **eixo Infraestrutura básica** resultaram na relação das seguintes **deficiências** do município: (1) a existência de vários núcleos urbanos “consolidados” afastados da área central; (2) a falta de padrão para os pontos de ônibus; e (3) a falta de banheiros públicos. Como **potencialidades** do município quanto à infraestrutura básica foi elencada a demanda por infraestrutura de apoio ao ciclista.

Em relação ao **eixo Mobilidade**, foram elencadas como **deficiências**: (1) a grande dificuldade quanto à acessibilidade das calçadas, tendo sido citadas como exemplo as calçadas das vias transversais no centro que são muito estreitas; (2) o transporte público; (3) a falta de pavimentação em vias urbanas; e (4) a falta de exigência de estacionamento interno ao lote acarretando uma sobrecarga de demanda por vagas nas vias públicas. Como **potencialidade** foram citadas a importância das ciclovias para a mobilidade urbana do município e a possibilidade de se aproveitar os vazios urbanos para pensar novas vias.

5.2 PESQUISA COMUNITÁRIA ON-LINE

A pesquisa ficou aberta para respostas, de 07 de março a 10 de abril, para o preenchimento por toda a comunidade, estava acessível por meio de *link* disponível na página oficial do município, assim

como compartilhado por outras mídias sociais, a fim de atingir mais facilmente a comunidade (Figura 40).

Figura 40 – Capa do questionário da leitura comunitária como apresentada on-line.



Fonte: NEUR, 2022. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe-dTbplUEg5NU86sYZMy1gFog2NtyJWmHT7Egu-Vhu_5hUUQ/closedform>.

As questões foram divididas entre perguntas sobre o município como um todo, e perguntas buscando a opinião relativa à região de cada participante. No total a pesquisa compreendeu 34 questões, sendo 31 objetivas e 3 discursivas (entre as três uma inicial de identificação do participante e outra identificando sua profissão). Buscou-se a utilização de linguagem simples e exemplos ilustrativos como forma de tornar o questionário de fácil preenchimento para o maior número possível de pessoas.

As regiões referidas na pesquisa são as Unidades de Planejamento, descritas no item 3.2.1, que foram definidas agrupando bairros de acordo com as características e afinidades de cada localidade, assim agrupam áreas com similaridade de paisagem, relevo, função ou forma de ocupação.

Ao acessar a plataforma online para preencher o questionário, o participante necessitava identificar-se indicando seu e-mail. A solicitação de e-mail se deu com o intuito de garantir a individualidade e participação única do respondente, dificultando qualquer tipo de manipulação das respostas por repetitividade de uma mesma pessoa.

No total, participaram do questionário 205 pessoas, o que corresponde a 1,7% da população estimada para 2021, que era de 11.647 habitantes (IBGE).

5.2.1 Resultados da pesquisa comunitária on-line

QUESTÃO 04: Em que Bairro/área você mora?

Dentre as respostas obtidas no questionário, os bairros com maior participação foram:

Centro: 28,8%
Gávea: 13,2
Rodeio 12: 9,3%
Nova Brasília e São Pedro Velho: 8,8% cada
Glória: 5,9%
Rodeio 50: 4,9%

QUESTÃO 05: Seu bairro/localidade fica em qual dessas regiões?

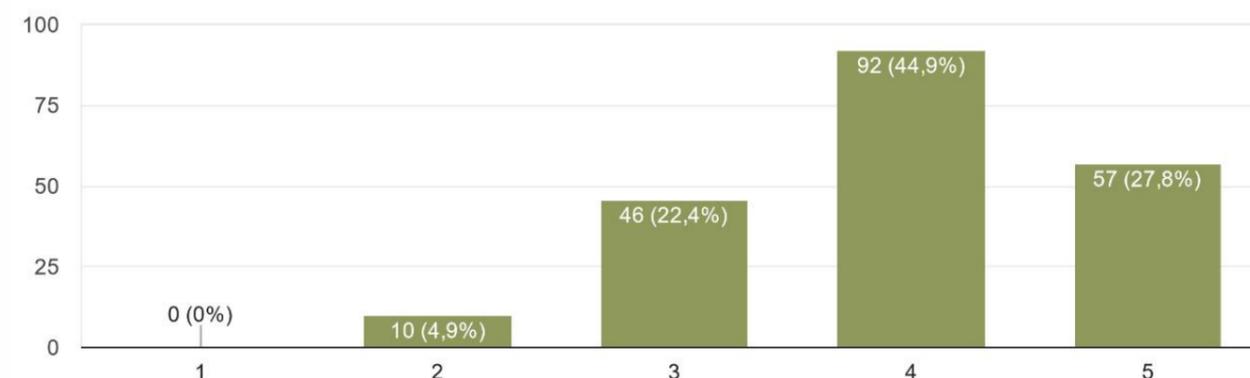
Agrupando os bairros por regiões, a representatividade de cada uma delas ficou da seguinte forma:

Região 1 - Bairro Diamante: 1,5%
Região 2 – Bairros Centro, Glória, Gávea, São Pedro Velho, São Pedro Novo, Nova Brasília e Sto Antônio: 67,3%
Região 3 – Bairros Rodeio 50, Rodeio 32, Rodeio 12 e Kaspereit: 19,5%
Região 4 – Bairro dos Lagos: 2,9%
Região 5 – Bairros Ipiranga, Abissínia e Rio Belo: 1%
Região 6 – Bairros Diamantina (pico), Damiana, Crescêncio e Rio Morto: 7,8%

QUESTÃO 06: De 1 a 5, que nota você daria para a qualidade de vida no município de Rodeio como um todo?

Percebe-se que a população avalia de forma positiva a qualidade de vida no município, destacando-se que mais de 70% avaliaram a qualidade de vida com notas 4 e 5 (notas máximas). Por outro lado, não houve votos para a nota mínima, o que demonstra que a população está satisfeita com a qualidade de vida no município.

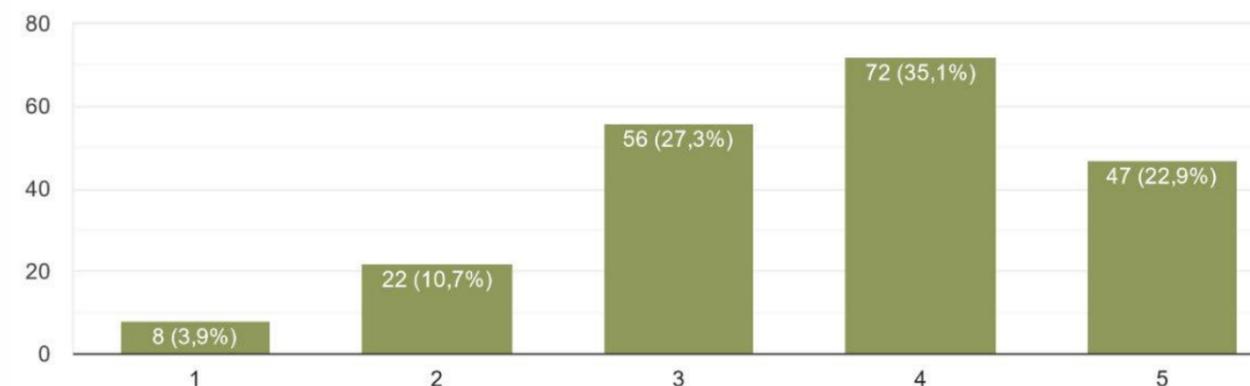
Figura 41 – Ilustração da questão 07- Nota qualidade de vida no município



QUESTÃO 07: De 1 a 5, que nota você daria para a qualidade de vida na sua região ou bairro?

Enquanto a questão 06 avalia a satisfação em relação ao município como um todo, a questão 07 busca compreender como a população avalia a qualidade de vida no seu Bairro. Assim, em relação à qualidade de vida no bairro as respostas revelam que mais de 57% das pessoas avaliam seus bairros com qualidade de vida boa (notas máximas 4 e 5). Entretanto, diferente da avaliação do município (que não houve nota baixa), nos bairros houve 30 pessoas que avaliaram seus bairros com as notas mínimas (1 e 2). Isso indica que há uma diferença na forma como a população avalia a qualidade de vida no município e nos bairros.

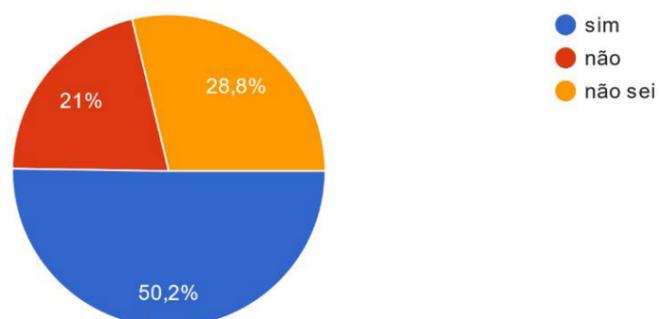
Figura 42 – Ilustração da questão 07- Nota qualidade de vida na região ou bairro



Conclui-se desta forma, que a maioria da população participante considera a qualidade de vida no município boa ou ótima (notas 4 e 5). Já nos bairros a avaliação ainda permanece positiva (mais de 57% das pessoas atribuíram notas máximas 4 e 5), porém menos expressiva que a avaliação do município.

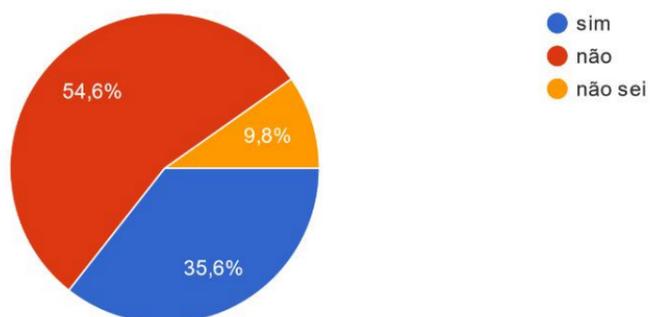
QUESTÃO 08: As próximas questões são referentes aos equipamentos comunitários e outras questões relacionadas com o adensamento populacional no município e no seu bairro.

8.1 Considerando os equipamentos de EDUCAÇÃO do SEU BAIRRO, você considera que, atualmente, há número de vagas suficiente para ateno...ino (infantil, fundamental I e II e ensino médio)?
205 respostas



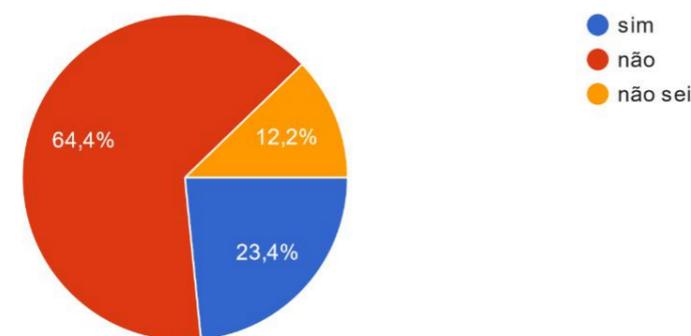
A questão 8.1 buscou avaliar o número de vagas nos bairros para atendimento infantil, fundamental I e II e ensino médio. Percebe-se que 50% das pessoas afirmam que o número de vagas é suficiente. Porém, deve-se salientar que 21% das pessoas afirmam que o número de vagas não é suficiente.

8.2 Considerando os equipamentos de SAÚDE do SEU BAIRRO, você considera que, atualmente, a capacidade de atendimento dos estabelecimentos de saúde públicos é suficiente?
205 respostas



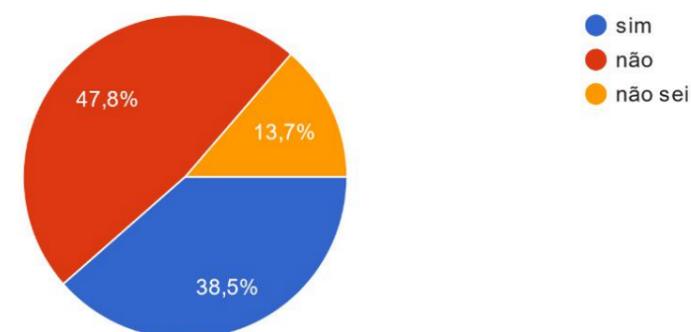
A questão 8.2 buscou avaliar a capacidade de atendimento dos equipamentos de saúde nos bairros. Nesse quesito, 54,6% das pessoas afirmam que a capacidade desses equipamentos não é suficiente. Isso aponta uma necessidade de maiores investimentos em saúde nos bairros de Rodeio. Apenas 35,6% das pessoas responderam que os equipamentos de saúde são suficientes para atender a população nos bairros.

8.3 Considerando os EQUIPAMENTOS DESTINADOS À CULTURA (teatros, cinemas, bibliotecas, galerias, espaços polivalentes, salas de concerto, ...há suficiente oferta de atrativos/opções culturais?
205 respostas



A questão 8.3 visou avaliar se a oferta de atrativos culturais é suficiente no município. Nesse sentido, 64,4% das pessoas responderam que não há atrativos suficientes. Destaca-se a expressividade de tal número, sendo que apenas 23,4% das pessoas opinaram ter oferta suficiente. Essa questão indica a necessidade de ampliar a oferta de atrativos culturais.

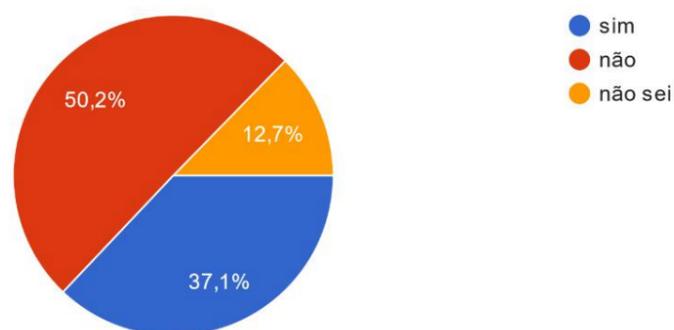
8.4 Você considera que atualmente os equipamentos destinados ao ESPORTE, LAZER e CONVÍVIO SOCIAL do SEU BAIRRO, são em número suficiente para atender a população do bairro?
205 respostas



Já no campo do esporte, lazer e convívio, a questão 8.4 avalia se a oferta de tais atrativos é suficiente nos bairros. Nesse sentido, 47,8% das pessoas responderam que não há equipamentos suficientes. Por outro lado, 38,5% responderam que há equipamentos suficientes, o que indica que não há um consenso consolidado entre a população quanto a avaliação de tais equipamentos.

8.5 Quanto ao saneamento básico, você considera que atualmente a cobertura de infraestrutura de ESGOTO, ÁGUA e DRENAGEM PLUVIAL atende o SEU BAIRRO de maneira eficiente?

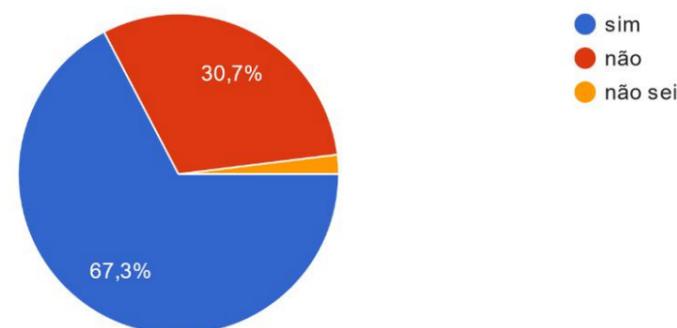
205 respostas



Já no campo do esporte, lazer e convívio, a questão 8.5 avalia se a oferta de tais atrativos é suficiente nos bairros. Nesse sentido, 47,8% das pessoas responderam que não há equipamentos suficientes. Por outro lado, 38,5% responderam que há equipamentos suficientes, o que indica que não há um consenso consolidado entre a população quanto a avaliação de tais equipamentos.

8.6 Quanto à LIMPEZA URBANA e COLETA DE LIXO, você considera que atualmente o SEU BAIRRO está bem atendido?

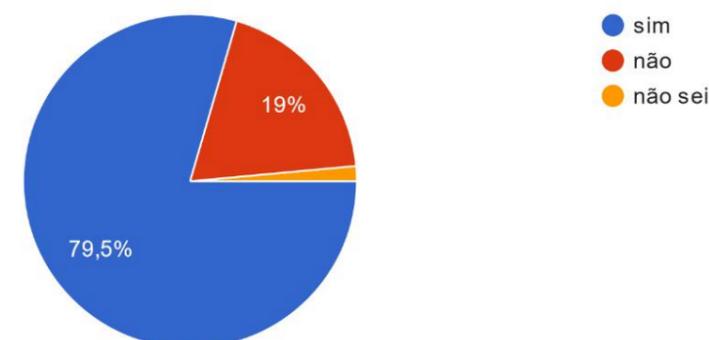
205 respostas



Quanto à limpeza urbana e coleta de lixo, a questão 8.6 demonstra que há uma satisfação expressiva da população quanto ao serviço de limpeza urbana e coleta de lixo, tendo 67,3% das respostas afirmando que os bairros são bem atendidos.

8.7 Quanto à ILUMINAÇÃO PÚBLICA, você considera que atualmente o SEU BAIRRO está bem atendido?

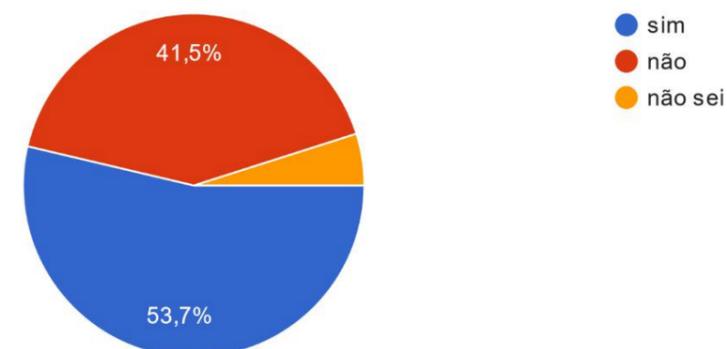
205 respostas



Outro aspecto bem avaliado, de forma expressiva, é o serviço de iluminação pública. A questão 8.7 indica que 79,5% das pessoas consideram que os bairros são bem atendidos no que se refere a iluminação pública.

8.8 Quanto à OFERTA E DIVERSIDADE DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, você considera que, atualmente, o SEU BAIRRO está bem atendido?

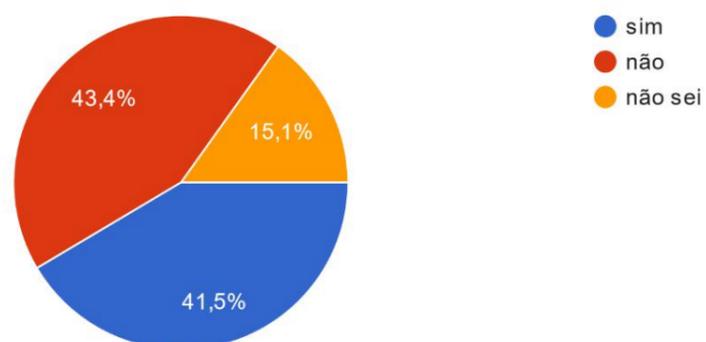
205 respostas



Quanto a oferta de diversidade de comércios e serviços nos bairros, não houve consenso entre as respostas obtidas. Enquanto 53,7% das pessoas afirmam haver diversidade de comércio e serviços nos bairros, 41,5% afirmam que não há essa diversidade nos bairros.

8.9 Quanto à OFERTA E DIVERSIDADE DE EMPREGOS, você considera que, atualmente, no MUNICÍPIO a demanda por emprego está atendida?

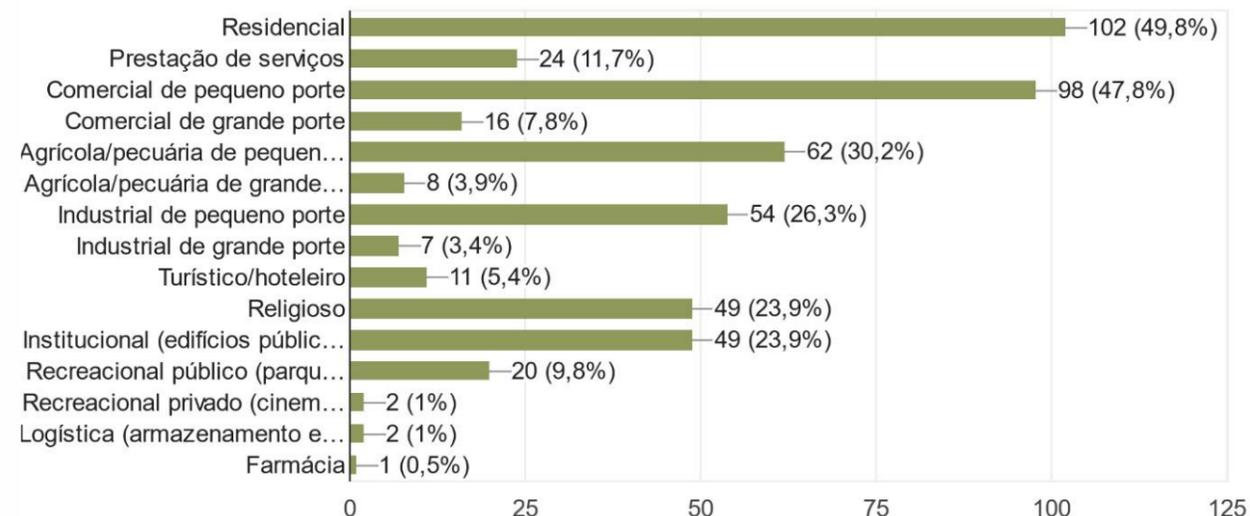
205 respostas



A pergunta 8.9 se refere a oferta de diversidade de comércios e serviços no município, não houve consenso entre as respostas obtidas. Enquanto 43,4% das pessoas afirmam não haver diversidade de comércio e serviços no município, 41,5% afirmam que há essa diversidade.

QUESTÃO 9: Selecione as atividades que predominam NO SEU BAIRRO

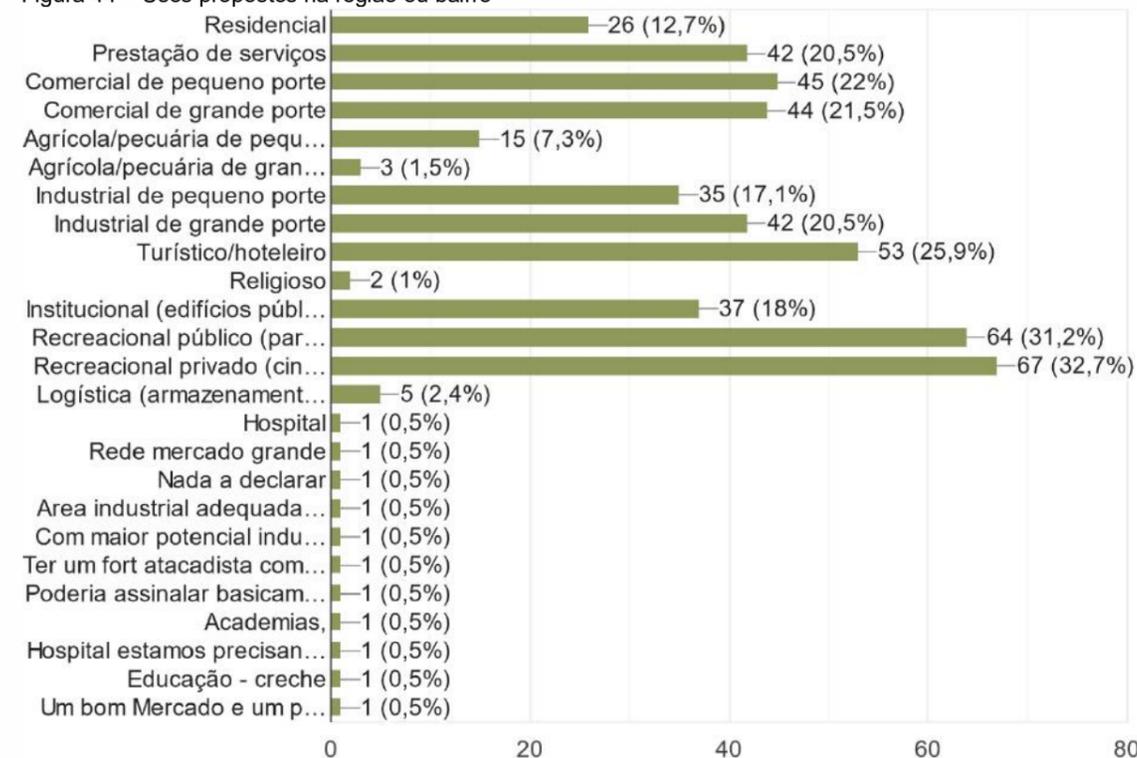
Figura 43 – Usos predominantes na região ou bairro



Os resultados da questão 9 apontam o uso residencial como sendo o predominante nos bairros dos participantes, com 49,8% das respostas, seguido do uso comercial de pequeno porte com 47,8% das respostas. Destaca-se ainda o uso agrícola de pequeno porte (30,2%)

QUESTÃO 10: Na sua opinião, quais atividades poderiam localizar-se em áreas próximas ao SEU BAIRRO?

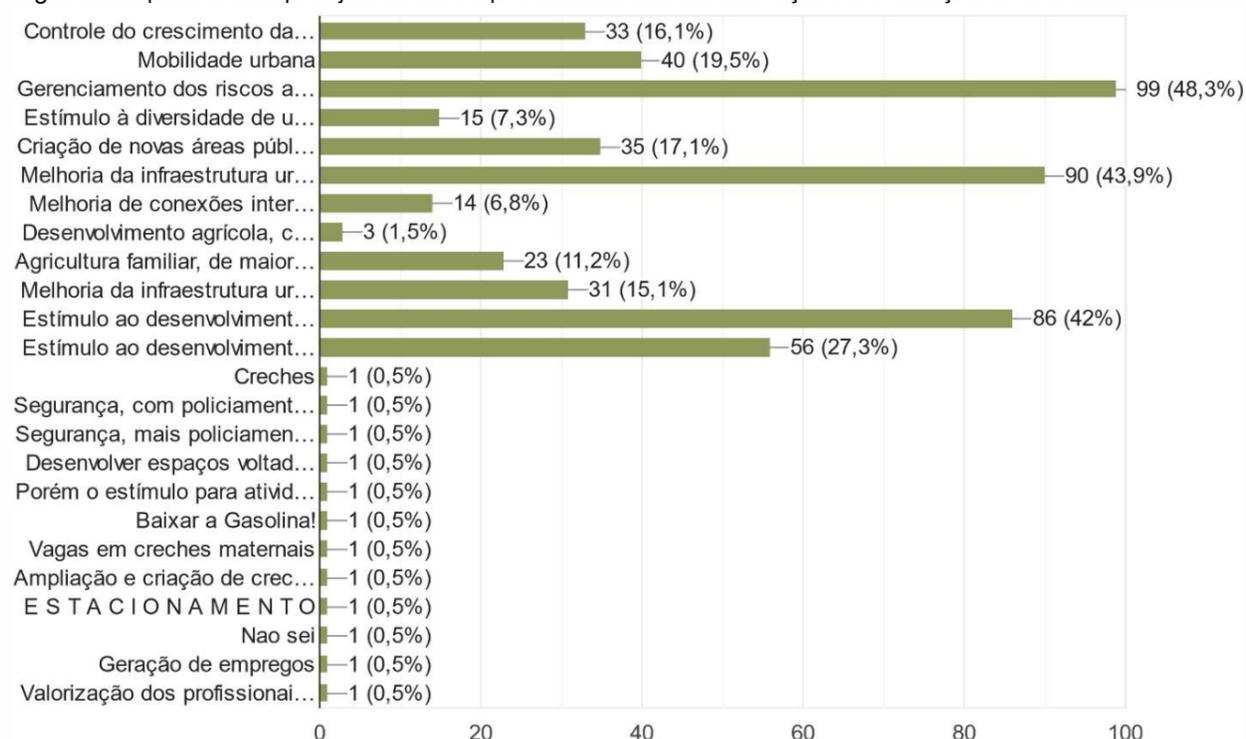
Figura 44 – Usos propostos na região ou bairro



Quando se apresenta a possibilidade de opinar sobre os usos desejados para seu bairro, percebe-se que a maior parte dos participantes escolhe o uso Recreacional privado e público, com 32,7% e 31,2% das respostas respectivamente. Em segundo lugar aparece o uso turístico hoteleiro, com 25,9%, tais respostas indicam o desejo da população por mais áreas de lazer e, por outro lado, que o município explore mais o turismo (aspecto apontado também na oficina comunitária). Os usos de comércio e prestação de serviço também receberam mais de 20% das respostas, representando o desejo da população em diversificar o uso do solo.

QUESTÃO 11: O que você acredita que deva ser prioridade no planejamento municipal em termos de ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO?

Figura 45 – prioridade no planejamento municipal em termos de ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

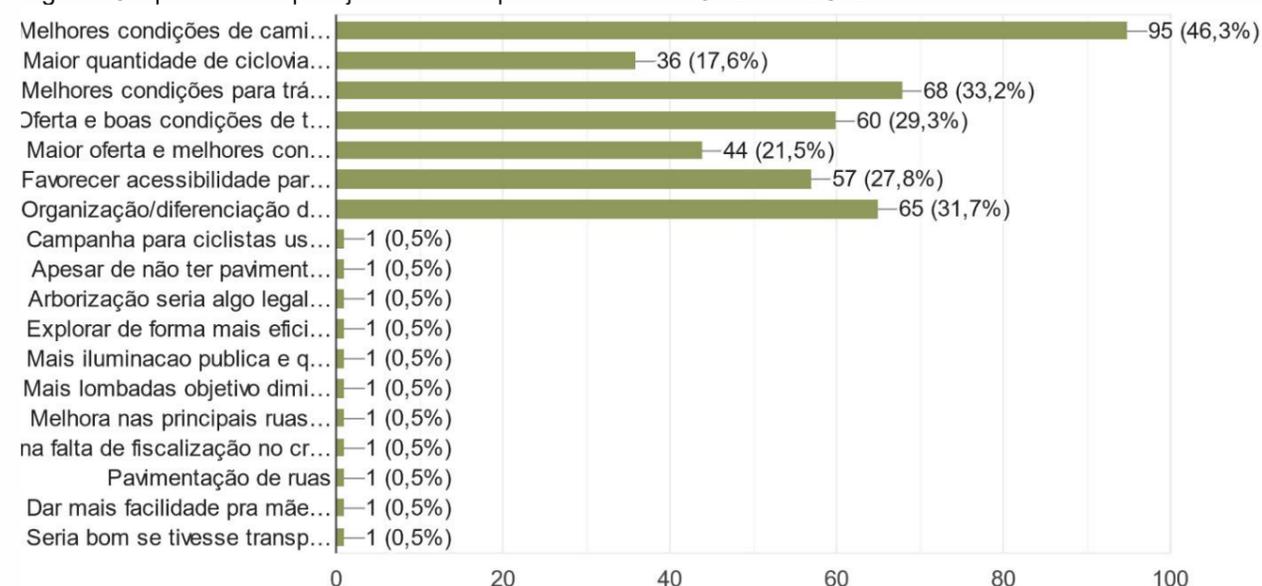


Quando se apresenta a possibilidade de opinar sobre as prioridades no planejamento municipal em termos de organização do espaço urbano, percebe-se uma forte preocupação com a gestão dos riscos, 48,3% das respostas (aspecto que também esteve muito presente na oficina comunitária). Outro aspecto recorrente foi a melhoria da infraestrutura, com 43,9% das respostas. Por fim, vale destacar o desejo que o estímulo ao desenvolvimento se torne uma prioridade no planejamento, com 42% das respostas.

QUESTÃO 12: O que você acredita que deva ser prioridade no planejamento municipal em termos de MOBILIDADE URBANA?

Quando questionados sobre as prioridades no planejamento municipal, a primeira colocação é ocupada pela opção que trata sobre a melhoria das condições de caminhabilidade nas ruas (46,3%) e condições de trafegar pela cidade. Esta escolha reflete na proximidade que os moradores têm com os problemas mais palpáveis e mais recorrentes do dia a dia. Em seguida, os participantes demonstram preocupação frente organização das rotas de tráfego pesado.

Figura 46 – prioridade no planejamento municipal em termos de MOBILIDADE URBANA

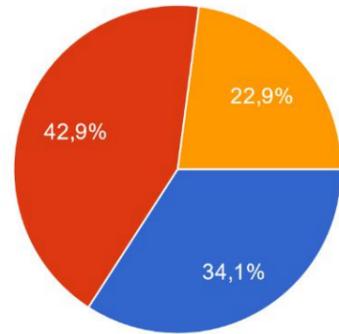


QUESTÃO 13. As próximas questões são referentes à verticalização do município.

Verticalização é o termo usado para se referir ao processo aumento dos edifícios nas cidades. Como todo processo urbano, a verticalização pode trazer vantagens (por exemplo, a otimização da infraestrutura urbana e a diversificação dos usos do solo) e desvantagens (como a sobrecarga do sistema viário, redução da insolação nas unidades habitacionais ou a indução ao surgimento de ilhas de calor na cidade). As imagens abaixo mostram três abordagens distintas: (1) uma cidade pouco verticalizada; (2) cidade com verticalização "espalhada"; e (3) cidade com verticalização mais concentrada em algumas áreas centrais.

13.1 Abaixo temos exemplos de abordagens distintas de verticalização urbana em cidades de pequeno e médio porte. Qual você prefere?

205 respostas



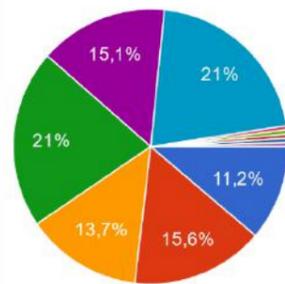
- 01 - cidade pouco verticalizada
- 02 - cidade com verticalização "espalhada"
- 03 - cidade com verticalização mais concentrada em algumas áreas centrais



Quanto ao processo de verticalização, a população manifestou o desejo por uma verticalização espalhada (modelo 02), com um total de 42,9% das respostas obtidas. Entretanto, esse número não representa uma unanimidade sobre o desejo da população. Isso porque, 34,1% das respostas desejam um padrão de desenvolvimento não verticalizado (modelo 01).

13.2 Você acredita que a verticalização é desejável NO MUNICÍPIO de Rodeio?

205 respostas



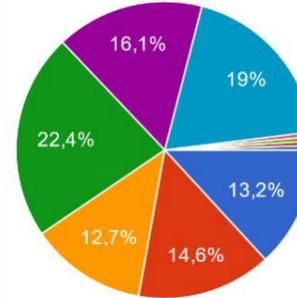
- Não
- Sim, até 4 pavimentos
- Sim, até 6 pavimentos
- Sim, até 10 pavimentos
- Sim, mais de 10 pavimentos
- Não sei opinar
- Creio que o ideal seria algo seguro, e...
- Sim, independente de pavimentos e at...
- Sim. Independente do número de pavimentos.
- Depende muito da localização. Temos bairros que suportam todo esse tráfego de moradores e empresas, enquanto outros não. O Núcleo do Bairro centro...
- Penso que deve ser realizada a verticalização concentrada principalmente em áreas aptas para h...

A questão 13.2 busca identificar os desejos da população quanto a intensidade da verticalização do município, a maioria deseja verticalização de até 10 pavimentos (21%). Destaca-se que outros 21% não souberam opinar. Outros 15,6% desejam uma verticalização baixa, de no máximo 4 pavimentos.

Por fim, destaca-se que 15,1% das respostas desejam uma forte verticalização, com mais de 10 pavimentos.

13.3 Você acredita que a verticalização é desejável NO CENTRO de Rodeio?

205 respostas

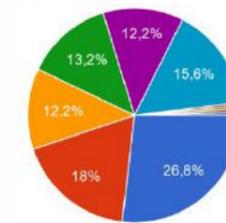


- Não
- Sim, até 4 pavimentos
- Sim, até 6 pavimentos
- Sim, até 10 pavimentos
- Sim, mais de 10 pavimentos
- Não sei opinar
- Creio que o ideal seria algo seguro, e...
- Sim, independente de pavimentos e at...
- Sim. Independente do número de pavimentos.
- Pergunta repetida

Já a questão 13.3 busca identificar os desejos da população quanto a intensidade da verticalização no centro do município, a maioria deseja verticalização de até 10 pavimentos (22,4%). Destaca-se que outros 19% não souberam opinar. Outros 16,1% desejam uma verticalização mais intensa, com mais de 10 pavimentos no centro.

13.4 Você acredita que a verticalização é desejável NO SEU BAIRRO?

205 respostas



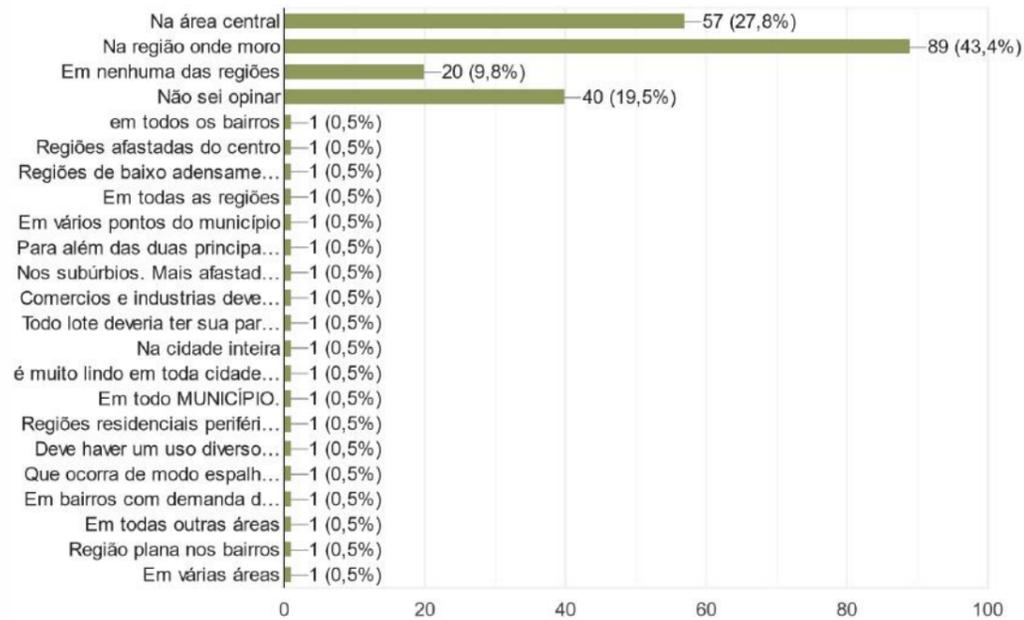
- Não
- Sim, até 4 pavimentos
- Sim, até 6 pavimentos
- Sim, até 10 pavimentos
- Sim, mais de 10 pavimentos
- Não sei opinar
- se for necessário que seja feito, só te.
- Creio que o ideal seria algo seguro, e...
- Sim, independente de pavimentos e atividade.
- Creio que seja a melhor forma de organizar áreas de habitação de forma eficiente para o perímetro urbano.

A questão 13.4 busca identificar os desejos da população quanto a intensidade da verticalização no bairro em que mora. Essa questão evidencia que as pessoas não querem a verticalização onde moram (26,8%), ou se houver, desejam que seja de no máximo 4 pavimentos (18%). Novamente, destaca-se um elevado número de pessoas que não souberam opinar (15,6%).

QUESTÃO 14. As próximas perguntas são referentes ao padrão de uso e adensamento do solo urbano desejado para o município.

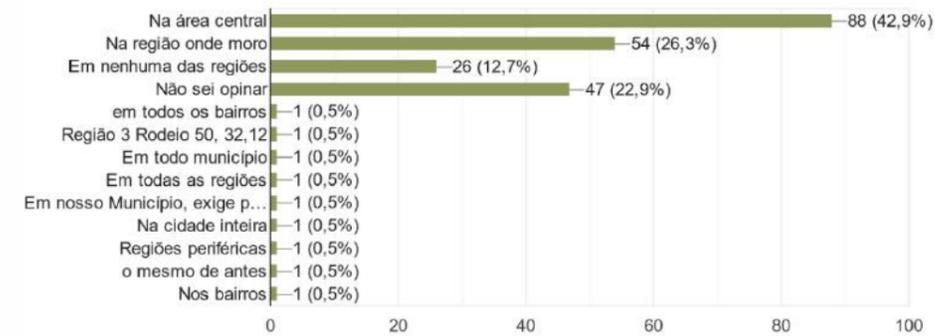
14.1 A figura abaixo representa um padrão de baixo adensamento, com lotes amplos, grandes o suficiente para a existência de jardins e quintais...e padrão de ocupação é desejável em quais regiões?

205 respostas



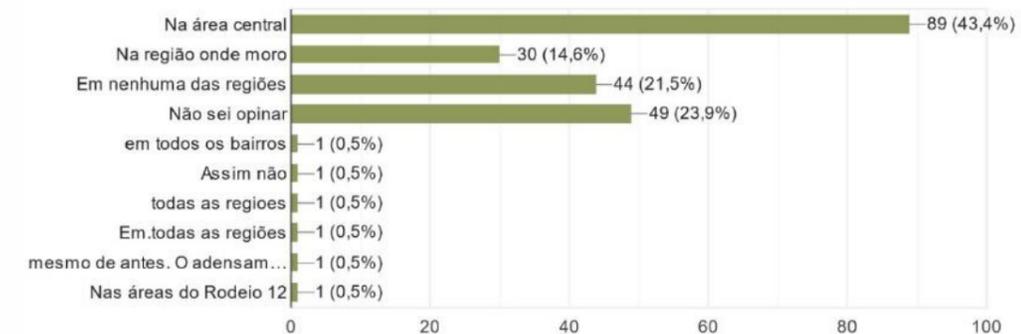
O padrão de ocupação que a questão 14.1 se refere, segundo a população, é desejável nas regiões onde quem respondeu mora (43,4%). Outros 27,8% apontam que esse padrão de ocupação poderia ser aplicado na área central. Destaca-se novamente um percentual elevado de pessoas que não souberam responder essa questão (19,5%).

14.2 A figura abaixo representa um padrão de adensamento médio, com lotes pequenos a médios, permitindo pouca distância entre construções viz...adrão de ocupação é desejável em quais regiões?
205 respostas



O padrão de ocupação que a questão 14.2 se refere, segundo a população, é desejável na área central (42,9%). Outros 26,3% apontam que esse padrão de ocupação poderia ser aplicado na região em que a pessoa mora. Destaca-se novamente um percentual elevado de pessoas que não souberam responder essa questão (22,9%).

14.3 A figura abaixo representa um padrão de alto adensamento, com lotes pequenos a médios, com permissão de construção no alinhamento do t...drão de ocupação é desejável em quais regiões?
205 respostas



O padrão de ocupação que a questão 14.3 se refere, segundo a população, é desejável na área central (43,4%). Outros 21,5% apontam que esse padrão de ocupação não é desejável para nenhuma das regiões. Destaca-se novamente um percentual elevado de pessoas que não souberam responder essa questão (23,9%).

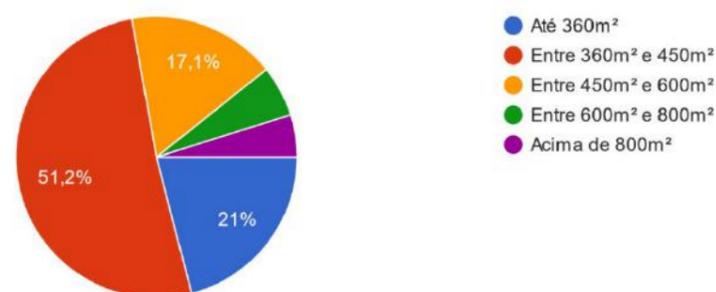
A partir da questão 14, é possível perceber que a população deseja um padrão de ocupação mais disperso, com lotes grandes e jardins nas regiões onde moram (questão 14.1). Por outro lado, o padrão de ocupação mais denso é mais desejado na área central (questões 14.2 e 14.3).

QUESTÃO 15: Para edificações comerciais, qual dessas opções você julga ser a melhor forma de estacionamento?



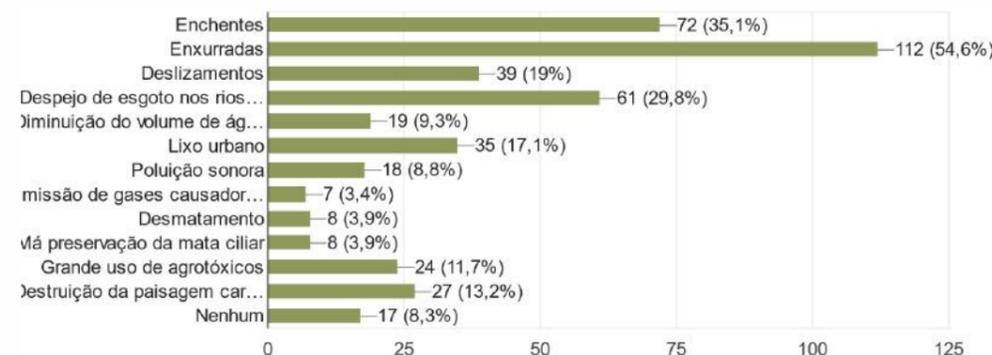
Quando o assunto é mobilidade urbana e trânsito de veículos, pensar em vagas de estacionamento se torna imprescindível, ainda mais quando se trata de áreas centrais com vocação para o comércio. Ao questionar sobre a melhor forma de estacionamento, houve um certo equilíbrio nas opiniões, tendo como primeira colocada, com 51,7%, a opção do estacionamento no recuo frontal em frente à edificação, com entrada e saída, manobra interna e espaço para o pedestre. Logo em seguida aparece o estacionamento nos fundos da edificação com 26,8%. Com 13,2% das respostas, a alternativa de destinar o estacionamento na via pública também teve representatividade.

QUESTÃO 16: Em relação ao tamanho do lote, qual você considera ideal no seu bairro?



Analisando essa resposta, a grande maioria (51,2%) das pessoas responderam que o lote ideal deveria ser entre 360 e 450 m². Outros 21% desejam lotes pequenos, de até 360 m². Em terceiro lugar está o desejo de lotes na faixa de 450 a 600m², com um total de 17,1% das respostas.

QUESTÃO 17: Quais problemas socioambientais você identifica em Rodeio?



Quanto aos problemas socioambientais de Rodeio, a população destaca a preocupação com enxurradas (aspecto que também foi apontado na oficina comunitária). Além disso destaca-se a preocupação com enchentes (35,1%) e despejo de esgoto nos rios (29,8%).

QUESTÃO 18: Você acredita que haja locais, paisagens ou edificações no município que deveriam ser preservados? Quais?

O quadro abaixo, retirado diretamente da pesquisa, com as próprias palavras dos participantes, consegue demonstrar a visão da população em relação ao patrimônio histórico e ambiental do município. A maioria das respostas foi positiva em relação à existência de locais, paisagens ou edificações que deveriam ser preservadas, 78 das 87 respostas apontaram locais, paisagens ou edificações a serem preservados. Entre o patrimônio edificado, o que mais se destaca são as casas características da imigração italiana, o conjunto identificado como Bel Trento apareceu nominado em 4 das 33 respostas que se referiram às casas históricas. Também entre estas respostas, quatro delas fizeram menção à necessidade de haver uma política de incentivo à manutenção das edificações históricas.

Ainda entre as 52 respostas que se referiram apenas ao patrimônio edificado, 7 se referiram às igrejas e museu, 7 apenas às igrejas, 2 à associação da Hering e 3 ao antigo hospital da cidade.

Quanto ao patrimônio não edificado, 15 respostas se referiram às áreas rurais com vegetação, às montanhas, às árvores e cachoeiras. Outras 3 respostas citaram apenas a necessidade de preservar pontos turísticos, sem especificar quais seriam. E outras 8 respostas apenas foram afirmativas em relação à existência de locais, paisagens ou edificações a serem preservados, também sem mais especificar.

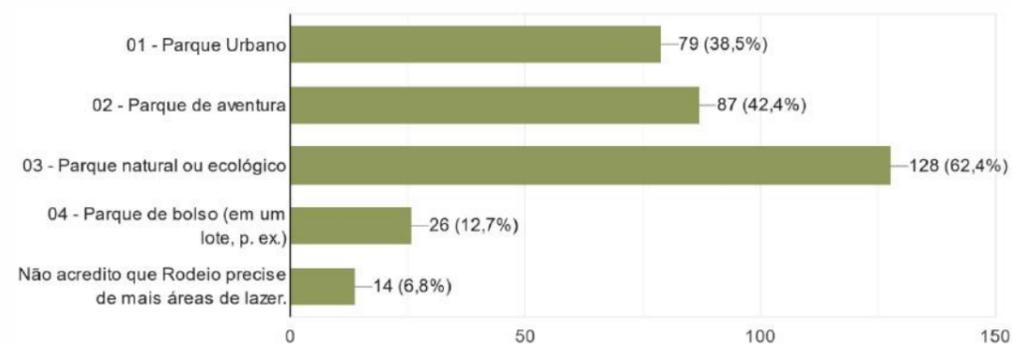
Quadro 7 – Respostas pergunta descritiva – Patrimônio a ser preservado por tipo.

52	33	Acho uma pena o quanto as construções típicas estão sendo demolidas para dar espaço para prédios comerciais e assim perdemos nossa identidade de cidade trentina. A força do turismo se perde e assim acabamos deixando de ser atrativo em uma rota que vem cresce do tanto quanto o vale Europeu. Sou super a favor de iniciativas fiscais para preservações de construção em estilo antigo e até para quem construir em arquitetura que remeta às nossas raízes.
		Com certeza! As casas antigas.
		Construções antigas
		Construções antigas
		Construções Antigas
		Deveria preservar as casas rusticas, nao deixar desmanchar, insentivar a reestruturação delas, se possivel com financiamento de parte da reforma.
		Edificações antigas (casa dos Feler)
		Edificações coloniais, que foram erguidas há mais de 100 anos.
		Edificações históricas
		Casas antigas
		Casas dos primeiros moradores
		Sim os antigos sendo feito tombamento em tais edifícios para preservação da historia e cultura.
		Sim prédios antigos
		Sim, a antiga oficina de bicicleta do Feltrin
		Existem algumas construções antigas abandonadas no centro de rodeio, mas não sei citar nome dos proprietários.
		os históricos só
		Prédios (construções), antigas.
		Sim, construções antigas (de épocas)
		Sim, edifícios antigos, casas antigas com arquitetura dos primeiros colonizadores.
		Sim, as casa antigas principalmente
		TODAS as construções historicas do município deveriam ser preservadas, inclusive cito o TRISTE episódio recente da DEMOLIÇÃO da casa da Familia Feller, uma maravilhosa e historica edificação que foi exterminada do dia pra noite, uma GRANDE perda do patrimonio historico de nossa cidade.
		Sou muito fã de construções antigas. Então por mim todas com mais de 50 anos construídas deveriam ser preservadas. Em rodeio temos algumas construções antigas "abandonadas" que deveriam ser restaurada e usada para algo. (Como hotelaria, restaurante entre outros).
		Todas as + antigas no município.
		Todas as casas e edificios históricos, evitando a construção de prédios nesses locais e na área central da cidade.
		As casas antigas
		Bel Trento deveria ser restaurado e ficar para o município
		Bel Trento?
		Sim. Residências antigas, especialmente em rotas turísticas. "Bel Trento".
		casa antiga do beltrento entre o Centro e Gloria
		Devemos preservar as construções histórias que ainda possuímos. Com o passar dos anos estes edifícios estão sendo demolidos, acredito que um dos principais motivos seja a manutenção destes espaços, talvez incentivar os proprietários a abrir negócios voltados ao turismo.
		Sim as casas antigas mas o problema é, será que o proprietário tem condições de preservar esse espaço, não adianta também exigirmos as casas antigas e deixar com que o proprietário arque com tudo, um situação complicada
		Sim e não. O problema maior da preservação de paisagens ou edificações no município vai de encontro a um projeto de manutenção do patrimônio histórico cultural. No entanto, tais projetos devem ser efetuados com condições de manutenção e preservação dos locais, dando condições para o proprietário de investimento e manutenção, sem onerar somente a propriedade ou proprietário.
		Sim, as casas históricas, hoje ao existe nenhuma lei que as proteje, para preservar história, junto dessa lei de proteção, algum incentivo para a manutenção e restauração
78	7	Locais históricos, sociais, e a cultura
		Sim. Museu, Caminho dos anjos, Capela Frei Bruno.
		Museu
		Museu ao lado da creche no centro, outro no momento não lembro
		Museu, Irmãs catequistas
		O museu EA igreja matriz
		O museu, Igrejas.
		Igrejas
		Igrejas e vila italiana
		Igrejas, predios público e casas antigas.
Sim, a igreja matriz no centro.		
Sim, sem dúvida. Como ja foi descrito anteriormente, nosso centro, especialmente nos arredores da Prefeitura Municipal e da Igreja Matriz. Temos o privilégio de esta Igreja, tão icônica e importante para nossos ancestrais que construíram a cidade, poder ser vista de todos os arredores desse perímetro. Há alguns anos foi construído um prédio que bloqueia a bela vista da igreja de alguns locais. Esse espaço deveria ser preservado. Temos muito espaço para construir, Rodeio ainda não tem necessidade de uma verticalização tão agressiva.		
Portal da cidade, casas, igrejas e edificações antigas		
Sim, igrejas, museu		

		1	Antiga Associação Hering
		1	Casas antigas, Cachoeiras, campos de futebol, antiga associação da Hering
		3	Antigo Hospital de Rodeio. Sim, O hospital antigo da cidade zelar e talvez voltar a pequenos atendimentos Hospital
		4	Os patrimônios históricos e as árvores em todas as regiões Prédios Históricos e matas nativas Acredito que as edificações antigas devem ser preservadas com a criação de algum plano de tombamento histórico. Sobre as paisagens acredito que Rodeio tem um grande diferencial por causa das suas montanhas verdes, que devem ser mantidas. Aos meus olhos, temos que ter um equilíbrio entre o novo e o antigo. Como somos uma cidade de descendentes de Imigrantes italianos gostaria que isso fosse mantido, casas antigas, locais com história de nossa cidade como museu e também as plantas como a do flamboyant na subida da igreja matriz, isso é algo que é muito elogiado por pessoas ligadas a nós que ao vir nos visitar sempre elogiam e falam sobre as belezas da nossa cidade. Por vezes não percebemos pois é algo que se tornou comum, porém vale lembrar que é as nossas histórias que estão sendo representadas!
		7	Sim, as grandes e antigas árvores que tem próximo as igrejas Áreas mais verdes. As áreas verdes Bairro Ipiranga Cachoeira Abissínia Rotas para turismo em geral e o cascata do salto Salto
		4	Sim as montanhas Sim nos morros como pico, diamantina, crescimento Sim, o Pico, a Damiana. Sim. Nas montanhas os verdes devem ser intocáveis
		3	Ponto turísticos Centro cultural e de eventos, museu, escolas, prédio da secretaria da saúde. Praças e parquinhos
		8	Com certeza Sim sim Sim, muitos locais lindos Sim, não sei te dizer Sim, sem dúvida. Sim. Sim.
		6	N sei Não sei Não sei não sei Não sei dizer Não sei opinar
		3	Nao Não não

Como mostrou o quadro, a grande maioria dos participantes acredita que a preservação do patrimônio histórico (seja um local, edificação, paisagem, ou até mesmo patrimônio imaterial) possui grande importância para a memória da cidade. Além disso, contribui para o desenvolvimento local fomentando o turismo, principalmente o turismo ecológico e religioso.

QUESTÃO 19: Quando pensamos no crescimento das cidades é inevitável pensar em espaços públicos de lazer. Os parques públicos são uma saída para as cidades que querem garantir qualidade de vida. Que tipos de parques você gostaria de ver em Rodeio?



Atualmente, é comprovada a importância que o lazer possui na qualidade de vida das pessoas e cada vez mais, a população carece de espaços públicos de recreação. Em Rodeio não é diferente. O gráfico acima mostra que 93,2% dos participantes da pesquisa acreditam que a existência destes espaços tem poder de melhorar a qualidade de vida da população. Apenas 6,8% não acreditam que o município precise de mais áreas de lazer.

6

Síntese Leitura da Realidade

6. LEITURA DA REALIDADE

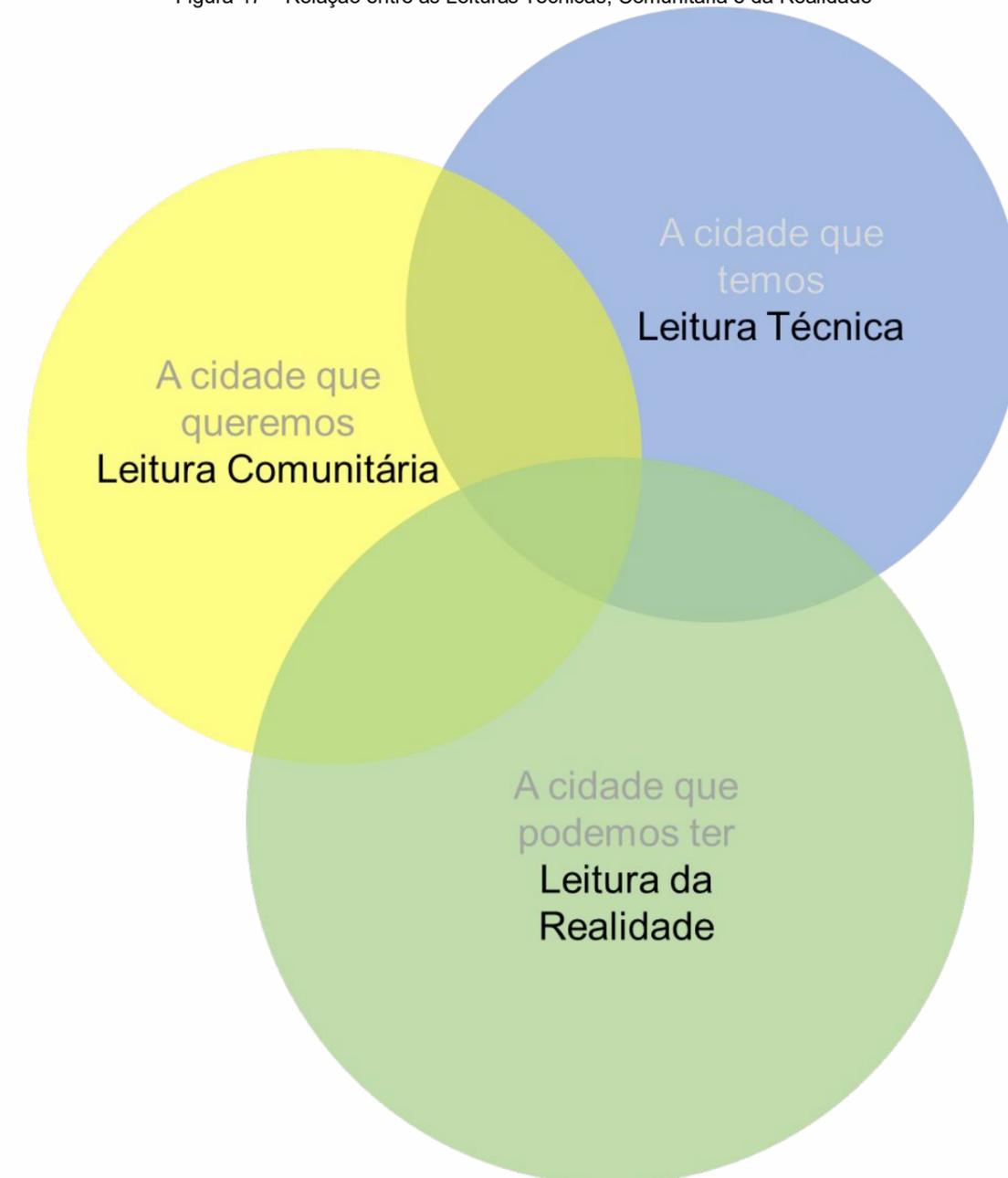
Para estabelecer uma melhor compreensão, a Leitura da Realidade está estruturada para conciliar a perspectiva técnica de boas práticas de planejamento urbano (Leitura Técnica) com os desejos e perspectivas da população (Leitura Comunitária). Assim, se torna fundamental estabelecer a relação entre a perspectiva técnica e comunitária. Se por um lado a perspectiva técnica impõe limites para a visão comunitária do que se pode ou não fazer (por exemplo: não adensar áreas de risco), por outro lado, a perspectiva comunitária indica para a leitura técnica os caminhos e padrões de desenvolvimento desejáveis (por exemplo: padrão de desenvolvimento mais ou menos tecnológico). Em outros termos, a leitura técnica torna evidente (por meio de diagnóstico técnico, pautado em dados) quais as possibilidades para o desenvolvimento da cidade e, por outro lado, a leitura comunitária indica qual dentre as possibilidades de desenvolvimento é a mais desejada pela população (Figura 47).

Assim, a partir da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária é possível estabelecer uma Leitura da Realidade do município. Para isso realiza-se um cruzamento entre a perspectiva Técnica e Comunitária. Esse cruzamento é a consolidação entre o que se pode fazer (do ponto de vista técnico) e do que se deseja (do ponto de vista comunitário).

Apenas o desejo da população não é suficiente para direcionar o desenvolvimento urbano em uma direção específica de forma coerente e assertiva. Para isso, é preciso que a leitura técnica aponte coerência técnica nos desejos da população. Caso a leitura técnica aponte incoerência nos desejos da população (por exemplo, adensar áreas de alta suscetibilidade a inundação e movimento de massa), tais desejos não devem ser considerados.

Isso ocorre pois, enquanto a leitura comunitária aponta a direção desejada, a leitura técnica que aponta a viabilidade técnica de seguir tal direção desejada. Por fim, a partir dos desejos e das viabilidades técnicas é possível delinear a Leitura da Realidade (Figura 47).

Figura 47 – Relação entre as Leituras Técnicas, Comunitária e da Realidade



Fonte: NEUR, 2022.

6.1 Metodologia da Leitura da Realidade

Assim como as oficinas, a síntese da leitura da realidade está estruturada em torno dos 4 eixos de análise: 1) Ambiental; 2) Social e cultural; 3) Espaço e forma; 4) Infraestrutura básica; 5) Mobilidade.

Sendo assim, para desenvolver o cruzamento das leituras técnicas e comunitárias, apresenta-se abaixo os pontos positivos e negativos das leituras técnicas e comunitárias de cada eixo, de forma a possibilitar um panorama geral e uma síntese por eixo.

Essa abordagem permite identificar como a comunidade e os técnicos percebem um mesmo tema (como por exemplo, os desastres socioambientais). Com isso, se torna possível sistematizar, construir e apresentar a Leitura da Realidade.



6.2 Eixo Ambiental

- Pontos negativos da Leitura Comunitária:**



Aspectos apresentados na oficina: 1) a falta de mapeamento da “cota enchente”; (2) enxurradas no Bairro Rodeio 12; (3) a deficiência na drenagem ocasionando deficiência no escoamento da água na Rua Nova Brasília; e (4) a alteração da legislação sobre APPs.

Aspectos apresentados no questionário online: quanto aos problemas socioambientais de Rodeio, a população destaca a preocupação com enxurradas (aspecto que também foi apontado na oficina comunitária). Além disso destaca-se a preocupação com enchentes (35,1%) e despejo de esgoto nos rios (29,8%).

- Pontos negativos da Leitura Técnica:**



A forma de ocupação territorial da região desde a colonização, não levou em conta importantes aspectos das características naturais, o que tem ocasionado sérios problemas. As enchentes e deslizamentos que ocorreram, em especial em 2008 e 2011, são exemplos da frágil condição natural de Rodeio e região, e deixam clara a necessidade de um planejamento que considere as questões ambientais como um dos focos centrais.

De acordo com o Estudo Técnico Socioambiental (AMMVI, 2019, p.6), dados do CEPED/UFSC (2016), a partir de estimativas realizadas e informadas pelos municípios, apontam que “o valor total de danos e prejuízos decorrentes de desastres hidrológicos no Estado de Santa Catarina entre 1995 e 2014, foi de aproximadamente R\$ 9.775.913.674,24. [...] Levando-se em consideração, apenas a Microrregião de Blumenau, este valor foi de R\$ 145.224.384,29 por ano e, no que se refere ao município de Rodeio, R\$ 342.052,86 o que significa que o Município perde aproximadamente R\$ 29 mil mensalmente com desastres hidrológicos”

Quanto ao zoneamento algumas áreas classificadas como ZAP e ZAS (que permitem os maiores adensamentos) se encontram em regiões com alta ou média suscetibilidade a movimento de massa, assim como em regiões suscetíveis a corrida de massa ou enxurradas.

Levantamento (AMMVI, 2019) apontou que o município, quanto à biodiversidade, apresenta uma floresta um tanto comprometida em relação aos seus recursos naturais, isso, no futuro poderá trazer danos ao ecossistema na eventual ausência de planos adequados. Atualmente o município conta apenas com 5% de floresta nativa, o restante é capoeirão.

- Pontos positivos da Leitura Comunitária:**



Aspectos apresentados na oficina: (1) o fato de as APPs de rios estarem preservadas; (2) potencial da paisagem natural; (3) potencialidade de implantação de parques naturais no município, como potencial turístico, tendo sido citado o “Salto” como exemplo.

Aspectos apresentados no questionário online: no que se refere a parques, 93,2% dos participantes da pesquisa acreditam que a existência destes espaços tem poder de melhorar a qualidade de vida da população.

- Pontos positivos da Leitura Técnica:**



O município é privilegiado com paisagens compostas pela presença de maciços vegetais, relevos acentuados e uma grande quantidade de ramificações de cursos d'água, a conformação das montanhas que “rodeiam” o município cria uma paisagem única e marcante.

6.2.1 Síntese/conclusão:

Percebe-se que a gestão dos riscos de cheias e enxurradas é uma preocupação importante do ponto de vista da população. Essa preocupação da população tem razão de existir, dado que o município possui muitas áreas suscetíveis a eventos de inundação, enxurradas e movimento de massa. Essa problemática reflete no campo econômico, com um prejuízo estimado anual de aproximadamente 342 mil reais. Sendo assim, é importante o município incorpore instrumentos que permitam uma melhor gestão. Além do aspecto da gestão é importante que o regramento urbanístico possibilite e induza o desenvolvimento urbano para uma ocupação coerente nas áreas menos suscetíveis a desastres do município. Como pontos positivos, percebe-se os aspectos e potenciais naturais (tanto preservados como aspectos possíveis de serem explorados turisticamente).

6.3 Eixo Social e Cultural

- Pontos negativos da Leitura Comunitária:**



Em relação ao **eixo Social e Cultural**, três pontos foram frisados pelos participantes como **deficiências**: (1) a falta de legislação municipal específica relativa ao patrimônio histórico; (2) falta de incentivo para cuidar do patrimônio histórico, que poderia advir da legislação municipal acima; e (3) a falta de habitação social, que leva parte da população a ocupar áreas de forma irregular, sendo que, em geral, tais áreas são as ambientalmente frágeis. Quanto ao patrimônio histórico, cabe ressaltar que no questionário on-line esse tema foi bastante citado e destacou-se a necessidade de políticas de incentivo à preservação que não penalizem o proprietário.

Quanto ao questionário online, 64,4% das pessoas responderam que não há atrativos culturais suficientes no município. Quanto aos equipamentos de esporte, lazer e convívio social, 47,8% apontaram ser insuficientes (porém 38,5% apontaram ser suficientes, o que indica que pode haver discrepâncias regionais no município). Quanto a saúde, 54,6% indicaram insuficiência na capacidade de atendimento dos equipamentos públicos.

- Pontos positivos da Leitura Comunitária:**



As **potencialidades** relativas às questões Social e Cultural elencadas foram: (1) as edificações históricas existentes; (2) as festas típicas; (3) o turismo esportivo, sendo citada a facilidade para se explorar o cicloturismo no município e também a tirolesa; (4) a possibilidade de se estabelecer roteiros turísticos variados, como o caminho de Frei Bruno, caminhos que valorizassem a agricultura familiar, identificando e desenvolvendo, assim as potencialidades turísticas de cada localidade; (5) localidades com potencial turístico-rural – Ipiranga, Rio Belo, Diamante, Pico, Abissínia e São Pedrinho; (6) o desenvolvimento de programas de capacitação, orientação e incentivo visando o alvará sanitário, sendo essa uma ferramenta para dar suporte e potencializar o turismo como fonte de renda para mais famílias.

A questão 18 do questionário online permite identificar a perspectiva da população em relação ao patrimônio cultural edificado e não edificado do município. a grande maioria dos participantes acredita que a preservação do patrimônio histórico (seja um local, edificação, paisagem, ou até mesmo

patrimônio imaterial) possui grande importância para a memória da cidade. Além disso, contribui para o desenvolvimento local fomentando o turismo, principalmente o turismo ecológico e religioso.

78 das 87 respostas apontaram locais, paisagens ou edificações a serem preservados. Entre o patrimônio edificado, o que mais se destaca são as casas características da imigração italiana, o conjunto identificado como Bel Trento apareceu nominado em 4 das 33 respostas que se referiram às casas históricas. Quanto ao patrimônio não edificado, 15 respostas se referiram às áreas rurais com vegetação, às montanhas, às árvores e cachoeiras.

6.3.1 Síntese/conclusão:

A partir dos pontos negativos e positivos em relação ao **eixo Social e Cultural**, é possível perceber que a preservação do patrimônio histórico do município é um aspecto latente, tanto como ponto positivo (importância de preservar) quanto negativo (ausência de mecanismos que possibilitem preservar tais edificações).

Avaliando os resultados da Leitura Comunitária e cruzando com a Leitura Técnica, nas análises da legislação, percebe-se a necessidade da regulamentação DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL. Sem essa regulamentação o Patrimônio Cultural Municipal fica à mercê do tempo, da vontade e capacidade do proprietário, de questões econômicas, entre outros, isto é, a falta de regulamentação deixa vulnerável ao Patrimônio Cultural, que é tão valorizado pelos cidadãos e tão importante para a imagem do Município.

6.4 Eixo Espaço e Forma

- Pontos negativos da Leitura Comunitária:**



Com relação ao **eixo Espaço e Forma**, muito se discutiu sobre: (1) o desalinhamento gerado pela diferenciação entre os alinhamentos prediais (recoo frontal); (2) também se reforçou o que já havia sido pontuado na **Audiência Pública** quando à quantidade exagerada de vazios urbanos existentes no município; (3) correlacionado ao tamanho dos recuos, cogitou-se a diminuição destes; (4) também se questionou a possibilidade de haver áreas de estacionamento sendo consideradas como áreas permeáveis; (5) testada mínima para “condomínios urbanos fechados” é muito pequena (6m); (6) há falta de oferta de áreas para o uso industrial; (7) outro problema ligado às indústrias foi a falta de incentivos para implantação destas; (8) também se discutiu a respeito da quantidade de ocupações irregulares; (9) necessidade de se estabelecer sanções relativas à venda de lotes de modo irregular; (10) falta de legislação para amparar a fiscalização quanto aos ocupações irregulares.

Quanto ao questionário online, 51,2% das pessoas responderam que o lote ideal deveria ser entre 360 e 450 m²

- Pontos negativos da Leitura Técnica:**



Mais da metade dos lotes urbanos (52,66%) encontram-se vazios ou subutilizados. Há um grande estoque de terras urbanas vazias em áreas servidas por infraestrutura e atendidas pelos serviços públicos. Estas áreas não trazem retorno para o investimento público ali já aplicado, ao contrário, a manutenção dos espaços urbanos vazios faz com que ocorra a ocupação de áreas afastadas e muitas vezes não recomendadas para a ocupação fazendo com que o custo tanto econômico quanto social seja cada vez maior. Em resumo, cria-se um espaço urbano de baixa qualidade e ainda assim, extremamente caro para os cofres públicos e para o cidadão.

Ao se analisar os resultados percebe-se que 95,91% da área urbana do município está parcelada em lotes acima de 1.000m², mais especificamente, 90,56% da área urbana são lotes acima de 5.000m², são lotes muito grandes para ocupar a maior parte da área urbana, evidentemente há muitos vazios urbanos.

Quanto aos índices urbanísticos as duas maiores zonas urbanas, que ocupam a maior parte da área urbana de Rodeio, podem ser consideradas bastante liberais, pois ambas permitem alto gabarito

e, principalmente alto coeficiente de aproveitamento, em contraposição os valores de recuos lateral e de fundos são bastante modestos.

- Pontos positivos da Leitura Comunitária:**



Potencial de crescimento nos Bairros Rodeio 12, Centro e Gávea. Quanto ao questionário online, 51,2% das pessoas responderam que o lote ideal deveria ser entre 360 e 450 m². Quanto ao processo de verticalização, a população manifestou o desejo por uma verticalização espalhada, com um total de 42,9% das respostas obtidas. Entretanto, esse número não representa uma unanimidade sobre o desejo da população. Isso porque, 34,1% das respostas desejam um padrão de desenvolvimento não verticalizado.

- Pontos positivos da Leitura Técnica:**



Considerando a grande quantidade de vazios urbanos, num momento de reavaliação e redirecionamento do desenvolvimento urbano municipal, eles podem ser vistos como oportunidade para desenvolver o município de forma adequada, adensando mais as áreas centrais.

6.4.1 Síntese/conclusão:

Enquanto a leitura comunitária destaca a importância de repensar os afastamentos e recuos das edificações. A leitura técnica destaca a quantidade de lotes vazios e a dimensão de tais lotes. Ambas as leituras concordam quanto a necessidade de abordar a problemática das ocupações irregulares. Destaca-se a necessidade de parcelamento dos lotes urbanos, de forma a possibilitar maior adensamento e acesso da população a moradia de forma legal.

6.5 Eixo Infraestrutura Básica

- **Pontos negativos da Leitura Comunitária:**



As trocas de ideia a respeito do **eixo Infraestrutura básica** resultaram na relação das seguintes **deficiências** do município: (1) a existência de vários núcleos urbanos “consolidados” afastados da área central; (2) a falta de padrão para os pontos de ônibus; e (3) a falta de banheiros públicos.

Quanto ao questionário online, aproximadamente 50,2% indicam que não são atendidos de maneira eficiente nos serviços de esgoto, água e drenagem pluvial, 50,2%. No geral, 43,9% das respostas do questionário apontam uma necessidade de melhoria da infraestrutura.

- **Pontos negativos da Leitura Técnica:**



Há um grande estoque de terras urbanas vazias em áreas servidas por infraestrutura e atendidas pelos serviços públicos. Estas áreas não trazem retorno para o investimento público ali já aplicado, ao contrário, a manutenção dos espaços urbanos vazios faz com que ocorra a ocupação de áreas afastadas e muitas vezes não recomendadas para a ocupação fazendo com que o custo tanto econômico quanto social seja cada vez maior.

Analisando o município de Rodeio, e conforme já apresentado, percebe-se que a área urbana do município apresenta densidade demográfica bastante baixa (2,38 hab/ha). Desta forma, afirma-se que seria benéfico aumentar a densidade nas áreas centrais de forma a utilizar de modo mais eficiente a infraestrutura já instalada.

- **Pontos positivos da Leitura Comunitária:**



Como **potencialidades** do município quanto à infraestrutura básica foi elencada a demanda por infraestrutura de apoio ao ciclista.

Quanto ao questionário online, aproximadamente 79,5% das pessoas indicaram um bom atendimento da iluminação pública. Quanto a coleta de lixo, 67,3% indicam um bom atendimento.

- **Pontos positivos da Leitura Técnica:**



Afirma-se que seria benéfico aumentar a densidade nas áreas centrais de forma a utilizar de modo mais eficiente a infraestrutura já instalada, aproveitar a oferta de serviços, atividades diversas já existentes, assim como potencializar a característica de urbanidade destas áreas e, assim beneficiar mais pessoas.

6.5.1 Síntese/conclusão:

A infraestrutura do município atende de forma parcial a população (segundo leitura comunitária). Para tornar as infraestruturas existentes mais eficientes, destaca-se a importância de aumentar a densidade onde já existem infraestruturas instaladas (de forma a torna-las mais eficientes). Destaca-se ainda o potencial para incrementar os incentivos para o sistema ciclo viário do município, sendo que a área urbana é propícia para este tipo de deslocamento.

6.6 Eixo Mobilidade

- **Pontos negativos da Leitura Comunitária:**



Em relação ao **eixo Mobilidade**, foram elencadas como **deficiências**: (1) a grande dificuldade quanto à acessibilidade das calçadas, tendo sido citadas como exemplo as calçadas das vias transversais no centro que são muito estreitas; (2) o transporte público; (3) a falta de pavimentação em vias urbanas; e (4) a falta de exigência de estacionamento interno ao lote acarretando uma sobrecarga de demanda por vagas nas vias públicas.

Quanto ao questionário online, a população destacou a necessidade de melhoria das condições de caminhabilidade nas ruas (46,3%) e condições de trafegar pela cidade.

- **Pontos positivos da Leitura Comunitária:**



Como **potencialidade** foram citadas a importância das ciclovias para a mobilidade urbana do município e a possibilidade de se aproveitar os vazios urbanos para pensar novas vias.

51,7% das respostas indicaram desejo de estacionamento no recuo frontal em frente à edificação, com entrada e saída, manobra interna e espaço para o pedestre.

6.6.1 Síntese/conclusão:

Quanto à mobilidade, destaca-se a importância dada pela população em relação as calçadas e ciclovias. Essa preocupação e desejo da população é válida, pois permite reduzir a quantidade de veículos e conseqüentemente a intensificação de trânsito conforme a cidade for adensada.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, Claudio. *Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana*. Tradução de Claudio Acioly e Forbes Davidson. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ALMEIDA, Rita de Cássia de. Levantamento histórico e ocupação urbana da unidade de estudo. In: SCHIEL, Dietrich et al. (Org). *O estudo de bacias hidrográficas. Uma estratégia para educação ambiental*. São Carlos: Rima, 2002. p.37-42.

AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí. **Estudo Técnico Socioambiental do município de Rodeio**. Blumenau: AMMVI, 2019. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/1534/arquivos/1732348_Rodeio_Relatorio_Descritivo_ETS_Volume_I_e_II.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

ATLAS BR – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/420170#sec-demografia>. Acesso em: 25 de março de 2022.

BITAR, Omar Yazbek (coord.). **Cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações - 1:25.000**: nota técnica explicativa. São Paulo: IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo; Brasília, DF : CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2014. – (Publicação IPT; 3016) 5 Mb ; PDF

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Serviço Geológico do Brasil – CPRM. **Setorização de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações**: Rodeio/ Santa Catarina. Abril, 2018.

DEVECCHI A. M.. Políticas de compactação urbana. In: usjt - arq.urb. nº 12, 2014. Disponível em:< <http://www.usjt.br/arq.urb/numero-12/5-alejandra-devecchi.pdf>> Acesso em: 26/04/2016.

JANSEN, Giane Roberta. **Avaliação da governança da gestão de riscos de desastres: o caso da bacia hidrográfica do Rio Itajaí-SC**. 2020. 376 f., il. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020. Disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/TE/2020/366828_1_1.pdf. Acesso em: 3 ago. 2021.

PACK A. A.. **Increasing Density**: A Small-Town Approach to New Urbanism. Disponível em:< <https://www.stlouisfed.org/publications/bridges/fall-2013/increasing-density-a-smalltown-approach-to-newurbanism>> Acesso em 26/04/2016.

SANTA CATARINA. SIGSC. **Modelo digital do terreno**. Disponível em: <http://sigsc.sc.gov.br/download/index.jsp>. Acesso em: 04 ago. 2021.

TOMASELLI, Carla Caroline. **Cabe à Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí assumir o planejamento regional do Médio Vale do Itajaí?** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, p. 148. 2008.

TRIVERS, Tony. Density means better cities. In: ECHENIQUE M., SAINT, A. *Cities for New Millenium*. Londres: Spon Press, 2001, p 23-26.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO. **Plano Diretor. Leitura da Realidade Municipal**. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO. **Plano Diretor. Leitura da Realidade Municipal**. 2014.

ANEXO I – DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5774 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021 - COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?r=site/index&q=cod_entidad...

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio
Data de Cadastro: 07/02/2022 Extrato do Ato Nº: 3595362 Status: Publicado
Data de Publicação: 08/02/2022 Edição Nº: [3763](#)

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5774 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021.
"CRIA A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO PARA A REVISÃO E COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO, NOMEIA OS SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALCIR FERRARI, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VI e XV Da Lei Orgânica Municipal de Rodeio, e demais legislação pertinente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Especial para Acompanhamento para a Revisão e Complementação do Plano Diretor do Município, que trabalhará em parceria com o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais – NEUR da Universidade Regional de Blumenau - FURB.

Art. 2º. A Comissão ora constituída será composta pelos seguintes membros:

I – **Chaiane Dellagiustina** - representante da Diretoria Municipal de Planejamento Urbano;
II – **Jonas Ludovico Zermiani** – Fiscal de Obras e Posturas;
III – **Gumercindo Pacher** - Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;
IV – **Douglas Frankenberger** – Engenheiro Florestal;
V – **Elton Scoz** – Diretor de Obras;
VI – **Ariane Regina Tambosi** – Técnica em Vigilância Sanitária;
VII – **Joseane Filagrana** – Fiscal de Tributos;
VIII – **Denilson Duarte Lana** – Assessor Jurídico do Chefe do Executivo;

Parágrafo Único. Ficará a cargo do servidor indicado no inciso I a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º. Os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão Especial, ora constituída, são considerados de relevante interesse público, cujas atividades desenvolvidas pelos seus integrantes, não acarretará qualquer tipo de ônus aos cofres públicos municipais, como também os mesmos não terão uma função específica.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à

 * Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3595362, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.
Confira o original em:
<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3595362>

2 of 2 20/04/2022, 10:47

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?r=site/index&q=cod_entidad...

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio
Data de Cadastro: 07/02/2022 Extrato do Ato Nº: 3595362 Status: Publicado
Data de Publicação: 08/02/2022 Edição Nº: [3763](#)

publicação do DOM/SC nos termos do Art. 3º do Decreto Nº 5068 de 04 de outubro de 2019.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 01 de dezembro de 2021.

VALCIR FERRARI
Prefeito Municipal de Rodeio/SC

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

 * Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3595362, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.
Confira o original em:
<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3595362>

2 of 2 20/04/2022, 10:47

ANEXO II – DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5.818 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022 - REESTRUTURA O CONCIDADES E INSTALA PROCESSO ELEITORAL

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?r=site/index&q=cod_entidad...

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio
Data de Cadastro: 17/02/2022 **Extrato do Ato Nº:** 3623498 **Status:** Publicado
Data de Publicação: 18/02/2022 **Edição Nº:** [3773](#)

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5818 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.
" REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CONCIDADES E INSTALA PROCESSO ELEITORAL NOS TERMOS DA LEI ORDINÁRIA nº 1.532/2006."

VALCIR FERRARI, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VI da Lei Orgânica Municipal de Rodeio, e

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano- CONCIDADES, criado e regulamentado pela Lei Ordinária nº 1.532 de 19 de abril de 2006 encontra-se inativo desde o ano de 2009.

CONSIDERANDO que os mandatos dos membros do CONCIDADES já expiraram e não houve eleições para sua renovação desde 2009, sendo que atualmente o CONCIDADE não possui uma presidência ativa que possa convocar as eleições e/ou nomear comissão eleitoral, conforme artigo 4º da Lei Ordinária nº 1.532/2006

CONSIDERANDO que a estrutura administrativa municipal a qual o CONCIDADE encontra-se vinculado pela Lei Ordinária nº 1.532/2006 foi alterada;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do CONCIDADE, previsto no artigo 5º da Lei nº 1.532/2006 ainda não foi criado e aprovado.

CONSIDERANDO o princípio da gestão democrática que rege o Estatuto das Cidades – Lei Federal nº 10.257/2001 e na salvaguarda de participação social na elaboração e deliberação sobre os planos setoriais municipais, notadamente o Plano Diretor municipal:

DECRETA:

Artigo 1º. A reestruturação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano- CONCIDADES obedecerá a Lei Ordinária nº 1.532/2006 no que concerne à composição e competências;

Artigo 2º. Fica instituída a comissão eleitoral para coordenar o processo eleitoral de recomposição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano- CONCIDADES composto pelos seguintes membros:

I – Chaiane Dellagiustina - representante da Diretoria Municipal de Planejamento Urbano;

II – Jonas Ludovico Zermiani – Fiscal de Obras e Posturas;

III – Gumercindo Pacher - Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;

IV – Joseane Filagrana – Fiscal de Tributos;

 * Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3623498, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.
Confira o original em:
<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3623498>

1 of 7 20/04/2022, 10:31

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?r=site/index&q=cod_entidad...

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio
Data de Cadastro: 17/02/2022 **Extrato do Ato Nº:** 3623498 **Status:** Publicado
Data de Publicação: 18/02/2022 **Edição Nº:** [3773](#)

V – Denilson Duarte Lana – Assessor Jurídico do Chefe do Executivo;

Artigo 3º. Compete à Comissão Eleitoral receber e homologar inscrições para o CONCIDADES, receber e decidir sobre recursos administrativos, coordenar o processo eleitoral e presidir a Conferência Municipal Extraordinária da Cidade que elegerá e os membros do CONCIDADES, na forma da composição dos incisos II e II do artigo 3º da Lei nº 1.532/2006.

Artigo 4º. Fica aprovado também o Regulamento do Processo Eleitoral para eleição dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho da Cidade de Rodeio, integrando o presente na forma do anexo 1.

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação do DOM/SC nos termos do Art. 3º do Decreto Nº 5068 de 04 de outubro de 2019.

Artigo 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 16 de fevereiro de 2022.

VALCIR FERRARI
Prefeito Municipal de Rodeio/SC

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4
Secretaria Executiva

ANEXO I

REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE COMPORÃO O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CONCIDADES NO MUNICÍPIO DE RODEIO - ESTADO DE SANTA CATARINA.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 1º A Conferência Municipal para a eleição dos representantes da sociedade civil que comporão o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano- CONCIDADES tem por finalidade promover a

 * Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3623498, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.
Confira o original em:
<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3623498>

of 7 20/04/2022, 10:31

ANEXO III – DECRETO Nº 5841 DE 18 DE ABRIL DE 2022 - NOMEIA OS MEMBROS DO CONCIDADE

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?r=site/index&q=cod_entidad...

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio
Data de Cadastro: 18/04/2022 **Extrato do Ato Nº:** 3838457 **Status:** Publicado
Data de Publicação: 19/04/2022 **Edição Nº:** [3831](#)

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5841 DE 18 DE ABRIL DE 2022.
" NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CONCIDADE."

VALCIR FERRARI, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VI da Lei Orgânica Municipal de Rodeio, e pela Lei Ordinária nº 1.532 de 19 de abril de 2006,

CONSIDERANDO o resultado da eleição ocorrida na Conferência Municipal da Cidade, para eleição dos representantes e seus respectivos suplentes da Sociedade Civil como membros do Conselho da Cidade, no dia 09 de março de 2022, às 15 horas.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeados os Conselheiros das entidades abaixo relacionadas como membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CONCIDADE, para exercerem o mandato de Conselheiros pelo período de 02 (dois) anos.

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Presidente: Chaiane Dellagiustina
Suplente: Elton Scoz

Titular: Jonas Ludovico Zermiani
Suplente: Joseane Filagrana

Titular: Gumercindo Pacher
Suplente: Douglas Frankenberger

Titular: Denilson Duarte Lana
Suplente: Rubia Nagila Fuzinato

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

CREA - Conselho Regional de Engenharia Agronomia de SC;
Titular: Matheus Cristhian de Oliveira Biegging
Suplente: Ademir Rodrigues

 * Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3838457, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.
Confira o original em:
<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3838457>

1 of 3 20/04/2022, 09:58

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?r=site/index&q=cod_entidad...

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio
Data de Cadastro: 18/04/2022 **Extrato do Ato Nº:** 3838457 **Status:** Publicado
Data de Publicação: 19/04/2022 **Edição Nº:** [3831](#)

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Rodeio;
Titular: Rudney Roque Demarchi
Suplente: Andre Mario Girardi
Sindicato dos trabalhadores Rurais de Rodeio;
Titular: Agenor Pezzini
Suplente: Ivair Luiz Scoz

III - REPRESENTANTES DO MOVIMENTO SOCIAL E POPULAR

Associação Atlética San Vigilio;
Titular: Natalino Bonacolsi
Suplente: Jucimar Stolf

APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Santo Antônio;
Titular: Antonio Marcos dos Santos
Suplente: Joseane Gomes do Amaral
Rede Feminina de Combate ao Câncer;
Titular: Deonilda Girardi
Suplente: Marilde Tamanini Campregher

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação do DOM/SC nos termos do Art. 3º do Decreto Nº 5068 de 04 de outubro de 2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.
Prefeitura Municipal de Rodeio, 18 de abril de 2022.

VALCIR FERRARI
Prefeito Municipal de Rodeio/SC

 * Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3838457, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.
Confira o original em:
<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3838457>

2 of 3 20/04/2022, 09:58

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio

Data de Cadastro: 18/04/2022 Extrato do Ato Nº: 3838457 Status: Publicado

Data de Publicação: 19/04/2022 Edição Nº: [3831](#)

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4

Secretaria Executiva



* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3838457, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:
<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3838457>

ANEXO IV – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NO LANÇAMENTO DO PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATUALIZAÇÃO 2022 RODEIO

Audiência Pública de Lançamento do Processo de Atualização do Plano Diretor

AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATUALIZAÇÃO 2022 RODEIO

O QUE É A FURB?

- Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) é uma instituição de ensino pública fundada em 1964 em Blumenau/SC;
- Em 13 de fevereiro de 1986, pela Portaria Ministerial nº 117, o Ensino Superior, mantido pela FURB, é reconhecido e credenciado pelo Ministério de Educação como Universidade;
- Desde 19 de março de 2010, por meio da Lei Complementar Municipal nº 743, a FURB é uma autarquia municipal de regime especial, possuindo plena autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme disciplina seu Estatuto, nos termos do art. 207 da Constituição Federal.

O QUE É O NEUR?

Equipe:
Arq. Carla Cintra Back - Coordenadora
Arq. Carla Caroline Tomazelli
Arq. Bruno Luiz Gonçalves
Arq. Leonardo Ludwig
Arq. Márci Juliana Klennan

NEUR
Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais

Grupo de pesquisa e extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FURB - Universidade Regional de Blumenau, sob o comando do Diretor de Pesquisa do CNPq, Desempenha desde 1995 projetos voltados ao planejamento urbano e regional de forma integrada com a sociedade.

Tem como objetivo geral promover a pesquisa e a extensão acadêmica na área de planejamento urbano e regional, visando ao desenvolvimento sustentável das comunidades e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A EQUIPE é composta por profissionais de áreas de Arquitetura e Urbanismo e, em determinados estudos, também conta com a atuação de especialistas em áreas como psicologia, engenharia e sociologia.

Os SERVIÇOS prestados se dividem em dois grandes grupos: Planejamento Urbano e Extensão de Projetos Urbanos.

QUAL A CIDADE QUE QUEREMOS? PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATUALIZAÇÃO 2022 RODEIO

QUANDO PENSAMOS EM CIDADE

QUAIS AS IMAGENS QUE VEM À NOSSA CABEÇA?

MUITO ANTES DISSO, A CIDADE É ESSENCIALMENTE FORMADA POR PESSOAS

HÁ 6.000 ANOS, A CIDADE FOI A MELHOR INVENÇÃO DA ESPÉCIE HUMANA

A CIDADE NASCEU COMO UM BOM LUGAR PARA SE VIVER

SERIA ASSIM TÃO SIMPLES?

PROBLEMAS URBANOS

TRÂNSITO
FALTA DE TRANSPORTE PÚBLICO
INSEGURANÇA DE PEDESTRES E CICLISTAS

PROBLEMAS URBANOS

TRÂNSITO
FALTA DE TRANSPORTE PÚBLICO
INSEGURANÇA DE PEDESTRES E CICLISTAS

+ PLANEJAMENTO

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE
CICLOVIAS SEGURAS
INTERMODALIDADE DE TRANSPORTES

PROBLEMAS URBANOS

Curitiba - 1962 Curitiba - 1968

PROBLEMAS URBANOS

+ PLANEJAMENTO

criação de parques

LAZER
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

PROBLEMAS URBANOS

DENSIDADE DESEQUILIBRADA
MUITA GENTE EM POUCO ESPAÇO E POUCA GENTE EM MUITO ESPAÇO

EXPLICANDO A DENSIDADE URBANA...
Habitantes/ha

CIDADE DISPERSA **CIDADE COMPACTA**

PROBLEMAS URBANOS

DENSIDADE DESEQUILIBRADA
MUITA GENTE EM POUCO ESPAÇO E POUCA GENTE EM MUITO ESPAÇO

+ PLANEJAMENTO

DENSIDADE EQUILIBRADA

MAIOR DENSIDADE COM OFERTA DE INFRAESTRUTURA
DIMINUIÇÃO DE DESLOCAMENTOS
DISTRIBUIÇÃO DE ÁREAS VERDES

MUNICÍPIOS PEQUENOS TAMBÉM TÊM PROBLEMAS

Condições - assepio nas margens Densidade excessiva no centro urbano
Condições - estacionamento nas vias Endentadas

MUNICÍPIOS PEQUENOS TAMBÉM TÊM POTENCIAIS

PLANEJAR PARA FORTALECER AS POTENCIALIDADES!

AUDIÊNCIA DE LANÇAMENTO

O QUE É O PLANO DIRETOR?

É um conjunto de leis municipais que orienta o desenvolvimento e crescimento de um município para atender às necessidades coletivas de sua população.

MAS O PORTE DA NOSSA CIDADE É MENOR...

PRECISAMOS PENSAR NISSO AGORA?

MAS QUEREMOS QUE CHEGUE A ESSE PONTO?

PLANEJAR É PRECISO!

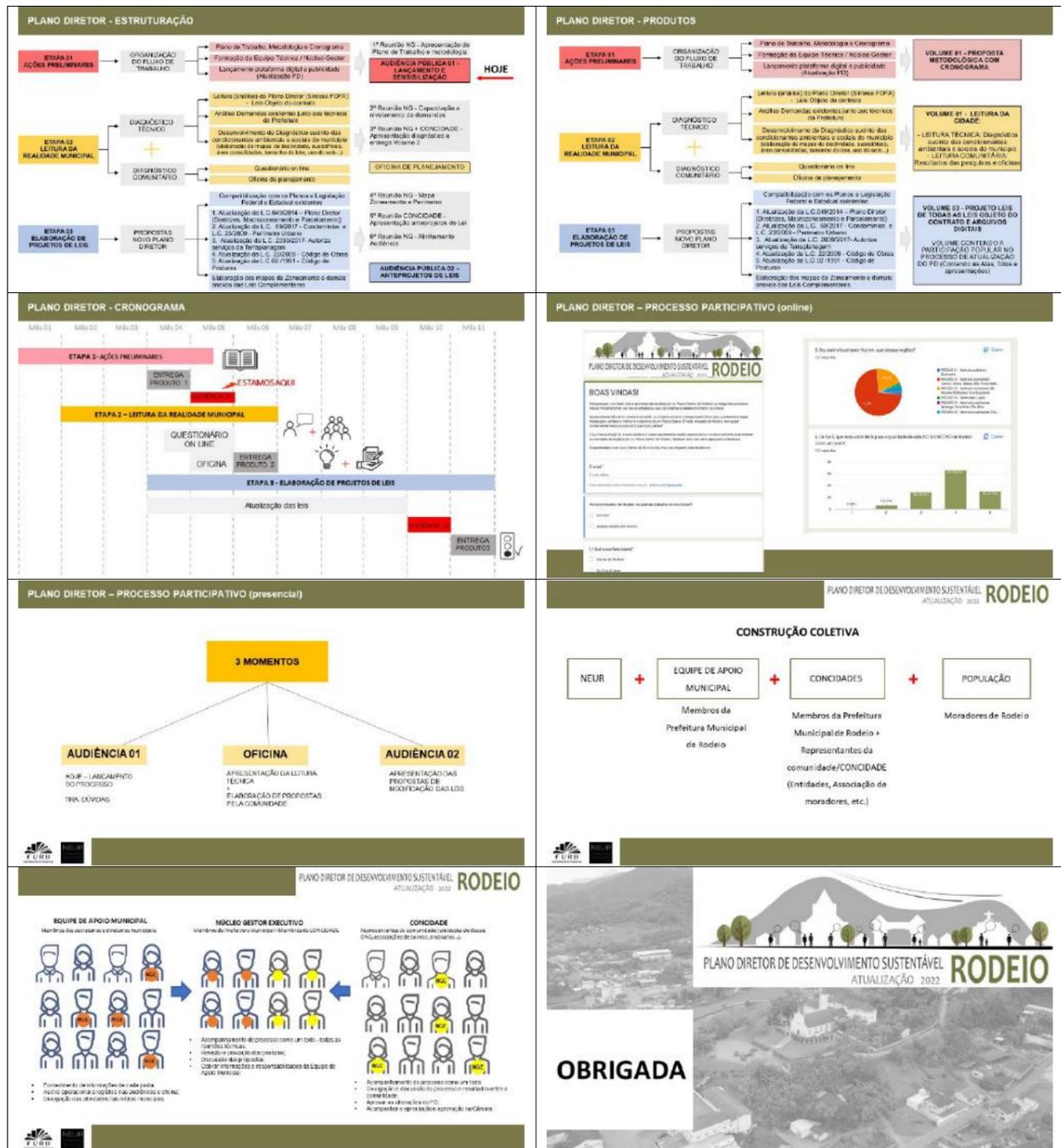
A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO...

PLANO DIRETOR

PLANO DIRETOR - LEIS A ATUALIZAR

1. Atualização da L.C. 049/2014 - Plano Diretor (Diretrizes, Macrozoneamento e Parcelamento);
2. Atualização da L.C. 69/2017 - Condomínios Horizontais de Lotes / Lei de Condomínio;
3. Atualização da L.C. 23/2009 - Perímetro Urbano;
4. Atualização da L.C. 2039/2017 - Autoriza serviços de Terraplanagem;
5. Atualização da L.C. 22/2009 - Código de Obras;
6. Atualização da L.C. 02/1991 - Código de Posturas

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL **RODEIO**
ATUALIZAÇÃO 2022



ANEXO V – DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5822 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022 - CONVOCAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

https://www.dianomunicipal.sc.gov.br/?r=site/index&q=cod_entidad...

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio

Data de Cadastro: 28/02/2022 Extrato do Ato Nº: 3650224 Status: Publicado

Data de Publicação: 01/03/2022 Edição Nº: 3784

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5822 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RODEIO

O PREFEITO DE RODEIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 49 de 1º de abril de 2014, CONVOCA todos os cidadãos interessados para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RODEIO**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- A Audiência Pública de atualização do Plano Diretor tem por finalidade a apresentação para a população das modificações necessárias às leis que compõem o Plano Diretor, seus conceitos, objetivos e importância para o desenvolvimento urbano do município de Rodeio.

Art. 2º- A Audiência Pública irá realizar-se no dia 15 de março de 2022, com início às 19:00horas e término às 22:00 horas, tendo por local o Centro Cultural "Ivanir Alberto Scoz", situado à rua 14 de março nº 477, Centro – Rodeio-SC mediante a seguinte forma:

I - A realização da Audiência Pública dará no formato híbrido; ou seja, presencial e online;

II - A Audiência Pública obedecerá aos seguintes momentos: o primeiro será reservado à apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da Audiência; no segundo será apresentado o cronograma de execução, e o plano de trabalho, com as etapas que serão realizadas; posteriormente, será aberto espaço para discussão, no qual a população poderá se manifestar.

III - A duração máxima da Audiência Pública será de 03 (três) horas.

Art. 3º - A Audiência Pública será realizada online e presencialmente, de acordo com as normas sanitárias vigentes à data da realização, considerando o cenário de agravamento da Pandemia da COVID-19.

§1º - O acesso presencial no local da Audiência Pública será realizado conforme a ordem de chegada, respeitado o limite de 60% da lotação que corresponde a 180 pessoas e dentro das medidas sanitárias de combate ao COVID-19.

§2º - A Audiência Pública será transmitida ao vivo pelo Facebook da Prefeitura Municipal de Rodeio e poderá ser acessada remotamente através do seguinte link: <https://www.facebook.com>



* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3650224, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:

<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3650224>

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio**Data de Cadastro:** 28/02/2022 **Extrato do Ato Nº:** 3650224 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 01/03/2022 **Edição Nº:** [3784](#)[/prefeituraderodeio.](#)

§3º - Todos os participantes presenciais deverão registrar a presença, mediante o preenchimento de formulário próprio a ser disponibilizado na entrada da sala onde ocorrerá a Audiência, com a indicação do nome, endereço, telefone, e-mail e nome da empresa, entidade ou órgão que represente, se for o caso.

§4º - Para os participantes presenciais, as manifestações, perguntas ou dúvidas poderão ser realizadas após a segunda etapa da apresentação; para tanto os participantes deverão se inscrever em uma lista que será disponibilizada durante o evento, para definir a ordem e sequência entre os participantes que desejam se manifestar.

§5º - Para os participantes online, as manifestações, perguntas ou dúvidas deverão ser realizadas no campo de comentários da plataforma em que a audiência será transmitida e serão apreciadas, desde que o participante informe seu nome completo e se representa alguma entidade, empresa ou a comunidade em geral; neste formato a perguntas deverão ser lidas para ciência de todos os presentes e registradas em ata.

§6º - Cada manifestação presencial e online está limitada ao tempo máximo de 5 (cinco) minutos, de forma a possibilitar e democratizar a participação do maior número de pessoas.

§7º - Para os participantes inscritos no formato presencial será exigida a utilização correta de máscara facial e o cumprimento das medidas de distanciamento e cumprimento das regras sanitárias.

CAPÍTULO II**DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS**

Art. 4º - A Audiência Pública se iniciará com a formação da Mesa Diretora composta pelas autoridades municipais presentes, pelos representantes do Núcleo Gestor Executivo e CONCIDADE, assim como autoridades convidadas e técnicos da prefeitura que compõem a equipe de apoio no processo de atualização do Plano Diretor.

Art. 5º - A Audiência Pública será aberta e presidida pelo coordenador dos trabalhos, que representa a equipe da Prefeitura Municipal de Rodeio.

Art. 6º - Após a abertura, a Audiência Pública será conduzida por um representante da equipe FURB/NEUR devendo observar a seguinte ordem:

- I - Apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência;
- II - Apresentação do cronograma e plano de trabalho;



* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3650224, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:
<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3650224>

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio**Data de Cadastro:** 28/02/2022 **Extrato do Ato Nº:** 3650224 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 01/03/2022 **Edição Nº:** [3784](#)

III - Debates orais após a apresentação;

IV - Encerramento.

Art. 7º - São prerrogativas do responsável pela condução dos trabalhos indicado no artigo 5º deste Decreto:

I - Designar um ou mais técnicos para assisti-lo na condução dos trabalhos;

II - Designar um ou mais técnicos para secretariar e auxiliar na condução e organização da Audiência Pública;

III - Realizar ou delegar a apresentação das propostas;

IV - Decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

V - Decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

VI - Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o reputar conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

Art. 8º - São atribuições dos responsáveis em secretariar e auxiliar na condução e organização da audiência/conferência:

I - Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II - Controlar o tempo das intervenções orais;

III - Registrar o conteúdo das intervenções presenciais e online, respeitado a ordem de apresentação;

IV - Sistematizar as informações;

V - Elaborar a ata da Audiência Pública e remetê-la à Secretaria Municipal de Planejamento para aprovação e publicação.

CAPÍTULO III**DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Art. 9º - São direitos dos participantes:

I- Solicitar esclarecimentos sobre os assuntos relativos às questões relativas à atualização do Plano Diretor;

II- Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública,



* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3650224, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:
<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3650224>

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio**Data de Cadastro:** 28/02/2022 **Extrato do Ato Nº:** 3650224 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 01/03/2022 **Edição Nº:** [3784](#)

respeitando as disposições previstas neste Regulamento;

III- Debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública.

Art. 10 - São deveres dos participantes:

I- Respeitar o Regulamento;

II- Observar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;

III- Tratar com respeito e civilidade os participantes e organizadores.

Art. 11 - Para a participação nos debates é obrigatório a prévia inscrição.

§ 1º - As inscrições para manifestações serão encerradas logo após a respectiva apresentação que se constitui no primeiro momento da Audiência Pública;

§ 2º - As fichas com as manifestações serão disponibilizadas pelos responsáveis, devendo estas ser entregues aos mesmos, num prazo de até 5 (cinco) minutos após o término da apresentação.

§ 3º - A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

§ 4º - A manifestação dos inscritos se dará, preferencialmente, de forma oral, mas ocorrendo sua impossibilidade, poderão ser formuladas perguntas por escrito.

§ 5º - Ao final das respostas dos participantes presenciais serão respondidas as perguntas realizadas na forma online por ordem de apresentação por escrito na aba comentários da plataforma virtual.

Art. 12 - Após a apresentação do segundo momento da Audiência Pública, cada participante presencial previamente inscrito, disporá de 05 (dois) minutos para preleção individual, podendo reformular ou complementar sua manifestação no tempo adicional de 01 (um) minuto e deverá ater-se exclusivamente ao tema discutido.

§ 1º Todos os participantes previamente inscritos no horário estabelecido terão direito a voz;

§ 2º Não será permitida a cessão da palavra dos inscritos a outros participantes não inscritos ou a terceiros;

§ 3º Terão direito a voz e voto os membros do CONCIDADE presentes na Audiência Pública e devidamente identificados seja na forma presencial, como na online.

§ 4º Se houver deliberações, estas serão canceladas pelo Conselho da Cidade após a lavratura da ata em reunião também aberta à participação da população.



* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3650224, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:

<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3650224>

DOM/SC Prefeitura municipal de Rodeio**Data de Cadastro:** 28/02/2022 **Extrato do Ato Nº:** 3650224 **Status:** Publicado**Data de Publicação:** 01/03/2022 **Edição Nº:** [3784](#)

Art. 13 - O responsável pela condução dos trabalhos, assim como seus auxiliares, terá 2 (dois) minutos para responder eventuais perguntas dos participantes.

Art. 14 - A dinâmica da Audiência Pública, a forma das inscrições e o tempo de manifestação (presencial e online) é de responsabilidade do coordenador dos trabalhos, podendo, após ouvidos os participantes, a possibilidade de eventual prorrogação de mais 30 minutos, caso ainda restem perguntas a serem respondidas pela equipe técnica.

Art. 15 - Ao final dos trabalhos, será lavrada ata pelo secretário, da qual constarão:

I - O dia, a hora e o local de sua realização;

II - O nome das autoridades, expositores e técnicos de apoio presentes;

III - A lista de presença dos demais participantes, que deverá ser anexada à Ata;

IV - Os fatos ocorridos na Audiência Pública;

V - A síntese dos debates orais.

Art. 16º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação do DOM/SC nos termos do Art. 3º do Decreto Nº 5068 de 04 de outubro de 2019.

Art. 17º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 28 de fevereiro de 2022.

VALCIR FERRARI

Prefeito Municipal de Rodeio/SC

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC-4

Secretaria Executiva



* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3650224, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:

<https://dom.sc.gov.br/?q=id:3650224>

ANEXO VI – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NA OFICINA PARTICIPATIVA

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATUALIZAÇÃO 2022 **RODEIO**

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA
Atualização do Plano Diretor

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR – RODEIO 2022

1 AÇÕES PRELIMINARES

2 LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL HOJE! + QUESTIONÁRIO ON LINE

RODEIO

BOAS VINDAS!

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

DESENVOLVIMENTO = CRESCIMENTO ECONÔMICO → ANTES

AGORA → DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ou não é DESENVOLVIMENTO

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

EIXOS ESTRUTURANTES

ESPAÇO E FORMA

SOCIAL E CULTURAL

AMBIENTAL

INFRAESTRUTURA BÁSICA

MOBILIDADE

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

PAUTA

1. ETAPAS DO PROCESSO
2. LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL
 - a) Metodologia de análise (EIXOS E MATRIZ)
 - b) Leitura Técnica – MAPAS E DADOS
 - c) Leitura Comunitária – Análise da Cidade – Atividade em grupos
 - d) Leitura Comunitária – O Futuro de Ascurra – Atividade em grupos
3. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS
4. DINÂMICA FINAL E ENCERRAMENTO

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR – RODEIO 2022

1 AÇÕES PRELIMINARES

2 LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL HOJE! + QUESTIONÁRIO ON LINE

3 PROPOSTAS E PROJETOS DE LEIS

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Crescimento econômico

Preservação ambiental

Qualidade de vida

Distribuição de renda

Cultura e política

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

MATRIZ DE ANÁLISE

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

MATRIZ DE ANÁLISE

C **CONDICIONANTES**

Elementos da estrutura urbana (e rural) que devem ser mantidos, preservados ou conservados e, sobretudo, considerados no planejamento. São, basicamente, os elementos do ambiente urbano (e rural) e natural, ou planos e decisões assistentes, com consequências futuras, previsíveis no ambiente físico ou na estrutura urbana, que determinam a ocupação e o uso do espaço municipal.

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

MATRIZ DE ANÁLISE

C **D** **P** **POTENCIALIDADES**

Elementos, recursos ou vantagens que podem ser incorporados positivamente ao sistema territorial e que até então não foram aproveitados adequadamente.

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

ANÁLISE A PARTIR DO CRUZAMENTO:

EIXOS + MATRIZ

C **CONDICIONANTES** PARTE DA LEITURA TÉCNICA – EQUIPE NEUR

D **DEFICIÊNCIAS** CONTRIBUIÇÕES COMUNIDADE

P **POTENCIALIDADES** CONTRIBUIÇÕES COMUNIDADE **OFICINA!**

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Vamos nos localizar...

Divisão do Planejamento / Regiões

01 - Bairro: Ekmanor

02 - Bairros: Centro, Glória, Glória, São Pedro Valho, São Pedro Novo, Nova Brasília e Santa Antônia

03 - Bairros: Rodeio 15, Rodeio 12 e Rodeio 17

04 - Bairro: São Lourenço

05 - Bairros: Laranjeira, Alameda e Rio Belo

06 - Bairros: Damaressa (Luz), Damiana, Conceição e Rio Mundo

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

MATRIZ DE ANÁLISE

C **DEFICIÊNCIAS**

Situações que devem ser melhoradas ou problemas que devem ser eliminados. São situações negativas para o desempenho das funções da cidade e do município, e que significam estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento da área em estudo e da sua comunidade.

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

MATRIZ DE ANÁLISE

C **D** **P** → MATRIZ DE ANÁLISE

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

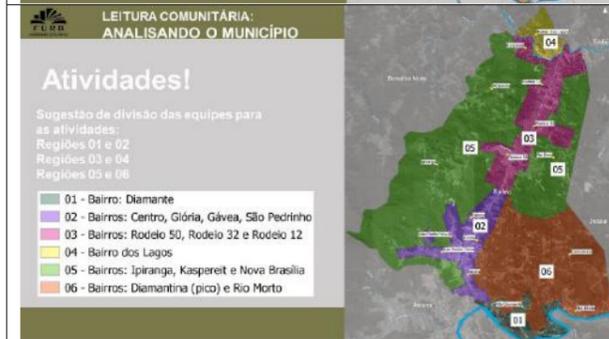
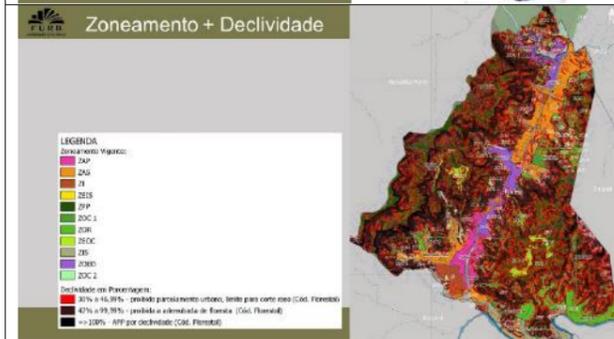
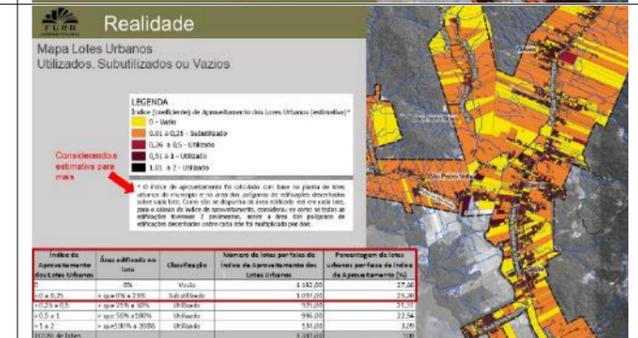
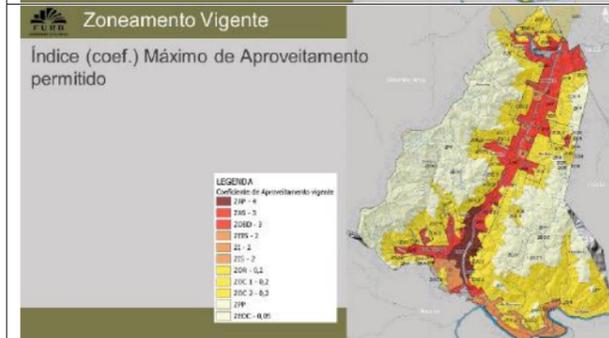
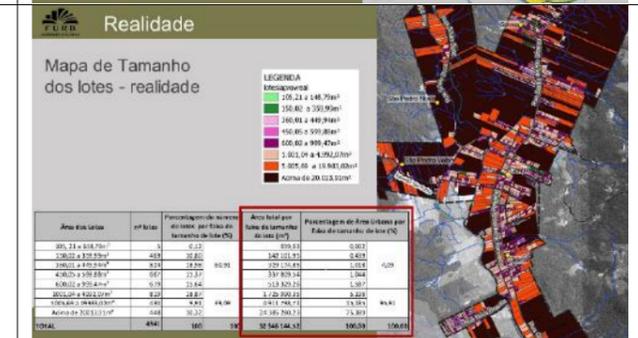
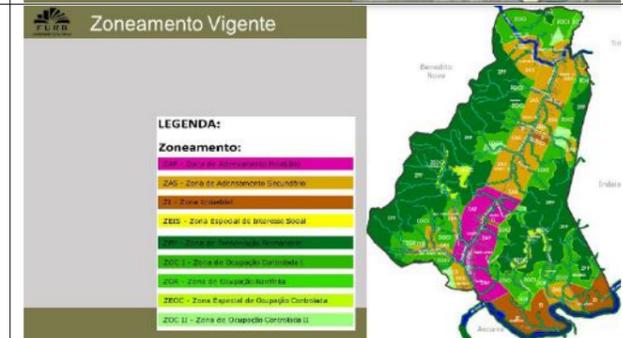
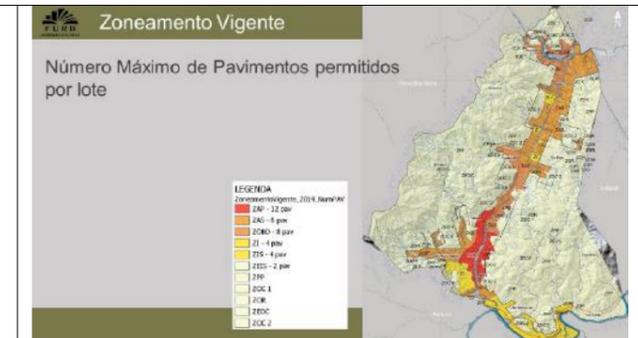
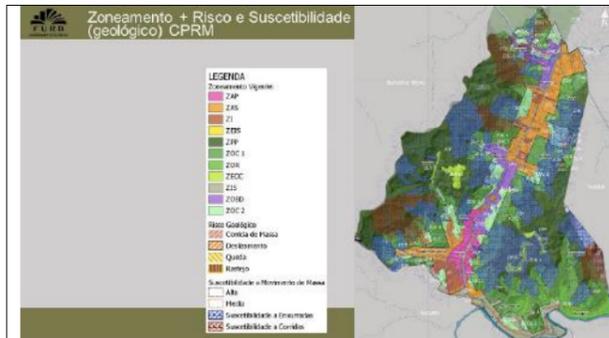
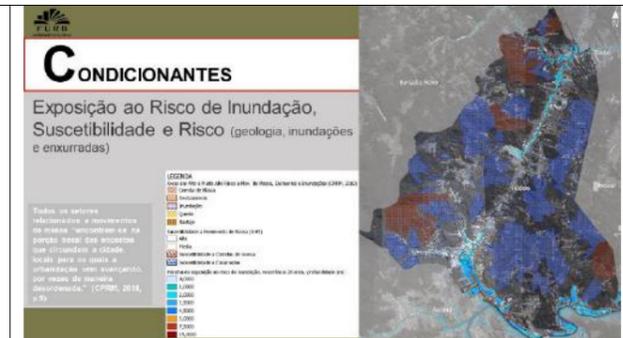
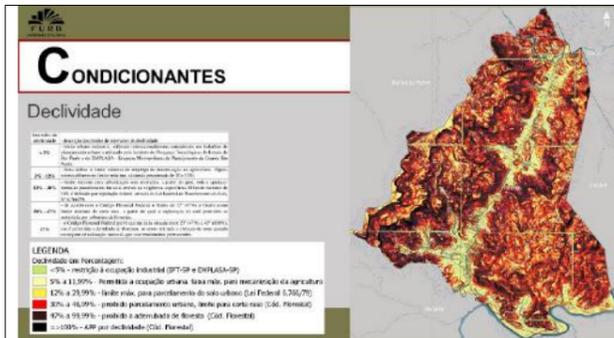
LEITURA TÉCNICA

OFICINA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

C **CONDICIONANTES**

Restrições à Ocupação

Susceptibilidade; Risco; Declividade; APPs

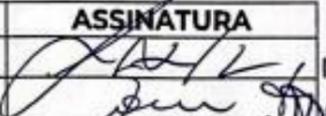
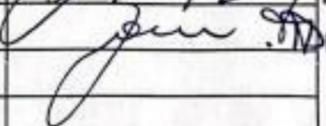


LISTA DE PRESENÇA

OFICINA PARTICIPATIVA - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RODEIO

Data: _____

REGIÃO 03

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
LUCAS NOBRE	VELEADOR	9-8822-7580	
Guineiras Pacheco	Prof.	984788782	

LISTA DE PRESENÇA

OFICINA PARTICIPATIVA - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RODEIO

Data: _____

REGIÃO 04

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA

LISTA DE PRESENÇA

OFICINA PARTICIPATIVA - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RODEIO

Data: _____

REGIÃO 05

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
Isidoro Lima	Associação	(47) 99287923	

LISTA DE PRESENÇA

OFICINA PARTICIPATIVA - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RODEIO

Data: _____

REGIÃO 06

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
Denilson D. Lanza	P.M.R.	996052713	